Secretaria de Planejamento da Presidência da República
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM 1979

DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM 1979

DESEMPENHO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM 1979

- APRESENTAÇÃO -

O Departamento de Estatísticas Derivadas e Estudos Econômicos é o órgão do IBGE responsável pelas atividades de Contabilidade Social, envolvendo os trabalhos de elaboração de matrizes de relações intersetoriais, de agregados macro econômicos e indicadores conjunturais.

Este programa de trabalho prevê não só a produção das informações básicas que constituem estes instrumentos de análise, mas também sua utilização para todo tipo de análise que objetive a melhoria do elenco de informações produzidas quer sejam estatísticas básicas ou elaboradas, de caráter conjuntural ou estrutural.

É dentro deste contexto que se situa a elaboração sistemática de documentos sobre o desempenho da indústria brasileira, que já vêm sendo realizados há alguns anos.

Este trabalho sistematiza, de certa forma, parte do acervo de informações disponíveis no Departamento que se pretende seja de conhecimento, senão público, pelo menos de um círculo de usuários mais abrangente do que aquele constituído pelos técnicos do Departamento.

O presente texto contém uma análise da Indústria de Transformação e Extrativa Mineral, setores para os quais o Departamento vem sistematicamente elaborando indicadores mensais de produção física (inclusive a nível regional), emprego, salário, valor da produção industrial e consumo industrial de energia elétrica.

Apesar de restrito a estes setores o documento se baseou em vários documentos internos de trabalho (Agropecuária, Construção Civil, Energia, Comunicações, Transporte, Distribuição/Comércio e Setor Externo), como parte das atividades do Departamento na área de acompanhamento anual dos diversos agregados macro econômicos.

Ainda dentro deste esforço de maior abrangência para melhor avaliação do desempenho da indústria elaborou-se também uma Introdução onde se procura dar uma visão geral da economia brasileira em 1979.

Participou na elaboração deste documento toda a equipe técnica do Departamento, que se valeu também das críticas e sugestões de outros setores do IBGE.

IBGE/DESDE
Abril/1980

- ÍNDICE -

I. A Indústria de Transformação e a Economia Brasileira em 1979 pág. 1.

II. Indústria de Transformação

II.1. Bens de Capital ..... pág. 15

II.2. Bens Intermediários ..... pág. 22

II.3. Bens de Consumo ..... pág. 33

II.3.1. Bens de Consumo Durável ..... pág. 33

II.3.2. Bens de Consumo não Durável ..... pág. 37

III. Indústria Extrativa Mineral ..... pág. 40

IV. Emprego e Salários na Indústria de Transformação pág. 51

V. Indústria de Transformação - Análise Regional ... pág. 69

VI. Anexo ..... pág. 108

I - INTRODUÇÃO: A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E A ECONOMIA BRASILEIRA

A atividade industrial mostrou-se em franco dinamismo no primeiro semestre de 1979, inclusive com um certo "reaquecimento", apesar das medidas contracionistas adotadas pelo Governo. Pretendia-se reduzir o ímpeto de crescimento do produto nacional, retraindo, portanto, a demanda agregada, cuja expansão - segundo o diagnóstico oficial da época - era fonte de pressões inflacionárias e desequilíbrio do balanço comercial. Os efeitos daquelas medidas só se fizeram sentir, entretanto, no segundo semestre. De fato como veremos com maior detalhe mais adiante, o Indicador Geral da Produção Industrial do IBGE evidencia índices de crescimento no primeiro semestre de 1979 bem elevados, por volta de 8-9%, declinando para 7% no final do ano.

A complexidade dos problemas com que vem se defrontando a economia brasileira nos últimos anos tem permitido interpretações diferenciadas quanto ao quadro atual.

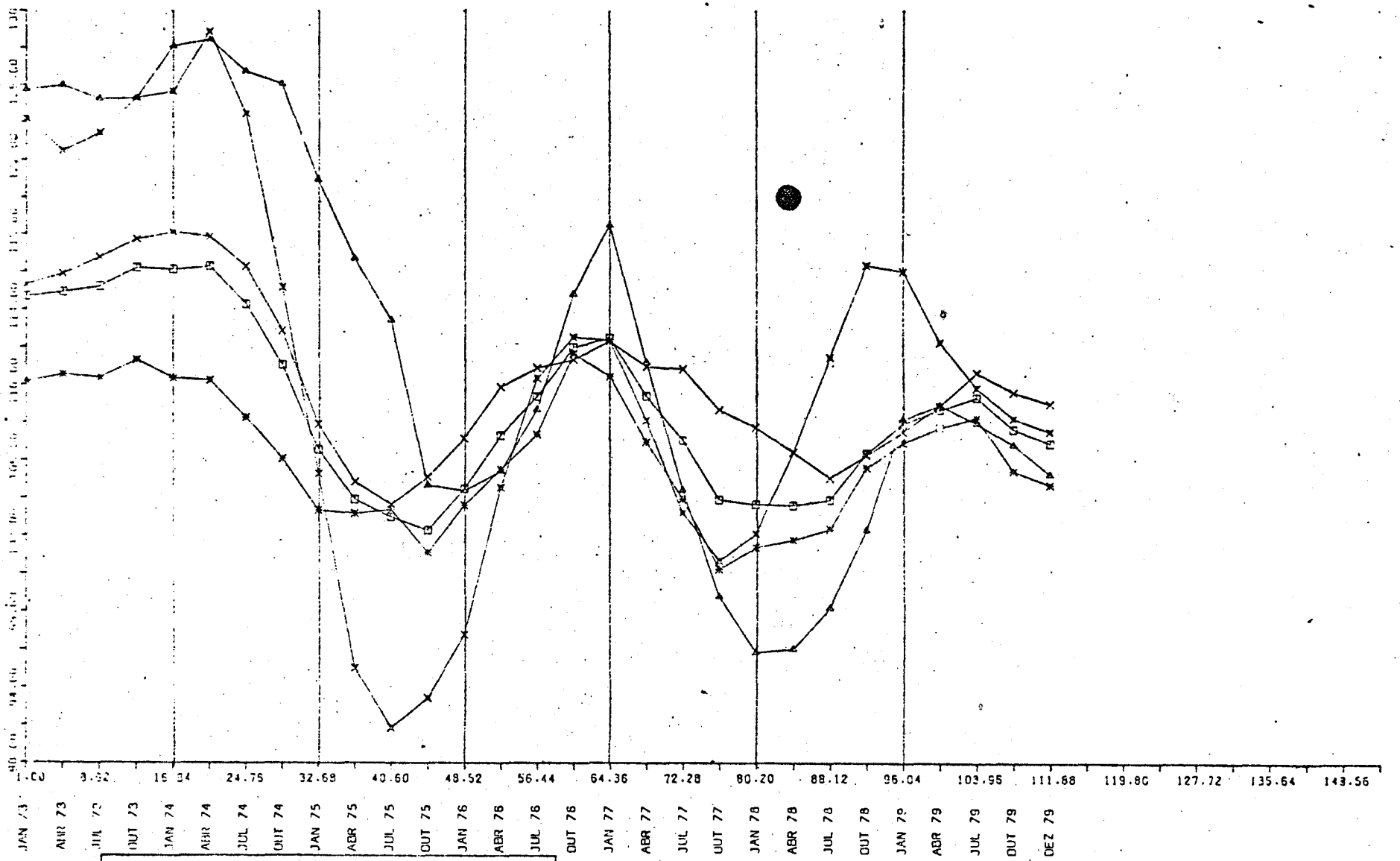
Por exemplo, argumenta-se, por um lado, que não existe crise econômica no Brasil, principalmente se se considera que o PIB, mesmo nessa fase de transtornos, está crescendo pelo menos 6% ao ano, próximo portanto, da taxa histórica. Por outro lado, tende-se a identificar, na tendência à desaceleração persistente por detrás do "sobe e desce" conjuntural, os indícios de crise.

Na verdade, como podemos constatar claramente, por trás das flutuações de curto prazo, frequentes na indústria de transformação brasileira a partir de 1974, percebe-se uma nítida tendência ao crescimento da produção. Em outras palavras, a economia do País passou a apresentar um significativo potencial de crescimento a longo prazo decorrente, principalmente, das altas taxas de expansão da capacidade produtiva do início da década passada. (Ver gráficos I e II).

Devemos distinguir tendência (crescimento a longo prazo) das oscilações de curto prazo. Neste sentido, as recentes flutuações nas taxas de crescimento industrial, espe

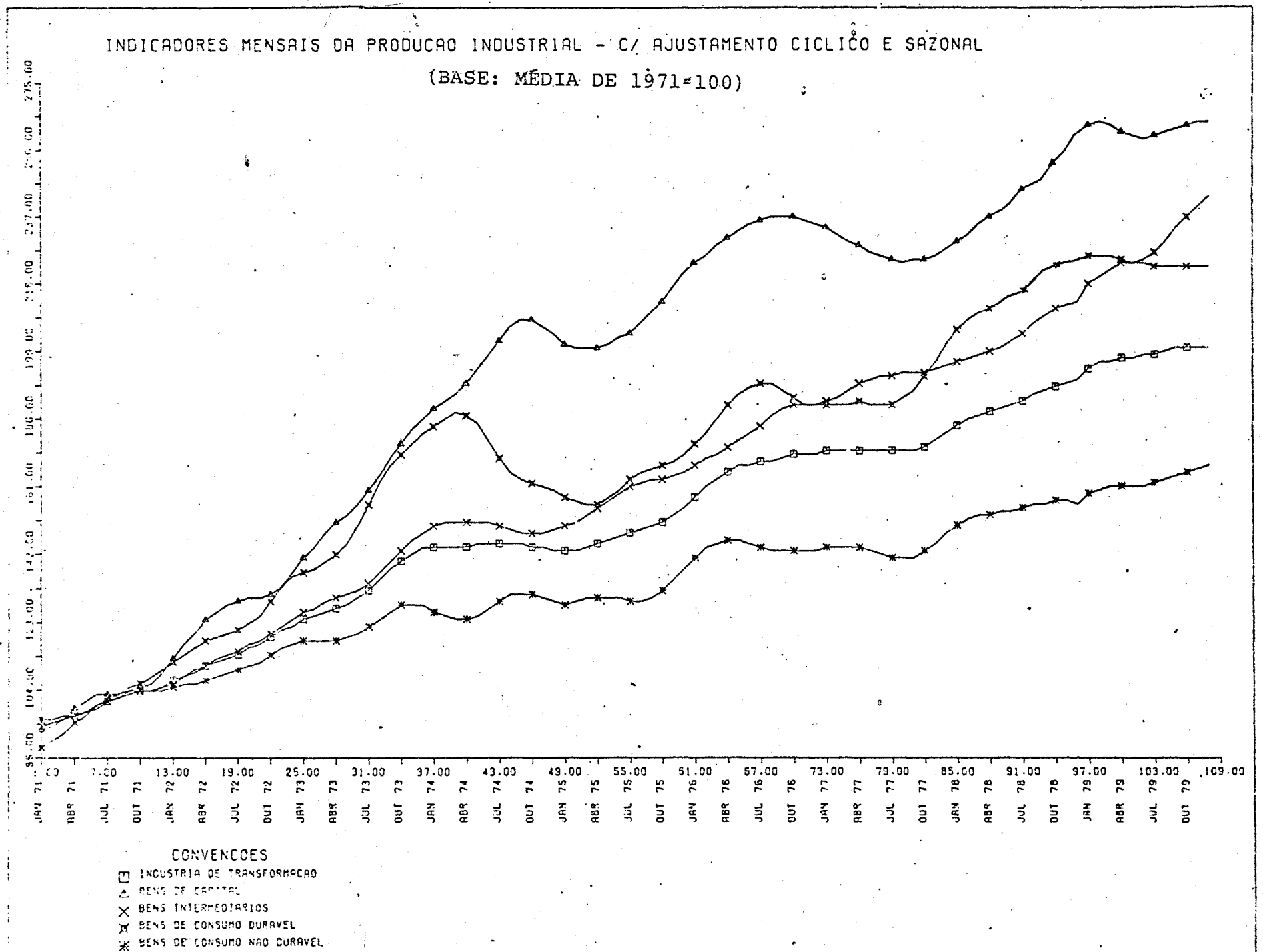
GRÁFICO I

INDICADORES DA PRODUCAO FISICA - ULTIMOS 12 MESES (BASE: 12 MESES IMEDIATAMENTE ANTERIORES)



CONVENCOES	ESTRUT. VTI	1970	1974
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO		100,0	100,0
BENS DE CAPITAL		8,9	10,1
BENS INTERMEDIARIOS		50,0	57,8
BENS DE CONSUMO DURAVEL		7,1	5,2
BENS DE CONSUMO NAO DURAVEL		34,0	25,9

GRÁFICO II


INDICADORES MENSAIS DA PRODUCAO INDUSTRIAL - C/ AJUSTAMENTO CICLICO E SAZONAL
(BASE: MÉDIA DE 1971=100)
CONVENCOES
INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO
BENS DE CAPITAL
BENS INTERMEDIARIOS
BENS DE CONSUMO DURAVEL
BENS DE CONSUMO NAO DURAVEL

cíficas para cada "categoria de uso" (ou de "demanda final"), significariam uma indefinição típica de um período de transição entre padrões de crescimento, quanto ao relacionamento inter e intra setoriais da indústria. Ou seja, a ausência de "liderança econômica", de determinação de quais os interesses que prevalecerão entre os dominantes, reflete-se no aparente "casuísmo" da política econômica desse período, em que as prioridades se sucedem de acordo com as pressões e contrapressões.

Quanto aos setores líderes do período 1968/73, (Bens de Consumo Durável e Capital) uma vez ultrapassado o momento de criação ou ampliação de sua capacidade produtiva, os efeitos de encadeamento interindustrial de sua produção corrente foram impotentes para sustentar o crescimento. A reposição da demanda de bens de consumo durável é muito concentrada no tempo, fazendo-se aos saltos, sendo rapidamente afetada por medidas contracionistas de política econômica, o que lhe tira a capacidade de liderar o crescimento industrial global, após 1974. Já a possibilidade do setor de bens de capital continuar com uma taxa razoável de crescimento está ligada à continuidade dos programas de investimento do setor produtivo estatal e das grandes obras públicas. Com as primeiras medidas de contenção nos investimentos públicos em 1977, para controle antiinflacionário, foi perdida esta oportunidade.

O setor de bens de consumo não duráveis, apesar da importância de seu peso absoluto na estrutura industrial, não pode ser considerado setor líder, pois seu crescimento depende basicamente da expansão da massa dos salários.(1)

Em 1979 a indústria brasileira apresentou algumas peculiaridades em seu comportamento. Embora o crescimento do Setor Industrial nesse ano (7,0%) tenha se mantido pró-

---

(1) Os diferentes pesos relativos das categorias de uso, em 1974: bens intermediários - 57,8%; bens de consumo não durável - 26,9%; bens de capital - 10,1%; e bens de consumo durável - 5,2%. Note-se que não existe uma integração vertical dos bens intermediários - insumos - nas categorias de demanda final.

ximo ao de 1978 (7,3%), ele é original por duas razões. Pela primeira vez, desde 1974, a expansão industrial mantém-se em nível elevado por dois anos consecutivos: a evolução da produção industrial a partir de 1974, desacelerada em relação ao período anterior (1968-1973), vinha caracterizando-se pela alternância ano após ano de taxas de crescimento altas com taxas mais baixas (tabela 1). Por outro lado, houve uma nítida reversão em 1979 com relação à expansão do ano anterior: o ritmo de crescimento da produção da Indústria de Transformação, relativamente estável no primeiro semestre de 1978 (em torno de 3,3% nos indicadores dos últimos 12 meses), acelerou se no decorrer do segundo semestre, recuperando-se em relação a 1977 e alcançando o "pico de crescimento" no período maio-julho de 1979, quando este mesmo indicador chega ao seu "auge" em torno de 9,3%. A partir de então desacelera, revertendo o seu movimento, caindo para a taxa de 7,0% em dezembro.

O gráfico 1 ilustra muito bem essa evolução, mostrando também a mesma dinâmica nos segmentos de Bens de Capital, Intermediários e Consumo Durável e Não Durável. É de se salientar as altas taxas de variação da produção industrial de Bens de Consumo Duráveis, que atinge o seu "pico" no final de 1978, enquanto a categoria de Bens de Capital tem o seu dois meses após, e a de Bens de Consumo não Duráveis em maio/julho de 1979. A de Bens Intermediários reage "defasada" em relação às outras categorias de demanda final, tanto no seu "fundo do poço" - em julho de 1978 -, quando no seu "pico"-em julho de 1979.

Em termos de contribuição para a formação da taxa de crescimento da produção da Indústria, vale destacar que em 1979, a categoria de Bens Intermediários foi a que teve maior peso (63%). Em 1978, os Bens Intermediários e os de Consumo contribuiram igualmente para a formação da taxa de crescimento da Indústria (46% cada um deles). A categoria de Bens de Consumo em 1979 perdeu peso na explicação do crescimento industrial, participando com 30%. A participação do setor de Bens de Capital nos dois anos foi a mesma (7%).

A categoria de Bens de Capital praticamente re

TABELA I

INDICADOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIA DE USO

CATEGORIA DE USO	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978		1979	
							ATÉ JUN	JAN-DEZ	ATÉ JUN	JAN-DEZ
Indústria de Transformação ...	113,97	116,59	107,76	103,82	112,95	102,94	103,49	107,30	109,34	107,00
Bens de Capital	125,71	127,67	122,28	104,74	118,87	95,53	96,70	106,07	108,50	105,65
Bens Intermediários	114,82	118,34	109,26	106,44	112,66	107,53	105,37	106,82	110,46	109,17
Bens de Consumo	111,78	113,80	104,71	101,71	111,35	100,27	102,79	108,06	108,72	105,12
Durável	125,19	125,92	108,30	95,82	112,82	99,89	109,52	117,01	111,37	107,54
Não Durável	109,35	111,22	103,94	102,91	111,09	100,34	101,61	106,48	108,25	104,70

CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

CATEGORIA DE USO	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978		1979	
							ATÉ JUN	JAN-DEZ	ATÉ JUN	JAN-DEZ
Indústria de Transformação ...	13,9	16,6	7,8	3,8	13,0	2,9	3,5	7,3	9,3	7,0
Bens de Capital	1,8	1,9	1,6	0,3	1,7	- 0,4	- 0,3	0,5	0,8	0,5
Bens Intermediários	5,8	7,4	3,7	2,6	6,4	3,2	2,6	3,4	5,0	4,4
Bens de Consumo	6,3	7,3	2,5	0,9	4,9	0,1	1,1	3,4	3,5	2,1
Durável	2,3	2,4	0,8	- 0,4	1,0	0,0	0,6	1,3	0,8	0,6
Não Durável	4,0	4,9	1,7	1,3	3,9	0,1	0,5	2,1	2,7	1,5

FONTE: IBGE/DESDE/DINEC

petiu em 1979 a taxa de crescimento observada no ano anterior (5,7 e 6,1%, respectivamente), embora com tendência distinta de comportamento. Enquanto em 1978 caracterizou-se pela nítida recuperação de suas taxas de crescimento (até junho de 1978 ainda negativas), ao longo de 1979 manteve maior estabilidade em suas taxas de crescimento, com ligeira tendência declinante no 2º semestre. Dentro do conjunto de Bens de Capital, os grupos de produtos da Mecânica (máquinas e implementos agrícolas e máquinas ferramentas, principalmente) e de Material de Transporte (camionetas e utilitários e caminhões, basicamente) foram os principais responsáveis pela expansão do segmento como um todo.

O segmento produtor de Bens Intermediários foi o que apresentou nos dois últimos anos taxas anuais de crescimento mais estáveis. Ao longo de 1979, estas taxas foram ligeiramente crescentes até o primeiro semestre (em junho atingiu a 10,5%, pelo indicador de 12 meses), caindo suavemente nos meses seguintes (em dezembro atingiu a taxa de 9%, pelo mesmo indicador).

A nível da composição interna do segmento, o crescimento alcançado em 1979 foi basicamente influenciado pelo comportamento dos produtos intermediários dos gêneros Metalúrgica, Química, Matérias Plásticas e Papel e Papelão.

O segmento de Bens de Consumo expandiu-se em 1979 em 5,1%, taxa inferior a alcançada em 1978 (8,1%). A perda do ritmo de crescimento do setor foi observada apenas a partir do 2º semestre de 1979, influenciada em grande parte pelo comportamento dos Não Duráveis. Este segmento expandiu-se em 4,7% em 1979, contra 6,5% em 1978. Destacaram-se como produtos de melhor desempenho os do gênero Têxtil, Produtos Alimentares, Produtos Farmacêuticos e Produtos de Perfumaria, nesta ordem.

Em relação aos Bens de Consumo Duráveis, após desempenho em 1978 especialmente dinâmico (17,0% de crescimento, sua maior taxa desde 1973), apresentou ao longo de 1979 taxas progressivamente mais baixas. Ainda assim, cresceu 7,5%.

O resultado de 1979 deveu-se principalmente ao comportamento do subconjunto eletrodomésticos expandindo-se a 10,3% no período.

No tocante aos investimentos industriais em 1979, a julgar pelo volume aprovado pelo CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial), pelo menos no setor secundário da economia houve nova queda. O órgão aprovou 128 projetos, com uma queda em valores correntes de 18,6% em relação aos projetos aprovados em 1978.

Dados da Sondagem Conjuntural da Fundação Getulio Vargas indicam que a taxa de crescimento nominal dos investimentos previstos para 1979 foi de 39,4%. Como a taxa de inflação foi de 77,2%, isso significa uma brutal queda real dos investimentos, segundo esse indicador. A nível dos setores industriais, o comportamento foi diferenciado, apesar de todos terem uma taxa de crescimento real negativa, pois as previsões das taxas de crescimento nominal foram: bens de consumo (62,9%); bens de capital (25,4%) material para construção (41,7%) e outros consumos intermediários (44,9%).

Já os desembolsos efetivados pelo BNDE (inclui as subsidiárias FINAME, FIBASE, EMBRAMEC e IBRASA) mantiveram se praticamente estagnados em 1979, com uma taxa de crescimento real de 1,4%. Entretanto, houve queda real nos desembolsos para insumos básicos (-10,2%) e equipamentos básicos (-18,9%), só aumentando para "outros programas" (21,5%), principalmente operações com agentes, repasses a IBRASA e capitalização das empresas.

No que se refere à absorção de mão-de-obra o emprego acompanhou, embora em ritmo bem mais lento, a evolução da produção industrial, tendo o seu "pico" de crescimento (3%) no segundo trimestre do ano, declinando desde então, até 2,6% em novembro.

Esse ritmo de absorção de mão-de-obra contrasta com as necessidades de criação de empregos no setor urbano e mesmo com as taxas observadas para o setor industrial em pe

ríodo de rápido crescimento. Com efeito, o emprego industrial que cresceu a uma taxa média de 7,3% no período 71/73 passou a crescer, em média, 2,3% no período 74/79, segundo dados do IBGE.

O índice de emprego do Sistema Nacional de Emprego (SINE) do Ministério do Trabalho mostra a evolução percentual do número de empregados em um total de 7 000 estabelecimentos, que empregam 3 645 mil trabalhadores em todo o Brasil, concentrados nas regiões metropolitanas. Em São Paulo, por exemplo, que é o centro econômico-financeiro mais importante do País, em quase três anos o índice subiu apenas 3,3% no total, com a indústria evoluindo 1,7%, o comércio 5,0% e o setor de serviços 16,3%. O índice de emprego na construção civil em novembro de 1979 caiu 29,0% em relação a março de 1977 e 17,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As primeiras áreas de construção civil a sentirem os efeitos do "desaquecimento econômico" a partir de 1974, foram os mercados imobiliários e o de obras industriais. Nas obras públicas, que têm grande peso na determinação do movimento do setor, o desaquecimento foi mais lento, mas a crise chegou a ápice em 1979, ano de troca de governos em que praticamente não houve licitação de novas obras, com os consequentes reflexos sobre a absorção de mão-de-obra.

As tensões no mercado de trabalho - com a redução do crescimento econômico, a pressão por melhor remuneração (salário nominal) é trocada pelas pressões por uma "oportunidade de trabalho" - indicam que a política de criação de empregos tem de ser compatibilizada com as políticas anti - inflacionárias e de salários.

Quanto à evolução do salário médio real do pessoal ocupado na produção da Indústria de Transformação, os dados mostram que à medida em que foi acelerando a elevação do custo de vida - principalmente no segundo semestre do ano passado - foi caindo o ritmo de crescimento dos salários reais, dificultando a reposição do poder aquisitivo que os assalariados perderam em anos anteriores. Os resultados disponí-

veis são de que de janeiro a dezembro de 1979 o salário médio real cresceu de 5,2% em relação a igual período do ano anterior, contra 8,4% em 1978 (em relação a 1977).

Com o intuito de melhor entendimento do comportamento do setor industrial, merece atenção os seguintes aspectos relacionados ao comportamento da economia brasileira em 1979 e à orientação da política econômica.

Segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas, o Produto Interno Bruto cresceu em 6,8% no ano passado, resultante de uma taxa em torno de 7,4% para o setor industrial como um todo, de 3,6% para o agropecuário, e a de serviços, em torno de 7,0%.

A taxa de crescimento estimada para o setor agropecuário, com base em dados levantados pelo IBGE,(1) significa principalmente uma recuperação do setor face ao comportamento desfavorável observado em 1978. Neste ano a produção agropecuária apresentou redução absoluta de 1,7%, face às anormalidades climáticas e meteorológicas em intensidade incomum e à queda da área plantada de algumas culturas alimentares importantes, em reação dos produtores frente a políticas desfavoráveis ao setor.

O principal sustentáculo dessa recuperação é a produção de lavouras, cujo crescimento estimado para 1979 é de 6,1%. Este ano, apesar da ocorrência de secas e enchentes em algumas áreas, parece ter sido mais ameno do pondo de vista climático. Se a lavoura sustentou a recuperação do setor em 1979, o subsetor da pecuária apresentou agravamento dos problemas que já se vislumbravam em 1978. Quanto ao abate de animais, o único grupo que vem apresentando resultados firmes de crescimento, face ao "efeito substituição" dos consumidores, é o de aves (+22% em 1979). A produção de carne bovina apresentou novo decréscimo em 1979 (-9,2%), explicado parcialmente pela redução do abate de matrizes e pela redução da capaci

---

(1) - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
- Pesquisa Mensal - Abate de Animais

dade alimentar das pastagens devido a secas no sul do País, o que implicou uma situação difícil quanto ao abastecimento interno, obrigando à importação.

Nas contas com o exterior, o Balanço Comercial revelou um déficit da ordem de 2,7 bilhões de dólares, contra 1 bilhão em 1978. No Balanço de Pagamentos, as Transações Correntes mostraram um desequilíbrio de cerca de 9,9 bilhões de dólares, porque, além do déficit comercial, houve 7,2 bilhões dos serviços, dos quais mais de 4 bilhões referentes a juros de dívida externa. Para financiar esse resultado negativo, acrescido de cerca de 6 bilhões de dólares que saíram do País como amortização da dívida, entraram de 11 a 13 bilhões de novos empréstimos, além de cerca de 2 bilhões em investimentos (computados também os reinvestimentos). O País gastou perto de 2 bilhões de dólares de suas reservas, mas mesmo assim a dívida bruta fechou o ano em torno de 50 bilhões, com uma dívida líquida (dívida bruta menos reservas) de cerca de 40,5 bilhões de dólares.

O ano de 1979 trouxe uma supresa desagradável, que agravou consideravelmente a situação do balanço de pagamentos. Tratou-se dos sucessivos aumentos do preço do petróleo que se seguiram à crise iraniana, levando a que o valor médio do barril comprado pelo Brasil, após o último reajuste da OPEP, mais do que duplicasse em relação aos níveis do final de 1978. Este fato representou uma reversão drástica da tendência observada desde a quadruplicação dos preços do petróleo em finais de 1973, uma vez que entre 1974 e 1978 os reajustes de preços se deram por baixo da inflação americana, fazendo com que o preço real do barril declinasse em cerca de 16% no período. O resultado foi a ocorrência de um déficit comercial de US$ 2,7 bilhões, o maior registrado desde 1976, apesar do bom desempenho das exportações, que tiveram um crescimento nominal de cerca de 21% contra uma média de 13% no período 1976/78.

Por outro lado, nem foi o petróleo o único responsável pelo desempenho adverso de nossas contas comerciais

e nem a balança comercial foi o item mais negativo das transações correntes do Brasil. Na ausência de elevações do preço do petróleo em 79, o déficit comercial teria sido, ainda assim, de pouco mais de US$ 1,2 bilhão (cerca de 26% acima do de 78). E, mesmo o déficit de US$ 2,7 bilhões representa menos de 30% do saldo negativo em transações correntes, para o qual só os juros da dívida externa contribuiram com aproximadamente 40% do total.

A taxa de inflação em 1979 foi de 77,2% (36,4 pontos pecentuais acima dos 40,8% de 1978), a terceira maior taxa anual da história do País, superada apenas pelos 81,3% de 1963 e pelos 91,9% de 1964. O índice de preços por atacado - que segundo a Fundação Getúlio Vargas, respondem por 60% do cálculo da inflação, contra 30% do custo de vida e 10% do custo de construção - subiu,no ano, 81,1% (37,1% pontos percentuais superior aos 43% de 1978), também o terceiro maior nível, superado pelos 83,2% de 1963, e pelos 84,5% de 1964. O custo de vida aumento 76% (37,9 pontos percentuais sobre os 38,1% de 1978), taxa superada apenas pelos 80,2% de 1963 e 86,6% de 1964.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas,os itens que mais contribuíram para a elevação dos preços no atacado no ano foram os combustíveis e lubrificantes, que lideraram as altas (154%), seguidos pelos óleos e gorduras (143,5%) e carnes e pescados (109,6%). Do custo de vida os principais responsáveis foram a alimentação (86,4%), os serviços pessoais (91,2%) e os públicos (104,2%), com taxa de influência de, respectivamente, 47,3%, 17,2% e 12,4%. Sem dúvida, disso se deduz que são causas imediatas da alta dos preços a escassez de alimentos e a própria prática de contenção do uso de combustíveis e lubrificantes pelo aumento dos preços.

Os meios de pagamento (dinheiro em poder do público mais depósitos à vista nos bancos) cresceram 73,7% no ano passado a terceira maior taxa de expansão na história econômica contemporânea do País, superada apenas pelos 81,6% de 1964 e pelos 79,5% de 1965 - atingindo um saldo de CR$ 803 bilhões e 598 milhões.

O papel-moeda emitido acabou crescendo 81,3% no ano passado - a maior taxa anual de expansão em todos os tempos - por conta da necessidade de atendimento das obrigações do Orçamento Monetário e das liberações especiais de recursos para atendimento da agricultura e do Nordeste. O dinheiro em poder do público, no entanto, foi mais contido, devido à retenção de papel-moeda pelas autoridades monetárias e pelo sistema bancário, com sua expansão totalizando 78,3% igualmente a maior taxa anual.

A base monetária - resultado final entre as contas de arrecadação e aplicação do Banco do Brasil e do Banco Central registrou expansão de nada menos que 79,6%, igualmente a mais elevada da História, o que explica o violento acréscimo observado nos meios de pagamento em 1979.

Os depósitos à vista no Banco do Brasil cresceram 80,6%, superando os 70,9% dos bancos comerciais. Estes, contudo, continuaram com saldo bem superior, representando 82,4% do total dos depósitos à vista. Os empréstimos do Banco do Brasil e Bancos Comerciais ao setor privado aumentaram 67,3% (abaixo da inflação de 77,2%), com os bancos comerciais expandindo-se 69,8% e o Banco do Brasil emprestando mais 63,9% em relação a 1978. Na verdade, os empréstimos de todas as instituições do Sistema Financeiro, com exceção das Associações de Poupança e Empréstimos e Sociedades de Crédito Imobiliário, tiveram crescimento nominal abaixo da taxa de inflação em 1979.

Finalmente, para completar a análise dos principais indicadores econômicos, verificamos que, desde o início do ano, acelerou-se o ritmo das "minidesvalorizações" cambiais em relação ao ano anterior. Porém, o "grande salto" foi a "maxidesvalorização" de 30% em 7 de dezembro, colocando o nível da taxa de câmbio em base adequada, em face da necessidade entre outras, de estimular as exportações e desestimular as importações, sem adotar medidas protecionistas internacionalmente, condenadas pelo GATT, ou seja, buscar o equilíbrio no Balanço Comercial.

O ano de 1979 foi pródigo em termos de medidas de política econômica cujos efeitos deverão se fazer sentir em 1980 e cuja preocupação se voltaram, de maneira geral, para o enfrentamento dos problemas recorrentes da economia brasileira e que se agravaram neste ano: balança de pagamentos e inflação[1].

Além disso, todo um esforço tem sido desenvolvido no sentido de recuperar para o Estado seu poder de regulação sobre a economia, já que havia uma quase total imobilização dos instrumentos de política econômica (política monetária, fiscal, cambial e de dívida externa).

Nos capítulos que se seguem apresenta-se um detalhamento maior do desempenho da Indústria de Transformação.

---

(1) No anexo estão relacionadas as várias medidas de política econômica tomadas durante o ano.

III.1. BENS DE CAPITAL

A expansão de 5,7% na produção do setor de bens de capital em 1979 pode ser atribuída ao bom desempenho de alguns bens de capital seriados e à demanda anteriormente assegurada ao setor de bens de capital sob encomenda, pelos grandes projetos governamentais ainda em andamento. A tendência à aceleração do ritmo de crescimento da produção do setor verificada a partir do segundo semestre de 1978 manteve-se até o início do segundo semestre de 1979, quando passou a se observar uma ligeira queda nas taxas de crescimento (ver gráfico da Introdução).

O setor de bens de capital, a partir de 1974, foi estimulado pelo governo a aumentar sua capacidade instalada dentro de uma política de substituição das importações consubstanciada no II PND. Face a este crescimento do potencial de produção, contudo, contrapôs-se uma progressiva insuficiência da demanda corrente por bens de produção, sobretudo a partir de 1977, quando foram tomadas medidas de desaquecimento da economia. Com efeito, segundo informações da ABIMAQ, a média do número de semanas para atendimento de encomendas de bens de produção mecânica vem declinando progressivamente a partir de 1976, passando de uma média anual de 40,6 (em 1976) para 29,1 em 1979 (ver tabela 1).

Segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas - F. G.V. (53ª Sondagem Conjuntural) o setor vem operando com capacidade ociosa, que se situou em torno de 20% em 1979, mantendo assim o nível de utilização de capacidade de produção dos anos anteriores.

Analisando-se o comportamento do setor a nível de grupos de produtos e gêneros de origem (tabela 2), pode-se observar que o crescimento de 5,7% em 1979, deveu-se basicamente aos produtos do gênero Mecânica que, com uma expansão de 5,8%, contribuiram com 2,22 pontos para a formação da taxa de crescimento do setor, seguido pelos produtos dos gêneros Material de Transporte (3,8%) e Material Elétrico (12,1%) responsáveis por 1,56 e 1,28 ponto daquela taxa, respectivamente.

Em relação ao comportamento dos bens de capital mecânicos, destacaram-se pelo aumento da produção e pelo peso dentro do grupamento, as "Máquinas e Implementos Agrícolas" e as "Máquinas Ferramentas".

A produção de "Caminhões" expandindo-se em 5,8% em 1979, recuperou-se da queda experimentada em 1978, reflexo da retração da demanda resultante tanto dos menores prazos de financiamento conjugado ao alto custo do dinheiro, quanto das quebras nas safras de alguns produtos agrícolas. As perspectivas de boas safras agrícolas (79/80) e a manutenção do prazo limite para liquidação de financiamento em 36 meses compensaram o alto preço de comercialização do produto, possibilitando a ampliação da demanda por caminhões médios e pesados.

Quanto à "Camionetas e Utilitários", a expansão de 5,6% na produção em 1979 pode ser considerado um bom resultado, tendo em vista a expansão em 1978 de 34,2%. Este grupamento em 1976 e 1977 apresentou queda na taxa de crescimento da produção, devido a uma retração na demanda causada pela política de racionalização de combustível. O aumento da produção de 34,2% em 1978 relacionou-se à expansão da demanda por reposição e pela absorção do impacto inicial dos aumentos de preços dos combustíveis (1). Em 1979, apesar da redução do prazo de financiamento de 24 para 18 meses, a demanda ainda se manteve elevada.

Em relação à "Embarcações", o crescimento de 9,8% em 1979, ainda que inferior ao do ano anterior, resultou da continuidade do II Plano de Construção Naval que está com seu cronograma atrasado cerca de dois anos e meio. Assim, continua garantido um volume de produção nos estaleiros até 1983, o que entretanto não afasta a possibilidade de uma crise na construção naval brasileira caso não se defina, de maneira sistemática, o futuro perfil do mercado nacional.

Atuando negativamente na taxa de crescimento dos produtos de bens de capital, destacam-se os "Ônibus" e os "Vagões". Um dos fatores para a queda de 14,8% na produção de "Ônibus" em 1979, foi o prazo limite de 36 meses para liquidação dos financiamentos. Quanto aos "Vagões", a persistente indefinição do governo face aos investimentos no setor ferroviário em 1979 deve ter pesado para a queda de 9,8% da produção. Há contudo grandes expectativas para este produto tendo em vista que a Política de Transportes dá ênfase aos investimentos na área ferroviária.

---

(1) "Relatório do Desempenho do Setor Industrial em 1978" - IBGE página 24.

TABELA 1

PEDIDOS EM CARTEIRA(1) PARA A INDÚSTRIA DE BENS DE PRODUÇÃO MECÂNICOS

(nível médio dos últimos seis meses)

ANOS / PERÍODOS	1976	1977	1978	1979
Até janeiro	44,5	39,2	35,9	31,0
Até fevereiro	43,9	38,4	35,3	30,5
Até março	42,9	37,9	34,8	30,3
Até abril	42,3	37,4	33,8	29,9
Até maio	41,7	36,9	32,6	29,4
Até junho	41,4	36,5	31,7	29,0
Até julho	41,1	36,2	31,0	28,4
Até agosto	43,8	36,2	30,9	27,9
Até setembro	40,9	35,9	30,8	27,5
Até outubro	40,8	35,9	30,8	27,4
Até novembro	40,5	36,1	31,0	...
Até dezembro	39,8	36,2	30,9	...
Média anual dos pedidos dos pedidos em carteira	40,6	36,4	31,3	...

FONTE: Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ.

(1) Nº de semanas para seu atendimento.

TABELA 2

INDICADORES DA PRODUÇÃO DE BENS DE CAPITAL
SEGUNDO OS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS
PELOS GÊNEROS INDUSTRIAIS DE ORIGEM

(Base: igual período do ano anterior)

GRUPOS DE PRODUTOS E GÊNEROS DE ORIGEM	1978	1979	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMACÃO DA TAXA	
			1978	1979
Total	106,07	105,65	6,07	5,65
Metalúrgica	103,06	105,60	0,32	0,59
Estruturas Metálicas	92,86	94,25	- 0,38	- 0,31
Outros	113,70	117,46	0,70	0,89
Mecânica	103,19	105,82	1,22	2,22
Máquinas Motrizes	96,71	106,83	- 0,15	0,31
Máquinas Apar. e Equip. p/ Instalações Hidráulicas, Térmicas, Refrigeração e Ventilação	110,42	98,62	0,68	- 0,09
Máquinas Ferramentas	107,56	117,20	0,36	0,83
Máquinas e Implementos Agrícolas..	78,35	120,92	- 1,09	1,06
Bens de Capital para o Setor Serviços	79,44	99,77	- 1,21	- 0,01
Tratores não Agrícolas e Máquinas de Terraplanagem	125,17	96,70	2,13	- 0,28
Equipamento para Elevação e Transporte de Carga	102,83	93,64	0,05	- 0,10
Balanças e Básculas	137,86	143,86	0,45	0,52
Material Elétrico	107,20	112,06	0,76	1,28
Telefonia	57,64	122,73	- 0,54	0,29
Aparelhos de Ar Condicionado	136,49	98,57	0,59	- 0,02
Equip. para Transmissão e Geração de Energia Elétrica	109,76	113,87	0,63	0,90
Motores Elétricos	106,69	109,11	0,08	0,11
Material de Transporte	109,25	103,83	3,76	1,56
Embarcações	114,82	109,84	0,89	0,59
Caminhões (incl. Carroçarias).....	87,85	105,80	- 1,91	0,91
Ônibus (incl. chassis c/motor e carroçarias)	109,80	85,24	0,38	- 0,57
Camionetas e utilitários	134,17	105,61	4,30	0,71
Vagões	108,75	90,23	0,16	- 0,17
Reboques e Semi-Reboques	93,41	113,45	- 0,05	0,09

FONTE: FIBGE/DESDE/DINEC

A produção de "Máquinas e Implementos Agrícolas", com um crescimento de 20,9% em 1979, reflete a recuperação do segmento face ao péssimo desempenho observado em 1978 (queda de 21,7%) resultante da quebra nas safras de importantes produtos agrícolas, conjugado com a inconstância do crédito oficial naquele ano. As perspectivas de um bom desempenho do setor agrícola no período 1979/1980, e a manifesta intenção governamental em atribuir maior prioridade à atividade agropecuária, são fatores que contribuíram também para tal desempenho.

Dentro deste grupamento, os "tratores agrícolas" apresentaram, em 1979, um incremento de 14,5%, devido não só aos fatores acima mencionados, mas também ao aumento das entregas aos agricultores, dada a perspectiva de liberação de crédito nos últimos meses de 1979 e à elevação de 20,4% das vendas externas. Tal crescimento chegou a ocasionar o esgotamento dos estoques físicos dos produtores.

No que diz respeito ao comportamento do grupamento "Máquinas-Ferramentas", o incremento de 17,2% pode ser atribuído ao nível geral de atividade da Indústria de Transformação, dado que sua utilização é bastante difundida nos diversos setores industriais. Verifica-se que os produtos responsáveis pelo seu bom desempenho foram "prensas mecânicas e hidráulicas", com um incremento de 25,8% e "tornos paralelo universal e revólver", com um aumento de 9,8% de produção.

Quanto ao grupamento "Tratores não Agrícolas e Máquinas de Terraplanagem" a queda de 3,3% na produção em 1979 deve estar relacionada às dificuldades enfrentadas em 1979 pela Construção Pesada principal demandante dos produtos do grupamento. Ainda dentro dos bens de capital do gênero Mecânica, vale notar o crescimento da produção de "Balanças e Básculas" (43,9%), a recuperação da produção de "Máquinas Motrizes" (6,8% em relação a 1978) e a taxa ainda negativa, pelo segundo ano consecutivo, dos "Bens de Capital para o Setor Serviços".

O crescimento dos produtos do gênero Material de Transporte em 1979, refletiu principalmente o desempenho da produção de "Caminhões", "Camionetas e Utilitários" e "Embarcações".

Com relação ao crescimento da produção dos produtos do gênero Material Elétrico em 1979, este deveu-se principalmente à expansão da produção de "Equipamentos para Transmissão e Geração de Energia Elétrica", que contribuiu com maior peso para a formação da taxa do gênero, e o grupamento "Telefonia", que apresentou uma expansão de 22,7% contra uma queda de 42,4% em 1978. A produção de "Equipamentos para Transmissão e Geração de Energia Elétrica", maior que a de 1978, é resultante das encomendas para o setor de energia elétrica, notadamente na área da Eletrobrás.

Apesar do crescimento verificado em 1979, o setor de telecomunicação vem sendo afetado pelas sucessivas reduções no nível de investimentos governamentais, apresentando hoje um déficit acentuado no número de terminais instalados apesar da capacidade ociosa em torno de 60% nas empresas produtoras destes equipamentos. (1).

Quanto às perspectivas do setor de bens de capital, não há muito otimismo em relação ao comportamento do setor em 1980. Tal expectativa é de certa maneira justificada pela manifesta intenção governamental de manter o crescimento da economia a níveis mais modestos, o que sugere que não haverá sensíveis modificações nos planos de investimentos capazes de alterar o ritmo de crescimento do setor.

---

(1) As metas fixadas no II PND previam a instalação de 8,1 milhões de terminais telefônicos no período 1974/79. Entretanto em 1979 atingiu-se cerca de 6 milhões de terminais.

As expectativas de demanda de bens de capital pelos setores de base da economia, em 1980, são pouco animadoras não havendo inclusive indícios de reversão dessa tendência a médio prazo (1). Como é sabido a redução do nível de pedidos nestas indústrias de bens de capital é por si um prenúncio de crise para o setor.

---

(1) A demanda dos setores de base podem ser assim sintetizadas:

Energia Elétrica - poderão ocorrer diversas encomendas com a implantação de novas usinas hidroelétricas, havendo possibilidade de serem efetivadas novas encomendas para Itaipú e Furnas.

Petróleo e Petroquímica - pequenos investimentos, concentrados no polo petroquímico do Sul bem como a anunciada intenção da Petrobrás para compra de equipamentos no país.

Cimento - Não há grandes perspectivas porque é reduzido o número de projetos de expansão para a produção de cimento.

Programa Naval - continuação do II Plano de Construção Naval, sem definição quanto ao III PCN.

Proálcool - sem grandes definições quanto a efetivação de encomendas, entretanto estão previstos investimentos de Cr$ 45 bilhões em 1980.

Siderúrgico - previstos investimentos de Cr$ 198 bilhões que deverão garantir a continuidade dos projetos em andamento. A única obra nova será o investimento da Siderúrgica Mendes Júnior.

Ferroviário - Aguardam-se novas encomendas da Rede Ferroviária Federal e da Fepasa. Está sendo anunciado que já em 1980 serão desembolsados Cr$ 14,3 bilhões do total de Cr$ 41,6 bilhões previstos até 1985 para a compra de equipamentos.

Nuclear - reduzidas perspectivas. Às encomendas efetivadas para Angra-2 estão concentradas num pequeno número de empresas.

FONTE: Associação Brasileira de Desenvolvimento da Indústria de Base - ABDIB.

III.2. BENS INTERMEDIÁRIOS

O setor de Bens Intermediários tem desempenhado papel importante dentro da economia brasileira, principalmente no período aberto em 1974. Este papel, no entanto, só pode ser compreendido se se percebe a complexa relação que liga o setor ao Estado. Esta relação assume múltiplas formas. Por um lado, o Governo demanda a produção corrente de Bens Intermediários para a realização de obras públicas, e com isso garante taxas elevadas de crescimento do setor. Mas isto de modo algum esgota a questão. Seja através das empresas ligadas ao Estado que operam no setor, seja através da concessão de estímulos oficiais às empresas privadas, têm-se conseguido manter um certo patamar de investimentos para a ampliação da capacidade produtiva do setor, com reflexos positivos na manutenção do nível de atividade econômica do país.

Em 1979 a produção de Intermediários cresceu 9,2%, taxa esta bem superior ao desempenho alcançado no ano anterior (6,8%), quando sua expansão foi inferior à média da Indústria de Transformação. Retomou, assim, o comportamento demonstrado desde 1972, apenas interrompido em 1978. Em 1979, os Bens Intermediários voltam a ser o setor mais importante da Indústria de Transformação, quer sob a ótica das taxas de crescimento, quer sob a ótica da participação na formação da taxa da indústria.

Conforme pode ser visto no gráfico à página 5, observamos que a retomada do ritmo de expansão do setor foi a partir do segundo semestre de 1978, tendo alcançado seu ponto máximo em julho de 1979 (10,7%), apresentando a partir deste mês sinais de declínio nas taxas de crescimento, terminando o ano com 9,2%.

Para um diagnóstico do comportamento do setor faz-se necessário desagregá-lo a nível dos gêneros que o compõem, possibilitando não só observar as tendências destes sub

setores [1] como também, a influência que jogam na composição da taxa dos Bens Intermediários para o período de tempo analisado.

Na tabela 1, observa-se que o índice de 9,2% alcançado pelos Bens Intermediários, em 1979, foi devido basicamente ao comportamento dos gêneros Metalúrgica, Química, Material Plástico e Papel e Papelão que contribuíram com 3,1 , 2,0 , 1,2 e 0,8 , respectivamente, na composição da taxa de crescimento do setor.

Os produtos intermediários da Metalurgia alcançaram não só altas taxas de crescimento neste período (12,3%) como também foram os que contribuíram com a maior parcela na composição da taxa de crescimento do setor.

Fatores que determinaram o bom desempenho do sub-setor são difíceis de serem detectados já que os produtos metalúrgicos são insumos de uso generalizado pela indústria . Dentro do sub-setor destaca-se a participação dos produtos "Não Ferrosos" e "Laminados Planos".

Os produtos metalúrgicos "Não Ferrosos" apresentaram uma expansão da sua produção em 1979 de 14,8% contra -0,5% alcançado em 1978. O aumento da sua produção este ano é derivado, por um lado, pelo crescimento da demanda dos produtos cobre, alumínio, arames e anôdos. Por outro lado, observa-se que o alumínio - principal responsável pelo crescimento dos não-ferrosos, contribuindo com 8,64 na composição da sua taxa de crescimento - apresentou aumentos na produção gerados pela expansão das três empresas produtoras deste metal, a

---

(1) Os principais sub-setores dos Bens Intermediários são compostos por produtos cujos gêneros de origem representam 78,9% do peso da categoria, sendo estes : Minerais Não Metálicos, Metalúrgica, Química, Produtos Alimentares , Material Plástico e Papel e Papelão.

TABELA 1

INDICADORES DA PRODUÇÃO DE BENS INTERMEDIÁRIOS SEGUNDO OS PRODUTOS
E GRUPOS DE PRODUTOS PELOS GÊNEROS INDUSTRIAIS DE ORIGEM
(BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

GRUPOS DE PRODUTOS	1978	1979	CONTRIBUIÇÃO PARA TAXA DE CRESCIMENTO	
			1978	1979
TOTAL	106,82	109,17	6,82	9,17
MINERAIS NÃO METÁLICOS	105,57	105,53	0,69	0,69
Cimento comum	108,78	105,97	0,36	0,25
Pedra britada	100;33	91,94	0,00	-0,11
Azulejos.	111,97	103,25	0,14	0,04
Tijolos	99,68	108,50	0,00	0,05
Ladrilhos	95,70	100,45	-0,02	0,00
Chapas de fibrocimento	105,56	114,37	0,04	0,11
Outros	104,32	109,13	0,17	0,35
QUÍMICA	109,22	109,60	1,91	1,99
Combustíveis e lubrificantes exclusive gasolina	107,78	111,53	0,40	0,60
Resinas	111,55	107,72	0,13	0,09
Fios e fibras	104,02	108,67	0,10	0,21
Óleos vegetais em bruto	110,31	125,35	0,18	0,46
Tortas para alimentação animal.	94,07	111,63	-0,03	0,05
Fungicidas e adubos	102,54	102,13	0,06	0,05
Álcool de cana-de-açúcar	168,59	145,98	0,42	0,28
Esmaltes, tintas e lacas	108,57	103,32	0,17	0,06
Outros	109,79	104,00	0,48	0,19
PRODUTOS ALIMENTARES	100,67	99,34	0,07	-0,07
Açúcar cristal	96,64	89,02	-0,15	-0,50
Açúcar demerara	70,24	111,21	-0,35	0,14
Farinha de trigo	107,14	109,07	0,17	0,21
Farelos de cereais	101,24	107,99	0,01	0,04
Melaço	138,35	86,68	0,11	-0,04
Outros	114,14	103,83	0,28	0,08
METALURGIA	105,12	112,26	1,26	3,03
Gusa	108,85	114,98	0,09	0,15
Lingotes de aço	103,48	112,83	0,07	0,25
Laminados planos	114,35	117,14	0,63	0,74
Laminados não planos	108,23	110,18	0,30	0,38
Não ferrosos	99,52	114,80	-0,01	0,44
Arames	103,99	121,20	0,06	0,30
Outros	101,24	108,32	0,12	0,77
MATERIAL PLÁSTICO	130,60	130,16	1,18	1,16
Canos tubos e mangueiras	127,09	119,95	0,25	0,18
Laminados de mat. plástica	137,42	137,49	0,75	0,75
Sacos e sacolas plásticas	108,83	121,15	0,50	0,11
Peças e acess.p/ind.autom.	121,75	119,19	0,06	0,05
Outros	154,19	146,05	0,08	0,07
PAPEL E PAPELÃO	111,58	113,15	0,74	0,84
Celulose	112,14	112,89	0,09	0,09
Embalagens de papel e papelão..	114,85	115,21	0,61	0,62
Outros	102,86	107,92	0,05	0,13
DEMAIS GÊNEROS(1)	104,58	107,30	0,97	1,53

FONTE: IBGE/DESDE/DINEC

(1) Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transporte, Papel e Papelão, Borracha, Farmacêutica, Perfumaria, Sabões e Velas, Produtos de Matérias Plásticas, Têxtil e Fumo.

Alcan, a Alcominas e a CBA.

Já os "Laminados Planos", que têm como principal demandante a indústria automobilística, vem apresentando ao longo da década de 70 uma tendência de crescimento da produção, alcançando em 1979 a taxa de 18,5%. O incremento na produção dos Laminados Planos neste ano, no entanto, não pode ser justificado somente pelo desempenho do setor automobilístico (4,4% em 1979). Uma possível explicação para o seu desempenho pode estar no fato destes produtos terem sido os que mais pesaram na pauta de exportação dos produtos siderúrgicos, tendo 13,4% da sua produção interna exportada.

A Siderbrás justificou o crescimento da produção das sete siderúrgicas estatais que a compõem, como sendo em "função do aumento da produtividade e melhor utilização dos equipamentos por parte das usinas" (DCI - 14.12.1979).

Um fato importante para o setor siderúrgico, neste ano, foi o balanço superavitário que se obteve no comércio exterior, acontecimento não registrado desde 1970. As exportações em 1979 apresentaram um acréscimo de 54,6% em volume e de 124,2% em valor (quando comparadas com o ano anterior) superando as importações - que apresentaram uma queda de 11,4% em volume e 8,4% em valor - e gerando um saldo comercial positivo de US$ 49 milhões.

A nova diretriz governamental para o Programa de Expansão do Setor Siderúrgico nos próximos anos será a de dar continuidade aos projetos já iniciados nas várias empresas, de forma a atender ao aumento da demanda de produtos siderúrgicos no mercado interno. Com relação à execução de novos projetos, estes só serão implementados se houver disponibilidade de recursos financeiros.

De qualquer forma, a política econômica oficial continua sendo a de dar ênfase a produção siderúrgica, por considerar que a expansão deste setor é um pré-requisito indis-

pensável para a expansão global de todo o sistema produtivo.

Os investimentos médios anuais, previstos no Programa Siderúrgico Brasileiro, situam-se na faixa de US$2,5 bilhões. Para o ano de 1980, o orçamento global da Siderbrás, será de Cr$ 138 bilhões, dos quais Cr$ 120 bilhões serão destinados à aquisição e montagem de novos equipamentos e obras civis nas sete siderúrgicas estatais. No exercício de 1979 o orçamento da Siderbrás foi de Cr$ 78,8 bilhões, sendo cerca de Cr$ 72 bilhões referentes a investimentos diretos.

Para o período de 1980/83, o setor siderúrgico absorverá cerca de 25% do orçamento plurianual de investimentos do BNDE, que prevê recursos da ordem de Cr$ 600 bilhões . Esses recursos se somarão aos que serão obtidos pelas empresas siderúrgicas através de comercialização de seus produtos, empréstimos externos e mesmo dotações orçamentárias.

A maior concentração de investimentos em 1980 no setor siderúrgico, resulta das despesas com os planos de expansão - Estágios III - da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Cosipa, como também com os gastos na montagem e compra de equipamentos da Usiminas, concluindo assim o Estágio III nesta siderúrgica.

Esses recursos também serão utilizados na implantação das três novas siderúrgicas - Açominas, Tubarão e Mendes Júnior - que estão na fase de terraplenagem e obras civis.

Com plena operação dos equipamentos da primeira fase, a Acesita está finalizando o detalhamento da segunda fase de seu plano de expansão, na qual investirá mais US$200 milhões. Apesar de ser estatal, a Acesita não integra o Grupo Siderbrás e é a única empresa do País que faz aços planos inoxidáveis.

A usina II da CSN, prevista para a cidade de Itaguaí, está adiada por falta de recursos, enquanto que o projeto da Sidersul ainda não começou sua implantação, por

não estar definido quanto à participação do Governo Federal, do Estado de Santa Catarina e da iniciativa privada no projeto.

O programa siderúrgico em execução garante o atendimento do mercado interno no máximo até 1983/84, quando entrará em operação a última das unidades de produção atualmente definidas.

O sub-setor de intermediários químicos continuou apresentando alta taxa de crescimento (9,6% em 1979 e 9,2% em 1978) ratificando a tendência de crescimento deste segmento nos últimos anos. Destaca-se a boa performance apresentada pelos produtos "Combustíveis e Lubrificantes", "Óleos Vegetais em Bruto" e "Álcool".

Os Combustíveis e Lubrificantes,[2] principais responsáveis pelo crescimento do sub-setor, tiveram sua produção expandida em 11,5% em 1979. Sendo insumos de uso generalizado, seu crescimento está relacionado à expansão da produção global da indústria.

Uma das preocupações do Governo no momento é conciliar sua política anti-inflacionária e de equilíbrio da Balança de Pagamentos com a necessidade de conter o consumo destes derivados. Para isso, o CNP[3] implementou em 1979, por quatro vezes, medidas visando diminuir o consumo destes derivados, majorando seus preços, cortando em 10% as cotas de fornecimento do óleo combustível industrial e retirando totalmente os subsídios dados pelo Governo aos preços deste derivado, procurando deste modo conduzir a opção dos empresários para as fontes alternativas energéticas como: álcool, carvão vegetal e mineral, energia hidroelétrica, etc...

Deve-se considerar que as medidas visando conter o consumo dos óleos combustíveis e diesel não podem alcançar resultados positivos a curto prazo, dado que a substituição destes óleos por outras

---

(2) Exclusive gasolina

(3) Conselho Nacional do Petróleo

fontes energéticas só pode ser feita a longo prazo.

Além disso, com relação ao óleo combustível as severas medidas não vêm surtindo efeito, ou pelo fato do próprio Governo ter redefinido o corte deste derivado para alguns setores, caso do setor de cimento que baixou para 5%, ou por não ter sido cumprida a medida, caso de outros setores que negociaram novas cotas no final do ano.

No que se refere ao óleo diesel, o problema de substituição e até mesmo de corte do seu consumo é mais sério dado que o setor rodoviário é responsável por 80% do transporte de carga no Brasil.

O crescente aumento da produção de "Oleos Vegetais em Bruto" (25,4 em 1979 e 10,3% em 1978) pode ser explicado pela boa performance dos produtos "Óleo de Amendoim em Bruto" e "Óleo de Mamona em Bruto". Tal comportamento é explicado, por um lado, pela grande safra do amendoim que apresentou um acréscimo de 24% à produção do ano precedente. Por outro lado, o maior demandante destes óleos, a indústria de óleos comestíveis cresceu 36,9%, sendo o óleo de amendoim o principal responsável por este crescimento. Além disso, as exportações dos óleos vegetais em bruto em 1979 apresentaram um crescimento de 10,9% em termos físicos.

É importante citar que, com a crise do petróleo, o óleo de mamona vem sendo utilizado como alternativa de uso dos óleos lubrificantes derivados do petróleo.

Quanto ao "Alcool", houve notável incremento na sua produção, desde 1977, alcançando em 1979 a taxa de 46,0%. Diversos fatores têm contribuído para este comportamento do produto. Em resposta aos fortes estimulos concedidos pelo Proálcool, foram implantadas várias destilarias autônomas para a produção do álcool, no sentido de diminuir a participa -

ção da produção das destilarias anexas. A partir da diminuição da cota de açúcar exportada e da queda da cotação dos preços desse produto no mercado internacional, fato que veio ocorrendo até o final do primeiro semestre, tornou-se mais rentável para os usineiros desviar a cana-de-açúcar das usinas para a produção do álcool nas destilarias anexas. Por sua vez a mudança dos preços relativos de melaço, açúcar e álcool no segundo semestre deste ano, fez com que aumentasse a produção dos dois últimos produtos, em detrimento do primeiro.

Vale ressaltar que a alta nas cotações do açúcar no mercado internacional a partir de julho, foi um dos motivos que teriam levado o Governo a reajustar em 70% o litro do álcool, procurando deste modo impedir que o açúcar venha a se transformar num concorrente sufocador do Proálcool.

No que diz respeito aos produtos intermediários de Matérias Plásticas, destacam-se pelas altas taxas alcançadas neste período, os produtos "Laminados de Matérias Plásticas" "Canos, Tubos e Mangueiras" e "Sacos e Sacolas Plásticas", responsáveis pelo crescimento do sub-setor em 0,8 , 0,2 e 0,1 , respectivamente.

A tendência de crescimento da produção dos produtos de Matérias Plásticas, é atribuída não só à crescente substituição de outras matérias primas pelas matérias plásticas (caso das embalagens de papel e vidro, por exemplo) como também a crescente utilização dos produtos plásticos pela indústria de Material de Construção, Mobiliário e para embalagens de produtos industriais.

Os produtos intermediários de Papel e Papelão alcançaram um significativo crescimento de 13,2% em 1979, contribuindo com 0,84 na taxa de crescimento do setor. Tal comportamento reflete o crescimento da produção de "Embalagens de Papel e Papelão" e de "Celulose", decorrente por um lado, pelo aumento de produção de algumas fábricas que programaram expan

são e pela entrada em operação de novas unidades industriais. Por outro lado o ritmo das atividades industriais do País tem contribuido para o aumento de consumo destes produtos especialmente as indústrias de bens de consumo não duráveis, dada a utilização crescente, neste setor, de embalagens para seus produtos.

Alguns fabricantes do setor, precisamente os que são obrigados a comprar papéis de terceiros, tem encontrado dificuldades na obtenção de papel Kraft. Diante desta situação, foram obrigados a reduzir sua produção perdendo parcela do mercado para as empresas verticalizadas, que aumentaram sua oferta e passaram a suprir o mercado que anteriormente pertencia as empresas dos semi e não integrados.

Quanto à "Celulose", a excelente fase do mercado internacional desse produto, depois de quase quatro anos de excesso de oferta, está permitindo a recuperação das grandes empresas do ramo voltadas para exportação (principalmente Aracruz Celulose, Cenibra e Jari). Por outro lado, o crescimento do consumo no mercado interno poderá forçar as empresas exportadoras a deslocarem cotas para atender aos fabricantes de papel do País. O principal responsável por algumas distorções que estariam provocando o excesso de demanda interna seria o baixo preço da celulose no Brasil face ao preço no mercado internacional.

No caso dos produtos intermediários do gênero Minerais não Metálicos, estes apresentaram um crescimento superior ao do ano anterior (5,5%) sendo o "Cimento Comum" o principal responsável pela taxa alcançada pelo sub-setor, tendo apenas os produtos "Pedra Britada" e "Ladrilhos" influido negativamente no seu crescimento.

A diminuição no rítmo de crescimento do "Cimento" em 1979 (6,0%) quando comparado com o ano anterior (8,8%) deve-se basicamente, pelo lado da oferta, à medida de política energética que estipulou cortes na distribuição de óleo combustível para o setor industrial. Esta medida atingiu principalmente a indústria de cimento, principal consumidor industrial

do produto (20% do total do óleo combustível no País). Os efeitos desta medida se manifestaram mais no fim do ano, quando as cotas anuais dos produtores foram esgotadas. O governo estipulou para este setor um corte de 5% nas suas cotas de fornecimento do óleo combustível.

Pelo lado da demanda, tem influido no comportamento da indústria cimenteira a desaceleração dos investimentos públicos em obras de infraestrutura, grandes consumidores de cimento. Algumas grandes obras como os metrôs de São Paulo e do Rio, a canalização e retificação do rio Tamanduateí e o Pólo Petroquímico Gaúcho experimentaram em 1979 ritmo de atividade muito aquém do previsto. A menor procura do produto também é resultado do menor ritmo de expansão do segmento da construção civil de obras industriais, gerada pela indefinições de projetos e prioridades para os investimentos industriais.

O Governo pretende adotar medidas para que a produção brasileira de cimento em 1985 seja, pelo menos, igual ao consumo previsto de 45,5 milhões de toneladas, e assim, evitar importações. Apesar de não preverem implantações de novas unidades de produção para os próximos dois anos, algumas fábricas deverão ampliar sua capacidade, como a Mauá, a Votoran e a Fábrica de Cimento Goiás. Por outro lado, o CDI estabelecerá os critérios para a ampliação ou implantação de novos projetos de produção de cimento no País, como forma de acelerar os novos projetos de fábricas. Tal medida já pode ser sentida nos projetos aprovados pelo CDI em 1979, para o setor cimenteiro, que apresentaram uma taxa de crescimento de 45,1% (em valores reais) em relação ao ano anterior.

A queda na taxa de crescimento do produto "Pedra Britada" (-8,1%), como também a diminuição no ritmo de crescimento da produção de "Ladrilhos" e "Azulejos" em 1979, são reflexos da retração do nível de atividades da Construção Civil, principalmente do segmento de Edificações, que é o maior demandante destes produtos.

Os Produtos Alimentares continuam apresentando comportamento distinto dos demais componentes da categoria de intermediários, mantendo praticamente estável sua produção em 1979, após tendência de queda a partir do primeiro semestre de 1978. Esta evolução tem no comportamento do açúcar cristal e demerara - produtos de grande peso no grupo - o principal fator explicativo. A difícil conjuntura do mercado internacional açucareiro não vinha permitindo uma retomada de crescimento destes produtos. A inversão desta tendência, prevista em função das cotações do açúcar terem voltado a subir no mercado internacional, já pode ser observada em relação ao "Açúcar Demerara", que apresentou uma expansão de 11,2% em 1979 (contra -29,8% em 1978) explicada basicamente pelo crescimento das suas exportações. A produção de "Açúcar Cristal", no entanto, apresentou em 1979 queda ainda mais pronunciada que em 1978 (-11,0% e -3,4%, respectivamente).

Com relação à queda na produção do "Melaço" neste ano (-13,4% em 1979 contra 38,4% em 1978), esse comportamento pode ser explicado pela mudança nas relações de paridade dos preços melaço/açúcar e melaço/álcool propiciando o desestímulo a produção deste produto por parte dos usineiros.

Sobre os Demais Gêneros, vale ressaltar a importância dos produtos intermediários Têxtil e Material Elétrico na composição da taxa de influência do grupamento, responsáveis por 0,8 do seu crescimento.

III.3. BENS DE CONSUMO

O crescimento de 5,1% apresentado por este setor em 1979 ficou abaixo daquele verificado em 1978 (8,1%), quando este segmento foi o que mais contribuiu para a formação da taxa de crescimento da Indústria de Transformação.

Ao longo do primeiro semestre de 1979 as taxas de crescimento mantiveram-se estáveis em torno dos 8% (indicador de 12 meses); a partir do segundo semestre essas taxas entram em declínio, chegando a 5,2% em dezembro.

Ao nível das sub-categorias que compõem o setor, embora a maior queda absoluta no rítmo de crescimento tenha se observado nos bens duráveis (17% de crescimento em 1978 e 7,5% em 1979) é a sub-categoria de bens não duráveis (6,5% em 1978 e 4,7% em 1979) que mais contribuiu para a queda de 3 pontos percentuais observada entre as taxas de crescimento de 1979 e 1978, para os bens de consumo como um todo.

Apesar das diversas medidas de política econômica tomadas em 1979, tanto as de caráter restritivo ao crédito como as de controle de preços (ver capítulo referente a Distribuição e Comércio), a produção do setor evoluiu de forma satisfatória. Dentre os bens de consumo duráveis, os eletrodomésticos foram os que apresentaram maior taxa agregada de expansão da produção (10,3%) e dentre os bens de consumo não duráveis os produtos do gênero textil apresentaram um crescimento de 5,3%.

III.3.1. BENS DE CONSUMO DURÁVEL

Após fechar o ano de 1978 como o segmento industrial de maior taxa de crescimento (17,0%, sua maior taxa desde 1973), os bens duráveis apresentaram, ao longo de 1979, tendência fortemente declinante em sua expansão. Observados os indicadores dos últimos 12 meses, esses passaram de 116,1 em janeiro, para 111,4 em junho, caindo para 107,5 em dezembro de 1979 (Tabela 1).

A perda de rítmo deveu-se, sobretudo, ao

TABELA 1

INDICADORES DA PRODUÇÃO DE BENS DE CONSUMO DURÁVEL SEGUNDO OS PRODUTOS E GÊNEROS DE ORIGEM

GÊNEROS DE ORIGEM DOS PRODUTOS	1978 (J-Dez) (A)	1979 (Até-Jun) (B)	1979 (J-Dez) (C)	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA TAXA (A)	(B)	(C)
TOTAL	117,01	111,37	107,54	17,01	11,37	7,54
1. Metalúrgica	116,62	112,18	114,71	1,02	0,75	0,90
2. Mecânica	114,88	114,22	112,60	1,53	1,46	1,30
3. Mat. Elétrico	117,22	107,80	108,20	4,20	1,90	2,00
Eletrodomésticos (*) (1+2+3)	116,53	110,08	110,29	6,75	4,11	4,20
Grupo A	114,81	113,15	112,58	2,18	1,93	1,85
Grupo B	109,98	105,92	109,10	1,73	1,03	1,58
Grupo C	132,42	113,17	108,75	2,84	1,15	0,77
TV a cores	152,91	121,31	101,96	2,29	0,92	0,08
4. Transporte	118,78	112,05	104,95	9,11	5,85	2,40
Automóveis	119,96	112,39	104,42	9,23	5,73	2,04
Bicicletas	94,98	105,14	115,76	-0,12	0,12	0,36
5. Borracha	110,79	113,24	108,84	1,15	1,41	0,94
Pneus p/automóveis	111,10	113,12	108,44	1,09	1,29	0,83
Câmaras p/autom.	107,08	114,64	113,58	0,06	0,12	0,11

Fonte: IBGE/DESDE/DINEC

(*) Grupo A: produtos de alto valor e uso generalizado como fogões não elétricos, máquinas de costura e refrigeradores.

Grupo B: produtos de baixo valor e uso generalizado como liquidificadores, chuveiros, enceradeiras, ferro elétrico, ventiladores, rádios, TV preto e branco.

Grupo C: produtos de alto valor e uso restrito como máquinas de lavar, TV a cores, equipamento de som e aspiradores.

comportamento de automóveis que após um crescimento de 20% em 1978, terminou o ano de 1979 com 4,4% de elevação da produção. Ainda assim os bens duráveis de consumo cresceram à expressiva taxa de 7,5%. Tal comportamento foi sustentado, basicamente, pelo desempenho do subconjunto eletrodomésticos cuja taxa de expansão para o mesmo período chegou a 10,3%.

Desta forma, apesar da tendência declinante do crescimento de duráveis ao longo de 1979, o desempenho do setor esteve acima das expectativas, principalmente se se considera as diversas medidas de controle de crédito adotadas durante todo o primeiro semestre e início do segundo (até setembro), tais como a redução nos prazos de financiamento de automóveis e bens de consumo em geral e a fixação de 30% como limite máximo sobre o preço à vista dos produtos vendidos à prazo.

Em contraposição, pode-se mencionar como possíveis fatores explicativos para a ainda manutenção de uma taxa expressiva de crescimento da produção de duráveis, o próprio abrandamento da política de arrocho ao crédito, a partir de setembro; a perspectiva de níveis inflacionários crescentes estimulando a antecipação de compras (tanto no âmbito da indústria quanto no comércio) e a expectativa de aumento do poder aquisitivo da população ante a implementação da Nova Política Salarial com reajustes semestrais de salário.

Conforme já foi dito, os eletrodomésticos foram o principal destaque na produção de bens duráveis. Observa-se na tabela 1 que os três grupamentos apresentaram crescimento significativo em 1979, sendo que o comportamento dos produtos que compõe o grupo A foi mais uniforme, mantendo em 1979 taxa de crescimento da produção próxima a de 1978, enquanto nos produtos do grupo B, os "rádios" apresentaram queda de produção e os "televisores preto e branco" apresentaram aumento. Deve-se observar que no grupo C, a redução na sua taxa de crescimento em relação a 1978 deveu-se à grande redução na taxa de crescimento do produto " TV a cores" em 1979. Assim a queda no rítmo de crescimento de eletrodomésticos (16,5% em 1978 e 10,3% em 1979) estaria diretamente

ligada ao pequeno acréscimo na produção de "TV a cores". E provável que pelo seu alto valor unitário, a demanda por esse produto tenha sentido os efeitos das medidas restritivas acima citadas.

A tendência declinante observada nos indicadores de eletrodomésticos no primeiro semestre (de 16,5% de crescimento ao final de 1978, passou para uma taxa anual de 10,1% em junho de 1979), não se repetiu no segundo semestre, quando seu crescimento estabilizou-se em torno dos 10%. Os indicadores de produção do IBGE estão bastante próximo daqueles divulgados pela ABINNE como resultado global de vendas e produção de eletroeletrônicos para 1979: 10,0 segundo declaração do presidente desta associação.

Os automóveis com tendência acentuadamente declinante em 1979, chegam a 4,4% de crescimento, contra os 20% conseguidos no ano anterior (quando foram responsáveis por 54% da expansão global dos bens duráveis). Se em 1978 uma série de fatores "conjunturais"(1) agiram no sentido de estimular a demanda, o quadro de 1979 foi diverso . Já no início do ano a previsão de crescimento para o setor, segundo o presidente da ANFAVEA, era de 6,0%. Esta estimativa chegou, em meados do ano, entre 1 e 2%. Portanto, em que pese as medidas restritivas adotadas ao longo do ano, agravadas não só pelos substanciais aumentos nos preços da gasolina como também pela perspectiva de adoção de uma política de racionamento, o desempenho da produção de automóveis foi bastante satisfatório.

Os principais fatores determinantes desse bom desempenho foram, segungo empresários do setor, os seguintes:

. a inflação, já que os grandes picos de comercialização de veículos sempre precederam aos reajustes nos preços.

---

(1) Tais como: demanda reprimida em 1977, lançamento de novos modelos, absorção dos aumentos nos preços da gasolina,etc.

. a abertura de novas frentes de comercialização, principalmente no Norte e Nordeste.

. as exportações; foram exportados mais 19,0% de automóveis nos dez primeiros meses de 1979 (em relação a igual período de 1978). Essas exportações já alcançam no último ano, 11% da produção total.

Finalmente, cabe destacar os aumentos verificados em "bicicletas" (15,8%) e em "pneumáticos e câmaras-de-ar para automóveis" (8,8%) que contribuiram de modo significativo para o crescimento dos duráveis. As vendas de pneus, a despeito do problema energético, particularmente da gasolina, superaram as previsões do setor. Segundo a ANIP (Associação Nacional das Indústrias de Pneumáticos) as vendas internas de pneus de todos os tipos cresceram 7% e as exportações, 39% nos 10 primeiros meses de 1979.

III.3.2. BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL

O resultado de 4,7% de crescimento, em 1979, na produção de não duráveis situou-se em torno da média anual de crescimento para os anos recentes (5,0% no período 74/78). O crescimento anual foi ao longo do primeiro semestre de 1979 crescente (indicador de 12 meses de junho chegou a 8,3%). A partir do segundo semestre esse mesmo indicador entrou em declínio terminando o ano a 4,7%.

Pode-se dizer que o comportamento da produção de não duráveis, com exceção dos produtos químicos e farmacêuticos, mantem relação com a evolução da massa salarial e com as condições de crédito direto ao consumidor, além das exportações, para alguns produtos específicos. Desta forma, pode-se sugerir que a expansão da produção em 1979 deveu-se em parte a uma expectativa de melhora no poder de compra devido à reformulação da Política Salarial, bem como um abrandamento das políticas restritivas ao crédito no segundo semestre do ano.

Destacaram-se como principais responsáveis pela evolução deste sub-setor os seguintes gêneros: Textil, Produtos Alimentares, Produtos Farmacêuticos e Perfumaria (tabela 2).

No gênero Têxtil vale destacar o crescimento do item "outros têxteis"(2) (5,8% em 1978 e 11,9% em 1979) e a queda no rítmo de crescimento dos tecidos (9,1% em 1978 contra 3,5% em 1979) resultando na expansão de 5,3% no grupamento como um todo em 1979.

Para os produtos alimentares merecem destaque o excelente desempenho da produção dos óleos comestíveis (37,0%), café solúvel (50,0%) e aves (11,3%) e as quedas ocorridas em leites e derivados (11,2%) e carnes (5,6%), o que levou a um crescimento do grupamento de 4,0%.

O crescimento dos "óleos comestíveis" foi determinado pelo aumento de 142,7% na produção de óleo de amendoim refinado, como consequência da excelente safra de amendoim em 1979.

O ítem "carnes", tal como ocorreu em 1978, apresentou queda na produção (11,1% em 1978 e 5,6% em 1979). A redução da produção de carne no corrente ano deveu-se mais à diminuição no abate de fêmeas do que no de bois gordos, já que se está numa fase de recomposição dos rebanhos, iniciada em 1978, após os grandes abates de matrizes no período 1975/77. (ver capítulo sobre agropecuária).

Os produtos de perfumaria e farmacêuticos mantiveram ao longo do ano taxas elevadas de crescimento.

Os produtos químicos e os do gênero matérias plásticas (estes últimos de pouca relevância para a categoria), são os únicos que apresentaram retração na produção. Em relação aos químicos esse comportamento é reflexo de quedas verificadas na produção de"gasolina"(5,2%) e "gás de hulha" (2,8%) e do pequeno aumento de "GLP" (2,6%).

A queda na produção de "gasolina" possivelmente é resultado de um crescimento mais lento do consumo, aliado à crescente mistura do álcool à gasolina. Segundo técnicos da Petrobrás o consumo de gasolina em 1979 foi 3,5% superior ao de 1978. Excluindo-se o álcool anidro (cujo consumo em 1979 se elevou em 56%) constata-se decréscimo de 2% no consumo de gasolina pura.

---

(2) Inclui artigos de cama, mesa e banho, artigos de malhas, tecidos de veludo, linhas de algodão de coser e bordar.

TABELA 2

INDICADORES DA PRODUÇÃO DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS DE ORIGEM DOS PRODUTOS

GÊNEROS DE ORIGEM DOS PRODUTOS	1979 (J.Dez) (A)	1979 (J.Dez) (B)	CONTRIBUIÇÃO P/A TAXA	
			(A)	(B)
Total	106,48	104,70	6,48	4,70
Material Elétrico	100,15	112,23	0,00	0,18
Papel e Papelão	114,12	106,14	0,05	0,02
Química	109,74	97,57	0,69	-0,17
Farmacêutica	102,99	107,55	0,34	0,85
Perfumaria	110,69	113,02	0,49	0,60
Matérias Plásticas	93,78	97,73	-0,06	-0,02
Têxtil	107,78	105,34	1,82	1,25
Artigos de Vestuário	103,63	105,96	0,11	0,18
Tecidos	109,08	103,51	1,46	0,56
Outros	105,79	111,91	0,25	0,51
Vestuário	108,36	103,96	0,94	0,45
Produtos Alimentares	104,82	103,95	1,22	1,00
Leite e Derivados	114,13	88,83	0,77	-0,61
Carnes	89,90	94,36	-0,64	-0,31
Aves	114,59	111,31	0,07	0,06
Óleos Comestíveis	123,63	136,97	0,41	0,64
Massas Alimentícias	107,27	108,20	0,11	0,12
Açúcar Refinado	104,02	108,74	0,06	0,14
Biscoitos e Balas	111,20	111,20	0,36	0,31
Café Solúvel	81,12	149,69	-0,13	0,35
Sal Refinado	105,29	104,96	0,02	0,02
Outros	104,12	105,98	0,19	0,28
Bebidas	107,15	105,02	0,63	0,44
Fumo	106,36	101,80	0,36	0,10

Fonte: IBGE/DESDE/DINEC

IV. INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

A taxa de crescimento verificada na Indústria Extrativa Mineral em 1979 foi de 9,9%, acima, portanto, da taxa registrada no ano anterior (6,1%).

Mais uma vez foi o setor de "Extração de Minerais Metálicos", com crescimento de 17,9%, o que mais contribuiu para a formação dessa taxa (responsável por 75% do crescimento global do setor), seguido dos grupamentos "Extração de Combustíveis Minerais" e "Extração de Minerais não Metálicos" com crescimento de 3,7 e 9,3%, respectivamente (tabela 1).

A nível interno desses grupamentos, verifica-se que os principais produtos responsáveis pelo comportamento de "Extração de Minerais Metálicos" foram: "Minério de Ferro" e "Minério de Manganês", com taxa de crescimento de 13,7% e 27,8%, respectivamente, produtos estes de maior peso no grupamento. Em 1978 a expansão desse grupamento foi determinado pelo Minério de Manganês e pelo Minério de Ferro Pelotizado, com crescimento de 36,6% e 107,7%, respectivamente.

O crescimento da produção de "Minério de Ferro" em 1979 está associado a um certo indício de recuperação da indústria siderúrgica mundial a partir do início do ano, quando verificou-se uma elevação de preço do produto no mercado externo. Naturalmente, outros fatores também contribuíram para essa elevação de preços: anúncios de volumosas compras pelos países socialistas; ação de especuladores em razão do processo inflacionário internacional e, finalmente, uma reação considerada natural depois de três anos de estagnação nos preços desse produto.

As exportações brasileiras de minério de ferro cresceram, em quantidade e valor referente a jan-nov, 13,4% e 24,6%, respectivamente, o que significa um aumento do preço médio de exportação da ordem de 9,8% (tabela 2). O comportamento das exportações foi basicamente determinado pelo ótimo nível alcançado no segundo semestre. No primeiro semestre, conforme dados da CACEX, houve uma queda na quantidade exportada de 13,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude das enchentes ocorridas no início do ano em Minas Gerais e Espírito Santo, provocando problemas de transporte.

TABELA 1

INDICADORES DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL, SEGUNDO OS GRUPOS DE PRODUTOS E PRODUTOS-ACUMULADOS
(BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

GRUPOS DE PRODUTOS E PRODUTOS	1978	1979	CONTRIBUIÇÃO PARA A TAXA DE CRESCIMENTO	
			1978	1979
TOTAL	106,12	109,94	6,12	9,94
EXTRAÇÃO DE MIN.METÁLICOS	111,96	117,88	4,95	7,40
Minério de Ferro	102,34	113,66	0,58	3,36
Min. de Ferro Sintetizado	110,03	117,98	0,20	0,36
Min.de Ferro Pelotizado	207,66	145,47	0,95	0,40
Min.de Alumínio	102,91	115,82	0,02	0,09
Min. de Chumbo	98,40	114,58	-0,02	0,18
Min. de Estanho	103,11	129,40	0,03	0,25
Min. de Manganês	136,58	127,85	3,11	2,37
Min. de Nióbio	109,12	158,66	0,08	0,54
Min. de Tungstênio	97,49	92,99	-0,03	-0,07
Min. de Ouro	103,42	89,65	0,03	-0,08
EXTRAÇÃO DE MIN.NÃO METÁLICOS	110,20	109,34	0,70	0,64
Amianto de Asbesto em Bruto	132,54	113,62	0,40	0,17
Calcáreo	107,00	105,47	0,28	0,21
Fosfatos Naturais em Bruto	99,52	107,37	0,00	0,07
Magnesita Pelotizada	102,54	125,16	0,02	0,19
EXTRAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS MINERAIS	100,90	103,68	0,47	1,90
Carvão de Pedra em Bruto	114,37	117,02	0,82	0,95
Carvão de Pedra Lavado	106,23	122,50	0,12	0,43
Gás Natural	106,25	99,45	0,28	-0,02
Petróleo em Bruto	98,12	101,35	-0,75	0,54

FONTE: IBGE/DESDE/DINEC

A demanda interna, que representa atualmente cerca de 20% da demanda global do produto, também teve significativa expansão nesse ano em virtude do bom desempenho do ramo siderúrgico que se expandiu à taxa de 13,22% e que participa com 97% dessa demanda.

Quanto ao "Minério de Manganês", sua expansão foi determinada também, tanto pelo acréscimo das exportações, como pelo crescimento da demanda interna. Apesar de ter havido um decréscimo no preço médio de exportação da ordem de 10,5%, a quantidade exportada cresceu de 30,9% (tabela 3).

No que se refere a demanda interna (representa, atualmente, cerca de 50% da demanda global), sua expansão está relacionada ao crescimento da produção de Ferro-ligas que responde por 75% dessa demanda. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Siderurgia, a produção de ligas de ferro-manganês e ferro-silicio-manganês cresceu, respectivamente 20,4% e 33,5% em jan-set de 1979 com relação a igual período do ano anterior.

A respeito dos outros produtos do qrupamento, quase todos (com exceção de "Minério de Tungstênio" e "Minério de Ouro") apresentaram excelentes taxas de crescimento em 1979, com destaque para o "Minério de Ferro Pelotizado" que teve um crescimento de 45,5% (já tinha crescido à taxa de 107,7% em 1978) e o "Minério de Nióbio" que cresceu 58,7%.

Estes dois produtos vem apresentando grande expansão da demanda. O "Minério de Ferro Pelotizado" tem tido maior uso na indústria siderúrgica em razão de apresentar melhor rendimento e reduzido volume de escória, o que implica em uma significativa economia de combustível. Suas cotações de mercado tem sido bem mais estimulantes do que as verificadas para o Minério em Bruto.

O "Minério de Nióbio" vem tendo grande utilização na produção de aços especiais, cuja característica principal é a resistência a elevadas temperaturas com aplicação nas Indústrias Naval, e Automobilística, em materiais de reatores, etc. Cerca de 70% do produto ocorreu sob a forma de ligas de Ferro-Nióbio, cujo preço médio de exportação cresceu, em média, 20% ao ano, de 1973 a 1977.

Quanto aos demais produtos do grupamento que apresentaram bom desempenho vale destacar apenas os não - ferrosos (alumínio, chumbo e estamho), cuja expansão vem em resposta às metas oficiais para a auto-suficiência do país em relação a esses produtos, face aos problemas de Balanço de Pagamentos. É o caso, por exemplo, do Alumínio, em que as principais empresas do setor vem apresentando expansão do seu potencial produtivo.

No grupamento "Extração de Combustíveis Minerais," cuja taxa de expansão foi de 3,7% e que contribuiu com 19% para a formação da taxa global da Indústria Mineral, vale destacar a performance do "Carvão de Pedra em Bruto" e do "Carvão de Pedra Lavado", com crescimento, respectivamente, de 17,0% e 22,5%.

O comportamento da produção desses produtos em 1979 está relacionado à política de incentivos recebidos em função do programa de substituição do óleo combustível pelo Carvão Mineral. Em 1979 diversas empresas dos setores de termoeletricidade e de cimento, principalmente nc Sul do país, iniciaram um programa de substituição do óleo combustível pelo carvão mineral.

Quanto ao "Petróleo," produto mais importante do grupamento, bem como o de maior peso da Indústria Extrativa, após 4 (quatro) anos de redução de quantidade produzida, apresentou em 1979 um crescimento da ordem de 1,4%. Este comportamento é atribuído à entrada em produção de novos poços das bacias do Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Conforme informações da Petrobrás referente a janeiro/novembro, esses poços registraram taxas de crescimento da ordem de 129,6%, 120,3% e 69,6%, respectivamente, fazendo com que a participação da produção da Plataforma Continental aumentasse de 26,1% em 1978 para 32,7% em 1979, uma vez que a produção em terra registrou um decréscimo de 7% no mesmo período. Segundo informações do Ministério das Minas e Energia, as perfurações de petróleo atingiram esse ano 766 mil metros, sendo 698.513 pela Petrobrás e 67.853 através dos Contratos de Risco, representando um acréscimo de 24% em relação a 1978.

Em 1979 foram assinados mais 11 (onze) contratos de risco com empresas privadas e 1 (um) contrato com a empresa

Paulipetro, do Governo de São Paulo, perfazendo até esse ano 49 contratos celebrados, com área total dos blocos abrangendo 335 115 km^2 e compromisso de aplicação mínima obrigatória de US$ 329,3 milhões.

Finalmente, no grupo de "Extração de Minerais não Metálicos" vale destacar o desempenho do "Amianto" que cresceu à taxa de 13,6% (em 1978 tinha crescido à taxa de 32,5%) talvez como reflexo do comportamento do setor de Construção Civil (Edificações), onde tem tido uso bastante difundido. Vale destacar também, o crescimento da "Magnesita Pelotizada": 25,2% .

Em termos de projeção para os próximos anos, as perspectivas para a Indústria Extrativa Mineral estão diretamente correlacionadas com a concretização das metas de política econômica anunciadas para o setor, com maior ênfase para o grupo de "Extração de Combustíveis Minerais".

A procura de soluções para os problemas energéticos é, sem dúvida, uma das metas prioritárias das atuais diretrizes de política econômica.

Está previsto um aumento nominal da despesa orçamentária à conta de recursos do Tesouro da ordem de 117% em 1980 para o grupo de Energia e Recursos Minerais, aumento este somente suplantado pelo previsto para a Agricultura.

Os constantes aumentos do preço internacional do Petróleo e o significativo peso desse produto na estrutura de consumo energético nacional, bem como as perspectivas de possíveis restrições da oferta externa, são fatores que determinarão grandes investimentos para a expansão da oferta interna de Petróleo e em fontes energéticas alternativas nos próximos anos.

A Petrobrás vem anunciando grandes investimentos a partir de 1980, nas áreas de exploração e de produção para que sejam concretizadas as metas de produção de 400/500 mil barris/dia em 1985, o que representaria um crescimento médio anual de 18% no período, uma vez que a produção média atual é de cerca de 172 mil barris/dia.

No final do ano de 1979 foram anunciadas pelo Ministério das Minas e Energia mudanças significativas nos Contratos com Cláusulas de Risco, com o intuito de torná-los mais flexiveis. Os principais pontos dessa mudança foram os seguintes:

a) Toda a área onde a Petrobrás não esteja prospectando ou produzindo será colocada à disposição das empresas interessadas;

b) As empresas terão acesso às bacias por inteiro, incluindo as informações geológicas sobre as áreas, deixando de ficar limitadas a blocos específicos;

c) Será admitido o pagamento em Petróleo pelos serviços prestados pela empresa privada, o que não acontece com os contratos firmados até o ano de 1979;

d) A iniciativa privada participará também da produção do petróleo, o que atualmente é prerrogativa da Petrobrás;

e) Será estimulada a formação de consórcios de pequenas e médias empresas nacionais privadas para pesquisar Petróleo com assistência técnica da Petrobrás.

O "Carvão Mineral" é outro produto cujas perspectivas de investimentos para a década de 1980 estão relacionadas às soluções dos problemas de energia. Em 1979 foi aprovado o Plano de Aproveitamento Energético do Carvão Nacional pelo Conselho Superior de Energia. O mercado potencial que deverá ser atingido pelo Carvão é formado pelo setores que hoje consomem Óleo Combustível, GLP, Nafta Petroquímica ou Nafta como insumo para a produção de gás.

A primeira prioridade fixada para o programa de substituição se refere aquelas regiões geográficas mais próximas aos pólos de produção carbonífera, tendo em vista a compatibilização em termos de custo de transporte e manutenção de suprimento contínuo.

Em relação ao percentual de óleo combustível a ser substituído pelo Carvão, segundo os setores de atividade

econômica, até 1985, foi programado o seguinte:

- Geração de termoeletricidade..... 100%
- Cimento, siderurgia, cerâmica 80%
- Papel, celulose, não-Ferrosos 50%
- Petroquímica, Alimentos/bebidas, vidro. 30%
- Refino de petróleo 20%

O Plano prevê investimentos da ordem de US$ 870 milhões, (entre investimentos estatais, capitais de risco de empresas e empréstimos externos) e expansão da produção até alcançar 30/35 milhões de toneladas em 1985. Meta bastante ambiciosa tendo em vista muitos fatores que ainda não foram definidos como, por exemplo: garantias de preços e consumo, disponibilidade e localização de entrepostos, etc, além de toda problemática atual da infra-estrutura portuária e ferroviária do país.

Quanto aos outros produtos do setor Extrativo Mineral, os que apresentam melhores perspectivas para os próximos anos são os do grupo dos não-ferrosos, cuja prioridade para a auto-suficiência do país e a geração de um excedente exportável está diretamente relacionada também aos problemas de Balanço de Pagamentos. É o caso, por exemplo, do alumínio que conta com grandes projetos em implantação: - ALUNE (Alumínio do Nordeste S/A), destinado a produzir alumínio em Recife, a partir de 1983 e com investimento previsto de US$ 260 milhões;

- ALBRÁS (localizado em Vila do Condepa), produção de alumínio com a bauxita fornecida pelo projeto Trombetas, com produção prevista para 1983 (Investimento: US$ 995 milhões).

- VALESUL (RJ) - produção de alumínio a partir da bauxita do projeto ALUNORTE a partir de 1981 (Investimento: US$ 300 milhões).

- ALUNORTE (Vila do Conde - PA - produção de alumina para abastecer os projetos ALBRÁS - VALESUL - ALUNE a partir de 1982 (Investimento previsto: US$ 410 milhões).

Vale ressaltar que os projetos ALBRÁS/ALUNORTE deverão sofrer algumas modificações nos seus cronogramas em virtude do atraso nas obras da hidroelétrica de Tucurui que fornecerá toda a energia para esses projetos.

As perspectivas para os Minérios de Ferro e de Manganês estarão basicamente na dependência da performance do mercado internacional nos próximos anos. Entretanto, as metas de exportação de Minério de Ferro anunciadas pela Companhia Vale do Rio Doce, correspondem a um crescimento anual em torno de 15% até 1983. A partir de 1984 esta taxa deverá aumentar, quando se prevê a entrada em operação do Projeto Carajás, com uma produção para exportação no primeiro ano da ordem de 15 milhões de toneladas e, dois anos depois, 35 milhões de toneladas/ano.

As obras do "Projeto Carajás" deverão entrar em rítmo acelerado no segundo semestre de 1980. Depois de muitos estudos e debates, a opção ferroviária ligando a região das minas ao porto de São Luiz do Maranhão, será mesmo adotada apesar das críticas que vem recebendo a respeito. O custo do projeto está estimado em torno de 2,6 bilhões de dólares, dos quais a metade deverá ser gasto na construção da ferrovia, segundo estudos da Amazônia Mineraçoes, principal empresa do projeto.

Durante o ano de 1979 foi bastante noticiada a proposição do governo de por em prática um plano de privatização de jazidas ora em poder do Estado. Para tanto seria acionado um amplo programa de incentivos com o intuito de estimular a empresa privada para o setor. Alguns desses incentivos chegaram a ser anunciados oficialmente, como por exemplo: a mudança no Código Brasileiro de Mineração, tornando-o mais flexivel e eficiente e a adoção do bem mineral como garantia de financiamento, ou seja, o valor dos recursos obtidos pelos empresários seria transformado em unidades físicas de produção através da divisão do saldo devedor do empréstimo pelo preço do minério (à época das amortizações, será reconvertido a termo monetário). Por esse sistema os financiamentos ficariam isentos de custos financeiros (juros e correção monetária), passando a ser vinculados às oscilações de preços dos minerais no mercado.

TABELA 2

BRASIL - EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO - QUANTIDADE E VALOR 1970/79.

PERÍODO	QUANTIDADE (1000 t) A	VALOR (1000 DÓLARES) B	PREÇO MÉDIO (DÓLAR/TON.) C	VARIAÇÃO % A	VARIAÇÃO % B	VARIAÇÃO % C
1970	28.061	209.565	7,47	-	-	-
1971	31.020	237.327	7,65	10,5	13,2	2,4
1972	30.512	231.707	7,59	- 1,6	- 2,4	- 0,8
1973	44.963	362.811	8,07	47,4	56,6	6,3
1974	59.439	571.159	9,61	32,2	57,4	19,1
1975	72.522	920.891	12,70	22,0	61,2	32,2
1976	67.095	995.585	14,84	- 7,5	8,1	16,9
1977	58.541	907.247	15,50	-12,7	- 8,9	4,4
1978	66.371	1.027.699	15,48	13,4	13,3	- 0,1
1979*	67.970	1.158.485	17,04	13,4**	24,6**	9,8**

FONTE: Balanço Mineral Brasileiro e CACEX

(*) JAN-NOV 1979

(**) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

TABELA 3

BRASIL - EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE MANGANÊS - QUANTIDADE E VALOR
1970/79

PERÍODO	QUANTIDADE (1000 t) A	VALOR (US$1000) B	PREÇO MÉDIO (DÓLAR/t) C	VARIAÇÃO ANUAL % A	B	C
1970	1.588	30.592	19,26	-	-	-
1971	1.797	37.706	20,98	13,2	23,3	8,9
1972	1.175	27.262	23,20	-34,6	-27,7	10,6
1973	788	18.866	23,94	-32,9	-30,8	3,2
1974	1.493	49.699	33,29	89,5	163,4	39,1
1975	1.558	80.625	51,75	4,4	62,2	55,5
1976	1.072	66.042	61,61	-31,2	-18,1	19,1
1977	560	32.114	57.35	-47,8	-51,4	- 6,9
1978	894	48.626	54,39	59,6	51,4	- 5,2
1979*.....	1.047	52.802	50,43	30,9**	17,1**	-10,5*

FONTE: Balanço Mineral Brasileiro e CACEX

(*) JAN-NOV 1979

(**) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

TABELA 4

PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO E LGN

em metros cúbicos

ESTADOS	JAN-NOV 79 A	JAN-NOV 78 B	VARIAÇÃO % A/B
MAR	2 946 218 (32,70%)	2 302 295 (26,1%)	28,0
R.G.N.	532 610	228 000	129,6
SERGIPE	931 766	1 017 176	- 8,4
BAHIA	476 170	487 770	- 2,4
RIO DE JANEIRO	801 993	472 794	69,6
ESP. SANTO	212 679	96 555	120,3
TERRA	6 064 620 (67,30%)	6 526 880 (73,9%)	- 7,1
ALAGOAS	156 540	120 443	30,0
SERGIPE	1 459 584	1 495 617	- 2,4
BAHIA	4 348 344	4 733 992	- 8,2
ESP. SANTO	100 152	176 828	-43,4
TOTAL	9 010 838	8 829 175	2,1

FONTE: PETROBRÁS

V. EMPREGO E SALÁRIO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E EXTRATIVA MINERAL

- Emprego -

As preocupações com o nível de emprego são significativamente potencializadas na fase descendente do ciclo econômico, na qual a dificuldade de se atingir níveis razoáveis de criação de novos empregos pode constituir-se em ameaça de ruptura da estabilidade sócio-política tida como imprescindível para a superação da crise e consequente retomada do crescimento econômico.

Dessa forma, a política de desaquecimento implementada pelo Governo no 1º semestre de 1979, aliada à insuficiente evolução do nível de emprego nos últimos anos, passou a ser objeto de atenção de segmentos expressivos da sociedade brasileira, quando se constatou a incompatibilidade entre uma política econômica recessiva e a necessidade de geração de um volume de emprego considerável.

A partir do 2º semestre, o problema do desemprego emergiu como uma das dificuldades da economia em 1979, levando ao reconhecimento aberto de que somente através do crescimento da economia, daqui para frente, será possível aborver os novos contingentes de trabalhadores que a cada momento se incorporam à força de trabalho.

Na realidade, em alguns setores da economia, a não geração de novos empregos prejudica os próprios contingentes já empregados, quer seja pela pressão para a não elevação dos salários, quer seja pela maior facilidade em se efetuar a rotatividade da mão-de-obra.

No entando, promover a articulação de uma política voltada para uma maior geração de empregos com outros objetivos prioritários da atual política econômica, tais como, o combate à inflação, o reequilíbrio do Balanço de Pagamentos, a implementação de uma nova Política Salarial, etc,

seria imprescindível, pois muitos desses objetivos podem estar sendo alcançados com prejuízo da expansão das oportunidades de emprego.(1)

Assim, no plano das perspectivas em termos de política econômica na área do emprego, está a geração de um número máximo desses empregos em áreas onde a dependência de importações é mínima e onde a resposta positiva do contingente empregado é imediata (ex.: Construção Civil e Agricultura). Um outro aspecto diz respeito à tentativa do Governo em privilegiar a intensificação do trabalho em setores que estão operando com capacidade ociosa, através de incentivos às exportações.

Vejamos agora o desempenho conjuntural da Indústria (Transformação e Extrativa Mineral), em 1979, no que diz respeito à absorção de mão-de-obra.

A Indústria manteve, em 1979, a taxa de crescimento do emprego verificada no ano anterior. De acordo com a tabela 1 observa-se que o nível de emprego na Indústria Geral em dezembro de 1979 situou-se 2,2% acima do alcançado em dezembro de 1978.

Maiores níveis de aborção de mão-de-obra na Indústria de Transformação no período analisado foram verificados no primeiro semestre, apresentando no segundo tendência levemente declinante até setembro, voltando, entretanto, a recuperar-se nos meses de outubro, novembro e dezembro quando passa a se situar em torno de 2%. Em termos da tendência da evolução do emprego ao longo do ano, tem-se que pelo indicador de 12 meses (tabela 2), as taxas foram crescentes até o primeiro semestre, apresentando uma ligeira queda no segundo semestre. Em relação a 1978, a evolução deste

---

(1) Como exemplo, poderia citar-se a própria reformulação da Política Salarial recentemente implantada, ter levado a uma certa relutância por parte dos empregadores em efetuar novas contratações em 1979, até que ficassem mais claras as possibilidades de repasses dos reajustes concedidos à título de correções salariais semestrais.

indicador foi oposta, mostrando uma ligeira alta em suas taxas no segundo semestre.

Na Indústria Extrativa Mineral o crescimento do nível do emprego produtivo em 1979, (7,3%) em relação a dezembro, de 1978, é significativo, apresentando melhoras ao longo de todo o ano (tabela 1). Em termos de evolução da tendência do emprego neste setor em 1979 este foi crescente, contrapondo-se à uma estabilidade das taxas em 1978 (tabela 2).

Em termos de expansão média do emprego (tabela 3), a Indústria de Transformação apresentou, em 1979, um crescimento de 2,5%, resultado pouco superior ao verificado em 1978 de 2,3%.

Os ramos industriais cujas contribuições foram mais expressivas para a formação da taxa de expansão do emprego no setor industrial em 1979 foram: Material de Transporte, Metalúrgica, Produtos Alimentares e Mecânica. Dos 16 gêneros, 3 não apresentaram acréscimos nos índices de emprego: Minerais não Metálicos, Borracha e Perfumaria.

Comparando-se as taxas de crescimento do emprego e da produção industrial tem-se que para um crescimento de 7% da produção, o emprego expandiu-se em menos de 3% em termos médios. Como relacionar estas taxas?

Sabe-se que a tendência de crescimento dessas duas variáveis ao longo dos anos é a mesma, verificando - se, no entanto, diferenças no ritmo de crescimento, por um lado e, por outro, uma certa defasagem nas respostas do emprego às mudanças ocorridas na produção. Essa defasagem é explicada pela variação no grau de utilização da mão-de-obra, propiciando que variações de curto prazo no montante produzido não impliquem de imediato, em alterações significativas no contigente empregado.

Dados da Federação das Indústrias de São Paulo - FIESP, sobre Horas Trabalhadas na Produção Industrial Paulista, indicam um incremento de 3,6% das horas trabalhadas em 1979 em relação ao ano anterior (tabela4). Somente nos sub-

setores de Minerais não Metálicos, Química e Têxtil ocorreram decréscimos nas horas trabalhadas na produção em relação a igual período do ano anterior. No setor de Produtos de Matérias Plásticas a expansão daquele indicador chegou a alcançar 10,9%.

Isso leva a crer que a demanda por trabalhadores adicionais, pelo menos para a Indústria Paulista, pode ter sido menos intensa em virtude de uma maior utilização do contingente de mão-de-obra já empregado.

Assim, considerando por um lado a variação no grau de utilização da mão-de-obra, e, por outro, o caráter da industrialização recente que privilegiou setores intensivos em capital, aliado aos encargos trabalhistas que oneram a folha de pagamento do empresário, tem-se que a geração de maiores oportunidades de emprego está atrelada e dependente, a longo prazo, a uma política de investimento em setores mais intensivo em mão-de-obra.

Dessa forma, a estabilidade na geração de empregos produtivos industriais em 1979, frente à manutenção do ritmo de crescimento da produção no período é perfeitamente compatível com estrutura produtiva e ocupacional brasileira.

TABELA 1
PESSOAL OCUPADO NA PRODUCÃO
INDICADOR BASE FIXA - 1978/1979
(BASE: DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR = 100)

PERÍODOS	IND. DE TRANSFORMAÇÃO		IND. EXTRATIVA MINERAL		IND. GERAL	
	1978	1979	1978	1979	1978	1979
JANEIRO	100,80	101,56	100,69	102,91	100,80	101,60
FEVEREIRO	101,50	102,59	100,34	101,94	101,47	102,57
MARÇO	102,85	103,32	100,54	102,92	102,79	103,31
ABRIL	103,24	103,08	100,89	103,97	103,18	103,10
MAIO	103,62	103,23	100,88	104,52	103,55	103,26
JUNHO	103,18	102,98	100,06	104,39	103,10	103,01
JULHO	102,80	102,54	100,60	106,29	102,74	102,63
AGOSTO	102,85	102,10	100,54	107,04	102,79	102,21
SETEMBRO	102,73	101,63	100,69	106,91	102,67	101,76
OUTUBRO	103,22	102,16	100,78	107,66	103,15	102,30
NOVEMBRO	103,41	102,46	100,78	107,14	103,34	102,58
DEZEMBRO	102,97	102,10	101,15	107,27	102,92	102,23

FONTE: IBGE/DESDE/DINEC

TABELA 2

PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO

INDICADOR ACUMULADO 12 MESES

(BASE: IGUAL PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR)

MESES	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL		INDÚSTRIA GERAL	
	1978	1979	1978	1979	1978	1979
Até Jan	101,31	102,67	101,06	101,62	101,30	102,65
Até Fev	101,05	102,87	100,91	101,75	101,05	102,84
Até Mar	100,87	102,99	100,89	101,85	100,87	102,96
Até Abr	100,79	103,03	100,93	101,93	100,79	103,00
Até Mai	100,85	103,00	100,97	102,11	100,86	102,98
Até Jun	100,92	103,02	100,96	102,47	100,92	103,00
Até Jul	101,10	102,98	100,79	102,93	101,09	102,98
Até Ago	101,32	102,89	100,85	103,39	101,31	102,90
Até Set	101,56	102,76	100,91	103,84	101,54	102,79
Até Out	101,79	102,63	101,03	104,32	101,77	102,67
Até Nov	101,98	102,51	101,11	104,76	101,96	102,57
Até Dez	102,19	102,40	101,11	105,15	102,16	102,47

FONTE: IBGE/DESDE/DINEC

TABELA 3

PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO

INDICADOR ACUMULADO - 1978/1979

(BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

G Ê N E R O S	1978	CONTRIBUIÇÃO PARA A TAXA	1979	CONTRIBUIÇÃO PARA A TAXA
Indústria Geral	102,24	-	102,62	-
Extrativa Mineral	101,17	-	105,80	-
Indústria de Transformação	102,27	2,27	102,53	2,53
Minerais não Metálicos	101,88	0,19	99,22	-0,08
Metalúrgica	102,34	0,29	103,03	0,37
Mecânica	99,52	-0,04	103,63	0,30
Mat. Elétrico	107,06	0,37	105,22	0,28
Mat. Transporte	104,19	0,31	106,22	0,46
Papel e Papelão	104,40	0,14	106,90	0,21
Borracha	99,41	-0,01	99,32	-0,01
Química	100,63	0,03	100,22	0,01
Farmacêutica	98,75	-0,01	100,58	0,01
Perfumaria, Sabões e Velas	104,40	0,03	100,53	0,00
Prods. de Mat. Plásticas	105,11	0,10	106,27	0,13
Têxtil	102,40	0,41	101,11	0,19
Vestuário, Calç. e Artef. de Tecidos ...	106,32	0,49	102,83	0,27
Produtos Alimentares	99,11	-0,13	102,00	0,32
Bebidas	103,57	0,07	103,23	0,07
Fumo	103,79	0,03	107,16	0,05

FONTE: IBGE/DESDE/DINEC.

TABELA 4

HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO - SÃO PAULO

TAXAS MÉDIAS DE VARIAÇÃO

GÊNEROS INDUSTRIAIS	1979
Minerais não Metálicos	- 3,9
Metalúrgica	4,8
Mecânica	5,6
Material Elétrico e de Comunicações	9,4
Material de Transporte	5,6
Mobiliário	5,2
Papel e Papelão	5,9
Química	- 0,4
Produtos de Matérias Plásticas	-10,9
Têxtil	- 1,3
Alimentação	4,8
Agregado (1)	3,6

FONTE: FIESP- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Circular nº 54 de 14-3-80.

(1) Obtido através de ponderação dos resultados dos gêneros industriais.

- Salário -

O crescimento do salário médio real dos trabalhadores da Indústria (Transformação e Extrativa Mineral) foi de 5,2%, em 1979, com o emprego expandindo-se em 2,6%, implicando num crescimento da massa de salário real de 7,9%. (tabela 1).

No que concerne ao crescimento da massa de salário real paga na Indústria Extrativa Mineral, verificou-se uma expansão de 20,4%, tendo sido alcançadas taxas acumuladas de crescimento ao longo de todo o ano num patamar superior ao de 1978. Este resultado superior em 1979 deveu-se tanto à expansão do salário médio real del3,8% (contra 7,8% em 1978) quanto ao crescimento do emprego de 5,8% (contra 1,2% em 1978). Na Indústria de Transformação observa-se que a expansão ocorrida na massa salarial do pessoal ocupado na produção foi de 7,6% no período, taxa inferior aos 10,9% alcançados em 1978. Este menor percentual de aumento em 1979,relativamente a 1978, é explicado pela queda no rítmo de crescimento do salário médio real em 1979: cresceu 4,9% contra 8,4% em 1978, enquanto o emprego expandiu-se em 1979 em 2,5%, taxa próxima à alcançada em 1978 (2,3%).

A nível dos gêneros industriais (tabela 2), verifica-se que as maiores taxas de crescimento do salário médio real do pessoal ocupado na produção foram observadas nos gêneros de Borracha, Química, Metalúrgica, Papel e Papelão, Têxtil, Minerais não Metálicos e Perfumaria que apresentaram índices de crescimento superiores ao verificado para a Indústria de Transformação. Somente nos gêneros Bebidas e Fumo constatou-se perdas salariais reais.

Vale notar que apesar do salário médio de todos os gêneros industriais situarem-se acima do maior salário mínimo vigente (Cr$ 2.932,80), as diferenças de salário médio entre os gêneros continua a manter graves distorções. A tabela 3, relacionando o salário médio do pessoal ocupado na produção nos diferentes gêneros industriais e posicionando-os em função do salário médio na Indústira de Transformação, possibilita verificar aquelas distorções.

Caberia trazer à discussão, neste ponto, que possíveis fatores ocorridos ao longo de 1979 poderiam propiciar uma explicação para o crescimento da ordem de 5,2% do salário médio real dos trabalhadores da Indústria.

Nota-se que apesar do indicador de salário médio real apresentar taxa de crescimento inferior à verificada em 1978 (8,4%), a expansão observada no período foi significativa quando se leva em conta que, em 1979, as altas nos índices de custo de vida foram expressivas, aliadas a fixação de fatores de reajustes salariais em patamares inferiores aos percentuais alcançados por aqueles índices (ver gráfico página 92).

Assim, um primeiro fator explicativo para o crescimento verificado no salário médio real industrial poderia ser buscado no crescimento das horas trabalhadas na produção. De fato conforme o indicador da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, houve uma expansão de 3,6% nas horas trabalhadas na produção em 1979, em comparação a igual período do ano anterior.

Em segundo lugar, pressões trabalhistas ocorridas ao longo de todo o ano contribuíram para o crescimento do salário médio real, uma vez que alguns dos percentuais de aumento concedidos, tanto através dos dissídios coletivos, quanto dos acordos firmados em diversas categorias trabalhistas entre empregados e patrões, fixaram-se acima dos reajustes oficiais estabelecidos pelo governo nas respectivas datas base.

Um terceiro motivo, por fim, associa-se à implantação, em novembro de 1979, da Nova Política Salarial, resultando de imediato na expansão nominal de 22% da massa salarial, bem como de nova elevação do salário mínimo em novembro (a anterior ocorreu em maio).

Sem dúvida, a reformulação da Política Salarial em 1979 é um fato de destaque que merece comentários. Os antecedentes dessa reformulação remontam ao ano de 1978, quan

do os trabalhadores imprimiram um ritmo de crescente vigilância em relação aos seus reajustes salariais, bem como passaram a exigir uma recomposição salarial devido a perdas anteriores. Isso, de certa forma, forçou o governo, naquele ano, a fixar as taxas de reajustes salariais em percentuais acima dos índices de custo de vida, com o objetivo duplo de ao mesmo tempo implementar uma política de recomposição salarial e conter as pressões trabalhistas que se esboçavam.

Em 1979, numa conjuntura altamente inflacionária, a implementação dessa política de concessão de reajustes superiores ao custo de vida, por parte do governo, foi posta de lado, apesar das pressões trabalhistas permanecerem durante todo o ano. Por outro lado já no início do ano o Governo reconhecia a inadequação da lei salarial vigente, uma vez que era constantemente ignorada por parcela significativa da classe trabalhadora.

Assim é que ao longo de todo o ano as autoridades governamentais acenaram com a reformulação da Política Salarial finalmente implantada em novembro de 1979.

Pela Nova Política Salarial estabeleceu-se o sistema de reajustes semestrais de salários de forma automática, utilizando como fator a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE, conforme a faixa salarial e acumulativamente, observados os seguintes critérios:

- Até três vezes o valor do maior salário mínimo, multiplica-se o salário por um fator correspondente a 1,1 da variação semestral do INPC;
- De três a dez salários mínimos, aplica-se até o limite do inciso anterior a regra nele contida e, no que exceder, o fator 1,0;
- Acima de dez salários mínimos, aplica-se as regras dos incisos anteriores até os respectivos limites e, no que exceder, o fator 0,8.

As correções salariais foram divididas em 3 faixas para permitir a concessão de um reajuste maior para os que ganham menos. Com esta sistemática, o governo deu um primeiro

passo no sentido de reduzir a distância ápice/piso da pirâmide salarial.

A Nova Lei distingue, ainda, a correção automática dos aumentos reais de salários (a ser demandado, com intervalo de um ano, pelos Sindicatos), que poderão ser obtidos mediante negociações diretas entre trabalhadores e patrões ou, se for o caso, por intermédio de decisão judicial. A Justiça do Trabalho retoma o poder normativo sobre a questão salarial.

Os aumentos reais de salários terão como base o acréscimo de produtividade alcançada por cada categoria profissional. Poderão ser estabelecidos percentuais inclusive diferentes para os empregados segundo os níveis de remuneração. A convenção coletiva poderá fixar níveis diversos para o aumento dos salários em empresas de diferentes portes, sempre que razões de caráter econômico justifiquem essa diversificação, ou até mesmo excluir as empresas que comprovarem sua incapacidade econômica para suportar esse aumento.

Deve-se chamar atenção também para o fato de que a Nova Política Salarial estabelece no seu artigo 9º penalidade para as empresas que dispensarem seus empregados durante os 30 dias que antecedem as correções salariais, com uma indenização equivalente a um salário mensal.

A Nova Política Salarial posta em vigor em 1979, inseriu-se num contexto onde os responsáveis pela política econômica do governo buscavam readquirir o controle sobre os instrumentos de política econômica. Assim, nas palavras do Ministro Delfim Neto:

"A elevada inflação de 1979 está associada também a um certo desarranjo na política salarial. Aliás, política salarial era uma coisa praticamente inexistente no começo do ano. Mas o Congresso Nacional aprovou uma lei que, embora tenha também suas implicações inflacionárias, é perfeitamente utilizável para os objetivos que desejamos, pois põe ordem no mercado de trabalho". (1)

---

(1) Análise, 8-14/jan/80.

De fato, espera-se com a Nova Política Salarial, por um lado, beneficiar os assalariados, sobretudo os de mais baixa renda e, por outro, não prejudicar as empresas impondo ou permitindo aumentos salariais muito acima dos índices oficiais de inflação. Paralelamente a isto, deve-se considerar que a implementação da Nova Política Salarial deve também atuar no sentido de conter o surto de greves e reinvidicações e reverter as expectativas inflacionárias.

Segundo a Nova Política Salarial, apenas uma vez por ano haverá aumento real do salário com base num índice de produtividade a ser fixado por cada categoria profissional. Apenas em relação a esse índice serão permitidas discussões entre empregados e empregadores, o que vem limitar bastante a prática de negociações diretas que algumas categorias trabalhadoras conquistaram a partir de 1978.

Ainda com relação a esse ponto, cabe acrescentar que a mensuração da produtividade da empresa é bem problemática, não apenas tecnicamente, mas também em função do sigilo com que as informações relativas à produtividade são mantidas pelas empresas.

Assim, a Nova Política incorpora algumas conquistas obtidas pelos trabalhadores como os reajustes com espaçamento menor que um ano, reajustes superiores para os salários mais baixos, aumentos reais dos salários, etc. Com relação aos reajustes diferenciados, haverá uma transferência dos maiores para os menores salários. Como não é feita qualquer menção na lei relativamente à proibição de repasse dos reajustes para os preços dos produtos, é de se esperar que o capital mantenha intocada sua taxa de lucro, deixando inalterada a distribuição funcional da renda.

As grandes empresas serão provavelmente as maiores beneficiárias da Nova Política Salarial. Como as folhas de pagamentos representam um alto percentual da estrutura de custos das pequenas empresas, e como estas empregam em sua grande maioria na faixa de 1 a 3 salários mínimos, elas terão suas folhas de pagamento aumentadas em termos reais comparativamente às grandes empresas, passando a competir em condições ainda mais desfavoráveis relativamente ao grande capital.

A Nova Política Salarial ao não incorporar a garantia de estabilidade no emprego pode levar a uma maior rotatividade de mão-de-obra. Apesar de ter sido incorporado no Artigo 9º, uma penalidade para as empresas que dispensarem seus empregados durante os 30 dias que antecedem as correções salariais, esta medida não substitui a estabilidade no emprego, pois basta que o empregador demita seus empregados com 31 dias de antecedência das correções salariais.

O revigoramento dos esquemas de controle salarial é, segundo o governo, um dos elementos importantes para implementar sua atual estratégia de combate à inflação. Nela é fundamental a possibilidade de tornar previsíveis os aumentos dos custos salariais, pois seria difícil ao governo limitar os preços se não pudesse garantir aos empresários folhas de salário sob controle.

Neste aspecto é importante mencionar a participação dos salários no valor da produção industrial que se situa em torno de 5%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

TABELA I

INDICADORES ACUMULADOS - 1978/1979

(BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

GÊNEROS	MASSA DE SALÁRIO PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO (P.O.P.)		SALÁRIO MÉDIO REAL DO PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO		PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO	
	1978	1979	1978	1979	1978	1979
Indústria Geral	110,80	107,94	108,36	105,19	102,24	102,62
Ind. Extrativa Mineral	109,07	120,41	107,81	113,82	101,17	105,80
Indústria de Transformação	110,85	107,57	108,39	104,91	102,27	102,53

Fonte: IBGE/DESDE/DINEC

Deflator: Índice de Custo de Vida para São Paulo - ICV - SP (FIPE/FGV)

TABELA 2

SALÁRIO MÉDIO REAL DO PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO

INDICADOR ACUMULADO - 1978/1979

(BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

G Ê N E R O S	1978	1979
Indústria Geral	108,36	105,19
Extrativa Mineral	107,81	113,82
Indústria de Transformação	108,39	104,91
Minerais não Metálicos	107,65	105,80
Metalúrgica	108,77	107,48
Mecânica	111,13	100,29
Mat.Elétr. e de Comunicações	109,26	103,76
Mat. de Transporte	105,99	100,98
Papel e Papelão	107,53	107,06
Borracha	114,45	118,10
Química	108,71	109,84
Farmacêutica	109,22	100,97
Perf., Sabões e Velas	105,56	105,03
Prod. de Mat.Plásticas	108,73	104,59
Têxtil	107,91	106,85
Vest., Calç. e Art.Tecidos	107,79	103,56
Prods. Alimentares	110,06	103,40
Bebidas	93,94	97,63
Fumo	104,27	91,63

FONTE: IBGE/DESDE/DINEC

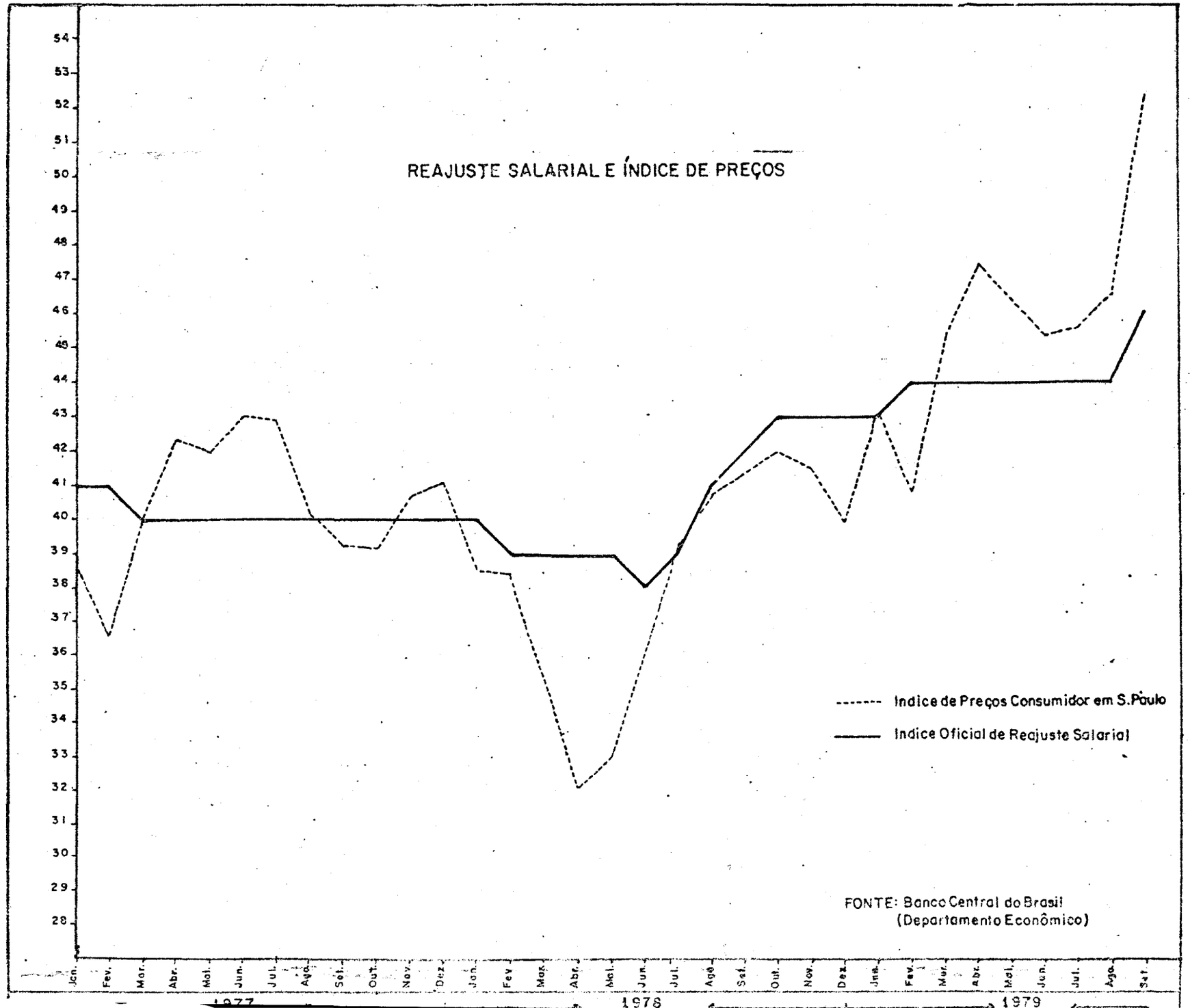
Deflator ICV-SP (FIPE - FGV).

TABELA 3

SALÁRIO MÉDIO NOMINAL DO PESSOAL OCUPADO NA PRODUÇÃO

DEZEMBRO

	GÊNEROS	1978		1979	
		SAL.MÉDIO Cr$	%	SAL.MÉDIO Cr$	%
Gêneros acima da média da Indústria de Transformação	METALÚRGICA	8.635	15,58	14.280	14,59
	MECÂNICA	10.389	39,06	15.919	27,74
	MAT. ELÉTRICO	8.364	11,95	13.235	6,20
	MAT. TRANSPORTE ..	9.785	30,97	16.296	30,77
	PAPEL E PAPELÃO ..	7.504	0,44	13.181	5,77
	BORRACHA	11.192	49,81	22.534	80,82
	QUÍMICA	11.155	49,31	19.121	53,43
Gêneros na média da Ind. de Transf.	MIN. NÃO METÁLICOS	7.416	- 0,74	12.291	- 1.37
	FARMACÊUTICA	7.297	- 2,33	12.501	0,31
	PERFUMARIA			12.713	2,01
Gêneros abaixo da média da Industria de Transformação	PERFUMARIA	5.976	-20,01		
	MAT. PLÁSTICA	5.990	-19,82	9.561	-23,28
	TÊXTIL	5.064	-32,22	9.151	-26,57
	VESTUÁRIO	3.930	-47,40	5.873	-52,87
	PROD. ALIMENTARES.	5.134	-31,28	8.358	-32,93
	BEBIDAS	6.982	- 6,55	11.727	- 5,90
	FUMO	6.521	-12,72	10.858	-12,87
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		7.471	100,0	12.462	100,0


REAJUSTE SALARIAL E ÍNDICE DE PREÇOS
54
53
52
51
50
49
48
47
46
45
44
43
42
41
40
39
38
37
36
35
34
33
32
31
30
29
28
Jan. Fev. Mar. Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez. Jan. Fev Mar. Abr. Mai. Jun. Jul. Ago Set. Out. Nov. Dez. Jne. Fev. Mar. Abr. Mai. Jun. Jul. Ago. Set.
1977
1978
1979
Indice de Preços Consumidor em S.Paulo
Indice Oficial de Reajuste Salarial
FONTE: Banco Central do Brasil
(Departamento Econômico)

VI. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - ANÁLISE REGIONAL

INTRODUÇÃO

Diante de um quadro no qual praticamente se manteve a taxa de crescimento da Indústria de Transformação do Brasil em relação ao ano de 1978, (ver tabela 1), o comportamento verificado a nível regional em 1979 permite observar uma sensível contração no crescimento da produção da Região Nordeste, uma elevação do ritmo de crescimento na Região Sul, uma relativa estabilidade nos desempenhos do Rio de Janeiro e Pernambuco e uma redução ainda que pouco expressiva nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

TABELA 1

TAXAS DE CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
(Base: igual período do ano anterior)

	1978	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO BRASIL (1)	
			1978	1979
BRASIL	7,30	7,00	7,30	7,00
SÃO PAULO	7,94	7,33	4,61	4,26
RIO DE JANEIRO	5,10	4,81	0,80	0,75
MINAS GERAIS	5,50	4,65	0,35	0,30
REGIÃO SUL	6,41	9,18	0,77 (2)	1,10 (2)
RIO GRANDE DO SUL	5,28	4,41	(0,33)	(0,28)
REGIÃO NORDESTE	7,53	0,55	0,43 (2)	0,03 (2)
PERNAMBUCO	6,29	6,07	(0,14)	(0,13)
DEMAIS REGIÕES	-	-	0,34 (3)	0,56 (3)

FONTE: FIBGE/DESDE/DINEC

(1) Taxa de crescimento x participação relativa do Valor da Transformação Industrial (VTI) da Indústria de Transformação local no VTI do Brasil.

(2) Inclusive Rio Grande do Sul e Pernambuco.

(3) Variação líquida entre a taxa de crescimento do Brasil e a obtida pela reponderação dos locais acima.

Convém destacar dois aspectos relevantes. O primeiro refere-se a tendência à concentração da produção industrial em São Paulo que se evidencia não só por terem sido as taxas de crescimento

industrial deste Estado superiores às do país nos dois últimos anos mas, também, pelo fato de que embora a taxa de crescimento industrial paulista tenha caído de 1978 para 1979, sua contribuição à formação da taxa de crescimento da Indústria de Transformação do Brasil manteve-se alta. O segundo diz respeito a grande perda da Região Nordeste em termos dessa contribuição, decorrente da contração no seu crescimento industrial de 7,5% em 1978 para quase nulo (0,5%) em 1979.

Examinando mais detalhadamente o comportamento da produção industrial em 1979 a nível Regional, com base nos indicadores "acumulados de 12 meses" podemos observar que a Região Nordeste e Pernambuco vinham expandindo sua produção num ritmo crescente até maio quando então manifestou-se na Região uma tendência fortemente declinante enquanto que, em Pernambuco, esta tendência declinante -- que não fora tão intensa quanto a da Região - interrompeu-se em setembro. Nos Estados da Região Sudeste (SP, RJ e MG), enquanto que no primeiro semestre observou-se em geral uma tendência crescente no ritmo da produção industrial, no segundo o que se verificou foi justamente o contrário. Contrastando com a relativa estabilidade do ritmo de expansão industrial do Rio Grande do Sul, a Região Sul apresentou no primeiro semestre uma tendência claramente ascendente que se interrompe em junho quando tanto na Região quanto no Estado esboçou-se uma tendência declinante.

A Indústria de Transformação da Região Nordeste, como vimos, teve um crescimento quase nulo em 1979. O principal responsável por este desempenho foi o gênero Têxtil que registrou uma produção 17,0% menor do que a de 1978. Para tal desempenho foi determinante a queda da safra de algodão na Região. Também influenciaram na redução do ritmo de crescimento industrial da Região a Química - decorrente da contração na produção de gasolina - e, mais acentuadamente, Produtos Alimentares pela menor produção de "Açúcar Cristal","Carnes" e "Melaço".

Já em Pernambuco, a taxa de crescimento da Indústria de Transformação em 1979 não sofreu alteração significativa em relação ao ano anterior, permanecendo ambas em torno de 6%. Cabe destacar para este Estado em 1979 o crescimento significativo do gênero Química que foi "puxado" principalmente pela produção de "Fios e Fibras" e de "Álcool". E ainda pode-se apontar a queda do ritmo de

crescimento de Produtos Alimentares e o decréscimo mais acentuado na produção física do gênero Têxtil.

Portanto, como Pernambuco não sofreu variação significativa em seu crescimento, mantendo-o no mesmo nível do período precedente, a contração do crescimento da Região Nordeste se explicaria pela queda de produção de outros Estados, principalmente aqueles em que o gênero Têxtil tem peso expressivo, como Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Com relação aos Estados da Região Sudeste temos que se constituem nos principais responsáveis pelas taxas de crescimento da Indústria de Transformação do Brasil, posto que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais concentram 80,2% do valor da Transformação Industrial da indústria nacional segundo dados do Censo Industrial de 1970(1).

Na determinação da pequena redução do ritmo de crescimento apresentada pela Indústria de Transformação paulista em 1979 face ao ano anterior, foi fundamental a performance do gênero Material de Transporte cuja produção em 1979 cresceu 4,6%, bem abaixo portanto, dos 14,7% de crescimento registrados em 1978. Os Gêneros Farmacêutica, Têxtil e principalmente a Metalúrgica - que apresentaram em 1979 ritmos de produção superiores aos do ano precedente -, juntamente com a Química cujo ritmo de produção retraiu-se, constituiram-se nos principais responsáveis na formação da taxa da Indústria de Transformação do Estado em 1979.

No Estado do Rio de Janeiro, tendo a Indústria de Transformação crescido 4,8% em 1979, configurou-se um quadro de relativa estabilidade dada a expansão de 5,1% verificada no ano anterior. O desempenho dos gêneros Química e Produtos de Matérias Plásticas foi determinante na composição da taxa de crescimento industrial do Estado em 1979. Não se pode perder de vista o desempenho de Material de Transporte - que ampliou a queda na sua produção física - constituindo-se no gênero que mais inibiu a performance industrial do Estado em 1979, e também a estagnação registrada neste ano no ritmo da produção do gênero Produtos Alimentares.

---

(1) Atualmente não são obtidos indicadores para a Região Sudeste mas para cada um daqueles três Estados. Assim, a análise da Região será feita considerando-se os resultados dos Estados.

A Indústria de Transformação mineira, acusou em 1979 uma redução face ao ano anterior na sua taxa de crescimento que deve ser atribuída, basicamente, à performance dos gêneros Produtos Alimentares e Têxtil que apresentaram em 1979 decréscimos em suas produções. Na formação da taxa de crescimento da indústria mineira em 1979 destaca-se a importância da Metalúrgica, com uma taxa de crescimento que se torna especialmente expressiva quando se observa o decréscimo na produção registrado no ano anterior.

A Indústria de Transformação da Região Sul expandiu-se em 1979 num ritmo superior ao verificado no ano anterior, tendo este desempenho se dado em paralelo a alterações nos ritmos de crescimento dos diversos gêneros industriais. Essa expansão foi fundamentalmente determinada pela Metalúrgica e pela indústria Têxtil que, com um crescimento de 26,2% - no qual foi preponderante o desempenho da produção de "Algodão em Pluma" -, constituiu-se no gênero de maior contribuição para a formação da taxa da Indústria de Transformação da Região em 1979. Além desses dois gêneros acima citados, foram também importantes na formação da referida taxa os gêneros Papel e Papelão e Produtos Alimentares. Convém observar que dentre os gêneros que atuaram no sentido de inibir o crescimento industrial da Região sul entre 1978 e 1979, destaca-se a Química cuja retração no ritmo de crescimento foi especialmente expressiva.

No Rio Grande do Sul, a redução no ritmo de crescimento observado na Indústria de Transformação em 1979 face ao ano anterior, também se deu em paralelo a uma reordenação - de característica diversa da constatada para a Região Sul - dos ritmos de expansão dos diversos gêneros industriais. Determinaram essa redução os gêneros Bebidas, Químicas e Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos. Este último, apesar de ter reduzido fortemente seu ritmo de crescimento em relação a 1978, juntamente com Material de Transporte, foram os gêneros de maior contribuição na formação da taxa da Indústria de Transformação em 1979 neste Estado [2]. Por último, cabe ressalta

(2) Não se deve perder de vista que a Metalúrgica, em função de sua importância e concentração espacial no Rio Grande do Sul - segundo dados da Pesquisa Industrial de 1974 temos que 70,3% do valor da Transformação Industrial da Metalúrgica da Região Sul localizava-se naquele Estado -, determinou em larga medida a performance deste gênero na Indústria de Transformação da Região Sul.

que tanto num quanto noutro ano, o desempenho industrial do Rio Grande do Sul foi inferior ao da Região Sul indicando uma perda de sua posição relativa no quadro da Região.

Uma vez evidenciados, a nível de cada Estado/Região isoladamente, os aspectos mais relevantes do desempenho industrial em 1979, cabe destacar a importância que tiveram um termos de formação da taxa de crescimento da indústria de transformação nacional, relativamente ao desempenho verificado em 1978.

A redução no ritmo de crescimento verificada a nível nacional no gênero Material de Transporte esteve localizada em São Paulo, cabendo observar que em Minas Gerais a produção automobilística expandiu-se num ritmo bastante superior do que o observado em sua base tradicional que é São Paulo. Quanto ao gênero Metalúrgica cabe observar que o crescimento de 10,9% registrado nacionalmente esteve fortemente apoiado no segmento paulista, embora Minas Gerais e em menor medida, a Região Sul tenham contribuido com parcelas significativas na determinação desta expansão.

No desdobramento espacial do desempenho da Mecânica e da Farmacêutica, a importância assumida pela indústria paulista é de tal ordem que apenas caberia mencionar que neste último gênero o Rio de Janeiro, embora tenha apresentado neste ano um crescimento quase nulo, ainda teve alguma relevância.

No tocante ao gênero Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos cabe observar que a redução verificada nacionalmente no ritmo de produção esteve apoiada básicamente nos segmentos paulista e gaúcho desta indústria embora o conjunto do Nordeste, em menor escala, também tenha contribuído para esta redução.

Quanto a Química deve-se considerar que a redução a nível nacional no seu crescimento esteve localizada básicamente em São Paulo e, em menor escala, nas Regiões Sul e Nordeste apesar do forte incremento no ritmo de produção deste gênero no Rio de Janeiro.

Por último, deve-se constatar que a redução no ritmo de crescimento nacional de Produtos Alimentares não encontrou resso

nancia no conjunto de todas as unidades espaciais em análise uma vez que em São Paulo - que concentra parcela majoritária da produção deste gênero - ocorreu uma expansão superior a do ano precedente.

Segue uma análise mais pormenorizada do comportamento verificado a nível de cada Estado/Região, especialmente com relação aos gêneros mais importantes.

REGIÃO NORDESTE

A observação do desempenho da Indústria de Transformação do Nordeste no período 76/78 permite notar um crescimento desta a taxas bastante próximas da indústria do país como um todo.(1) No ano de 1979 ocorreu uma situação bastante discrepante apontando para a Região, conforme já mostrado, um crescimento quase nulo. (ver tabela 2). Para compreensão do que ocorreu neste último ano deve-se observar mais detidamente o comportamento dos gêneros Têxtil, Química e Produtos Alimentares, gêneros estes que, em conjunto, respondiam em 1974 por cerca de 55% do Valor da Transformação Industrial da Região e que tiveram em 1979 um papel determinante para a formação da taxa de crescimento.

O gênero Têxtil foi o principal responsável pela queda da taxa de crescimento da Indústria de Transformação da Região. (ver tabela 3). Em 1978 o acréscimo da produção deste gênero foi da ordem de 9,6% enquanto que em 1979 a produção caiu 16,4%. Para tal queda teve especial importância a produção de "Algodão em Pluma" com declínio da ordem de 44,5%. Refletiu desta forma a redução de 39,1%, em 1979, da safra de Algodão Arbóreo (em caroço). "A produção nacional obtida na safra de 1979 foi de 281.026 t contra 461.781 t da produção de 1978. As estiagens verificadas a partir de março de 1979 em toda a região algodoeira, do Nordeste, bem como o forte ataque das lavouras por pragas e também as deficiências de mão-de-obra, para os tratos culturais e colheita do produto, são fatores ponderá-

---

(1) Os Índices da Produção Industrial apontam os seguintes resultados:

	1976	1977	1978	1979
Indústria de Transformação NE	12,36	3,90	7,32	0,55
Indústria de Transformação Brasil	12,68	2,74	7,30	7,00

TABELA 2

REGIÃO NORDESTE E PERNAMBUCO

INDICADORES DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

(BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

	REGIÃO NORDESTE				PERNAMBUCO			
	1978	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA (1)		1978	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA (1)	
			1978	1979			1978	1979
Ind.de Transformação	107,47	100,55	7,47	0,55	106,29	106,07	6,29	6,07
Min.não Metálicos	107,52	101,96	0,92	0,24	98,99	100,94	-0,14	0,13
Metalúrgica	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Mecânica	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Mat.Elétr.e de Com.	98,94	108,23	-0,03	0,23	97,22	108,81	-0,14	0,45
Mat.de Transporte	81,89	75,42	-0,22	-0,30	81,09	75,76	-0,28	-0,36
Papel e Papelão	99,82	132,07	0,00	0,29	101,86	128,36	0,03	0,47
Borracha	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Química	110,31	104,78	1,68	0,78	116,96	127,64	1,53	2,49
Farmacêutica	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Perf.,Sabões e Velas	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Prods.de Mat.Plásticas	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Têxtil	109,58	83,45	1,35	-2,33	96,55	94,18	-0,46	-0,78
Vest., Calç. e Art. de Tecidos	109,79	107,49	0,39	0,30	(x)	(x)	(x)	(x)
Prods.Alimentares	107,16	101,56	2,26	0,49	105,86	105,15	1,68	1,48
Bebidas	110,14	116,73	0,47	0,77	113,41	121,71	1,04	1,68
Fumo	98,40	93,78	-0,06	-0,22	(x)	(x)	(x)	(x)

FONTE: FIBGE/DESDE/DINEC

OBSERVAÇÕES: 1) Taxa de crescimento (Δ) do gênero x participação percentual do peso do gênero na Indústria de Transformação local.

2) Os gêneros assinalados com (x) não têm seus resultados divulgados, no entanto, seus produtos são considerados para efeito de composição de um agregado maior, no caso a Indústria de Transformação. Os gêneros assinalados com (-) não fazem parte da amostra da Indústria de Transformação local.

NOTA: Essas observações são válidas para as demais tabelas constantes neste capítulo.

veis que atuaram negativamente na redução da produção esperada."(2)

Assim a influência do"Algodão em Pluma" foi tão grande no comportamento da Indústria de Transformação da Região que se se recalcular o indicador para o gênero excluindo esse produto atinge-se 96,22, ou seja, a queda no gênero reduz-se de 16,6% para 3,8%. Deste modo, o indicador para a Indústria de Transformação, ao se excluir esse produto,passaria a ser 102,35. Por outro lado, se excluíssemos da Indústria de Transformação todo o gênero Têxtil, o indicador passaria a ser 103,35.

Os produtos "Sacos de Algodão" e "Tecidos de Algodão" que também contribuíram para a queda verificada no gênero, tiveram menor produção em 1979 principalmente devido a alterações na linha de produção de algumas empresas que se reequiparam para fabricar outros produtos. No caso particular de "Tecidos de Algodão" sua produção foi comprimida enquanto verificou-se pequeno aumento na de "Tecidos Artificiais e Sintéticos".

O gênero Produtos Alimentares apresentou uma expansão de aproximadamente 1,6% em 1979 bastante baixo, portanto, da de 1978 quando atingiu 7,2%. Esta retração no rítmo de crescimento deveu-se principalmente à redução na produção de "Açúcar Cristal" que no ano anterior tinha se expandido. Já com o "Açúcar Demerara" ocorreu o inverso; apresentou um decréscimo na produção em 1978 e um aumento em 1979. Esta inversão observada nas taxas de crescimento dos dois produtos está ligada ao remanejamento feito pelos produtores para se ajustarem às alterações havidas na conjuntura do mercado internacional. Esta se alterou no segundo semestre de 1979 no sentido de uma elevação contínua de preços com a queda das safras de Cuba, U.R.S.S., Índia e Europa devido a acidentes climáticos. Assim, estimulou-se a produção de "Açúcar Demerara" que é voltada principalmente para a exportação, ao contrário do "Açúcar Cristal " que é demandado em sua maior parte pelo mercado interno.

A produção de "Farinha de Trigo" teve um crescimento

---

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola-IBGE/CEPAGRO; dez/1979.

TABELA 3

REGIÃO NORDESTE E PERNAMBUCO

INDICADORES DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS SEGUNDO OS GÊNEROS DE ORIGEM

(BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

GÊNEROS, PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS	NORDESTE		PERNAMBUCO	
	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA
MINERAIS NÃO METÁLICOS	101,96	0,24	100,94	0,13
Cimento comum	106,68	0,37	105,94	0,38
Pedra britada	112,56	0,13	-	-
Azulejos	94,21	-0,14	100,54	0,02
Chapas de fibrocimento	104,25	0,04	114,20	0,14
Outros	92,91	-0,16	88,45	-0,41
MAT. ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	108,23	0,23	108,81	0,45
Eletrodomésticos	108,81	0,03	108,97	0,09
Outros	108,14	0,20	108,77	0,36
MAT. DE TRANSPORTE	75,42	-0,30	75,76	-0,36
Ônibus (incl.chassis c/ motor e carr.)	61,47	0,15	61,47	-0,18
Camionetas e utilitários	82,43	-0,15	82,43	-0,18
PAPEL E PAPELÃO	132,07	0,29	128,36	0,47
Papel Kraft	167,09	0,16	175,76	0,37
Sacos de papel Kraft (excl.multif.)	118,41	0,05	113,52	0,06
Outros	119,42	0,08	105,99	0,04
QUÍMICA	104,78	0,78	127,64	2,49
Gasolina	62,02	-1,04	-	-
Querosene comum	81,73	-0,19	-	-
Fósforo de segurança	110,93	0,05	110,93	0,15
Combustíveis e lubrif. (excl.gasolina)	109,16	0,34	-	-
Resinas	123,13	0,01	180,11	0,06
Fios e fibras	138,79	0,13	195,35	0,99
Óleos vegetais	117,75	0,57	152,20	0,60
Tortas e farelos	97,93	-0,02	101,18	0,01
Fungicidas e adubos	82,25	-0,09	2,86	-0,31
Álcool de cana	222,13	0,79	170,83	0,98
Esmaltes, tintas e lacas	109,82	0,03	106,05	0,02
Outros	107,22	0,20	99,84	-0,01
TÊXTIL	83,45	-2,33	94,18	-0,78
Tecidos	96,50	-0,23	88,35	-0,96
Outros	71,67	-2,10	103,46	0,18
VESTUÁRIO E CALÇADOS	107,49	0,30	(x)	(x)
Artigos de vestuário	106,12	0,22	(x)	(x)
Calçados	118,65	0,08	(x)	(x)
ALIMENTARES	101,56	0,49	105,15	1,48
Leite e derivados	67,86	-0,06	-	-
Carnes	14,63	-0,54	-	-
Óleos comestíveis	93,35	-0,06	92,14	-0,04
Massas alimentícias	114,19	0,12	100,00	0,50
Biscoitos, balas, Bombons, etc.	107,65	0,23	114,21	0,25
Sal refinado	119,71	0,07	-	-
Açúcar cristal	89,40	-0,38	83,80	-0,90
Açúcar demerara	107,67	0,56	119,77	1,16
Farinha de trigo	112,84	0,62	118,73	0,37
Farelos de Cereais	110,73	0,02	113,95	0,01
Melaço	89,03	-0,12	91,32	-0,09
Outros	111,89	0,53	115,51	0,22
DEMAIS GÊNEROS	-	0,85	-	2,66
TOTAL	100,55	0,55	106,07	6,07

FONTE: FIBGE/DESDE/DINEC

expressivo em 1979. A produção de "Leite e Derivados" e de "Carnes" apresentou forte declínio nesse ano semelhante ao verificado nas demais Regiões.

O gênero Química que havia alcançado no Nordeste um crescimento de 10,3% em 1978 teve sua taxa diminuída para 4,7% em 1979 em razão, principalmente, da menor produção de "Gasolina" nesse ano. Já o grupo de produtos "Combustíveis e Lubrificantes" embora tenha apresentado uma taxa de crescimento significativa, esta foi menor do que a verificada no ano anterior. Cabe notar que as disparidades encontradas entre as taxas desses dois produtos, principalmente quando comparados com outras Regiões, deveu-se às possibilidades de remanejamento no Nordeste na produção de "Gasolina" . Este combustível pode ser obtido por destilação ou craqueamento. A nafta antes destinada à produção de gasolina passou a ser enviada para a petroquímica. Portanto, além das alterações das proporções dos derivados produzidos com o craqueamento do petróleo, a produção de gasolina no Nordeste foi reduzida também com o aproveitamento da nafta pela Copene.

A produção de "Álcool" foi o principal fator de sustentação da taxa de crescimento do gênero. Vale notar que a influência deste produto na composição na taxa de crescimento da indústria pode estar subestimada na medida em que sua taxa de crescimento é ponderada pelo peso do produto de acordo com a estrutura vigente em 1970, e que, certamente, se alterou. O acréscimo na produção deste produto foi de 122,1% e representa a manutenção de uma tendência ascendente iniciada em 1977, ano em que a produção cresceu 43,9%, seguida de uma elevação de 73,5% em 1978. Esta expansão progressiva já mostra os primeiros resultados do Proálcool, embora estes devam ser avaliados aqui, principalmente, pelo seu objetivo de reduzir os desequilíbrios entre as Regiões. De acordo com os dados referentes à safra de 78/79 podemos ver que apesar das altas taxas de crescimento na Região, a produção de "Álcool" continua fortemente concentrada no Centro-Sul. O país como um todo produziu 2,5 bilhões de litros enquanto o Nordeste 342 milhões, ou seja, apenas 13,7% do total.

A produção de "Álcool" tem aumentado através da utilização da capacidade ociosa das destilarias anexas às usinas e também das novas destilarias autônomas e anexas, instaladas via Proálcool. As destilarias anexas processam o "Melaço", sub-produto da produção do açúcar. Até 1978 o preço do Melaço no mercado internacional era competitivo com o do "Álcool" no mercado interno. A partir de então os preços do "Álcool" vêm se tornando mais vantajosos, estimulando a produção deste produto e consequentemente reduzindo a oferta do "Melaço".

A produção de "Óleos Vegetais" cresceu a uma taxa expressiva em 1979 em consequência, particularmente, da expansão havida na produção de "Óleo de Mamona". Este produto foi um dos principais da pauta de exportação da Região tendo respondido no primeiro semestre de 1979 por aproximadamente 16% do total exportado de semi manufaturados, segundo dados do Banco do Nordeste.

O gênero Minerais não Metálicos teve em 1979 um crescimento bem abaixo do verificado no ano anterior. Tal redução indica umacontração na expansão da construção civil. A produção de "Cimento", a mais importante do gênero, explica em parte o comportamento do gênero já que também apresentou em 1979 um acréscimo bem menor do que o de 1978. Cabe ainda ressaltar a queda havida na produção de "Azulejos", produto este que vem alternando taxas positivas e negativas de crescimento nos últimos anos.

O gênero Papel e Papelão depois de apresentar redução da produção em 1977 e estagnação em 1978, alcançou em 1979 um crescimento bastante expressivo. Já o gênero Bebidas devido a maior produção de "Cervejas" e em particular à excepcional expansão da produção de "Sucos de Frutas" - resultado da implantação a partir de 1978 de unidades agroindustriais para o aproveitamento em larga escala de frutas regionais - apresentou em 1979 crescimento um pouco superior ao verificado em 1978.

PERNAMBUCO

A Indústria de Transformação de Pernambuco vem apresentando nos últimos anos um comportamento bastante particular, em termos de taxa de crescimento, não registrando oscilações tão fortes quanto a Região Nordeste como um todo (1).

Em 1977 e 1979, anos de forte retração para o conjunto do Nordeste, a Indústria de Transformação deste Estado continuou a se expandir de forma significativa.

Para melhor compreensão do que ocorreu deve-se examinar mais detidamente o comportamento de alguns gêneros que tiveram papel importante para o desempenho da Indústria de Transformação do Estado.

O gênero Química foi o principal responsável pelo crescimento da Indústria de Transformação de Pernambuco em 1979 (ver tabela 3). Seu desempenho foi particularmente determinado pela elevação da produção de "Fios e Fibras" e de "Álcool de Cana". Este último produto vem tendo acréscimos progressivos na produção desde 1977. Na produção da Região Nordeste referente à safra 78/79, Pernambuco participou com 48,5% do total (2).

Os "Óleos Vegetais", de grande importância no gênero, tiveram o incremento na produção de 1979 determinado pelo "Óleo de Mamona ou Rícino em Bruto".

O gênero Produtos Alimentares teve em 1979 um crescimento semelhante ao do ano anterior. A produção de "Açúcar Demerara" apresentou forte expansão, reagindo assim, à demanda do mercado internacional. Em decorrência disso a produção de "Açúcar Cristal " declinou ocorrendo no Estado o que havíamos observado para o Nordeste como um todo. Cabe ainda destacar a significativa expansão em 1979 na produção de "Farinha de Trigo".

Quanto ao gênero Têxtil em 1979, comparativamente a 1978, não apresentou grande oscilação. Para o decréscimo mais acen-

---

(1) Em 1976 e 1977 a Indústria de Transformação de Pernambuco cresceu 13,2% e 8,5% respectivamente.

(2) Análise Conjuntural - 1º sem/1979 - BNB

tuado em 1979 contribui principalmente a queda na produção de "Tecidos de Algodão" que, conforme vimos quando da análise da região Nordeste, teve como uma das causas a opção feita por algumas empresas no sentido de aumentar a produção de "Tecidos Artificiais e Sintéticos" em detrimento deste produto.

A produção de "Cobertores" registrou uma queda em 1979 e os produtos "Algodão em Pluma" e "Sacos de Algodão", ao contrário do ocorrido na Região como um todo, apresentaram crescimento no Estado em 1979.

O gênero Minerais não Metálicos manteve em 1979 o mesmo nível de produção de 1978. No ano precedente tinha apresentado uma pequena redução na produção. O principal produto no gênero, "Cimento Comum" cresceu abaixo da expansão verificada na Região como um todo. A produção de "Azulejos" também teve um crescimento praticamente nulo, desempenho esse diverso do apresentado no ano anterior quando cresceu sensivelmente.

Finalmente cabe notar não só a expansão verificada no gênero Material Elétrico e de Comunicações, determinado principalmente pela produção de "Pilhas Secas", como, ainda, a redução havida no gênero Material de Transporte, redução esta mais acentuada do que a verificada no ano anterior, refletindo a desaceleração do setor em Pernambuco e também na Região já que o Estado concentra toda a produção do gênero.

REGIÃO SUDESTE

O simples fato das Indústrias de Transformação dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro concentrarem, segundo o Censo de 1970, 80,2% do Valor de Transformação Industrial do país, já torna relevante qualquer exame do desempenho destes parques industriais não só para uma melhor compreensão do desenvolvimento industrial nacional como também da Região Sudeste.

Neste sentido cabe observar que a expansão na produção da Metalúrgica em São Paulo e Minas Gerais, foi especialmente relevante na performance industrial da Região Sudeste (ver tabela 4). Quanto ao impacto negativo de Material de Transporte no desempenho da Região, deve-se considerar que este foi determinado não só pela retração no rítmo da produção em São Paulo mas também pelos decréscimos na produção física do gênero no Rio de Janeiro e Minas Gerais.(1)

No tocante ao desempenho da Têxtil na Região Sudeste foi especialmente marcante em 1979 o contraste entre o acentuado decréscimo na produção deste gênero em Minas Gerais e a manutenção dos 7% de crescimento da Indústria Têxtil paulista. Já o comportamento de Produtos Alimentares foi caracterizado pela estagnação da produção no Rio de Janeiro e pelo decréscimo observado em Minas Gerais, em oposição a expansão do rítmo de crescimento em São Paulo. Quanto a Química cabe observar o forte incremento na taxa de crescimento no Rio de Janeiro em contraposição ao ligeiro decréscimo ocorrido na produção paulista.

Por último, cabe notar a repercussão no desempenho industrial da Região Sudeste, do expressivo crescimento de Produtos Farmacêuticos e Veterinários em São Paulo e a manutenção de altas taxas de crescimento na produção de Produtos de Matérias Plásticas no Rio de Janeiro.

---

(1) Deve-se ressaltar que, por problemas metodológicos, a produção automobilística mineira (que cresceu 25% em 1979) não está incorporada ao Gênero Transporte, embora seja incluida para efeito de cálculo do Indicador da Indústria.

TABELA 4

REGIÃO SUDESTE

INDICADORES DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

(BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E GÊNEROS	SÃO PAULO				RIO DE JANEIRO				MINAS GERAIS			
	1978	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA		1978	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA		1978	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA	
			1978	1979			1978	1979			1978	1979
Ind. de Transformação	107,94	107,33	7,94	7,33	105,10	104,81	5,10	4,81	105,50	104,65	5,50	4,65
Min. não Metálicos	107,94	105,04	0,44	0,28	92,29	94,82	-0,44	-0,30	103,25	107,01	0,41	0,88
Metalúrgica	108,79	114,12	1,01	1,63	107,84	105,73	1,16	0,84	99,91	110,69	-0,04	4,16
Mecânica	106,85	106,66	0,62	0,61	(x)	(x)	(x)	(x)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mat.Elétr.e Com.	106,65	107,20	0,53	0,58	(x)	(x)	(x)	(x)	89,09	99,88	-0,16	-0,01
Mat.Transporte	114,68	104,64	1,79	0,57	98,55	90,02	-0,10	-0,69	85,63	87,78	-0,26	-0,22
Papel e Papelão	111,27	107,92	0,36	0,25	107,06	110,95	0,17	0,26	148,54	120,36	0,58	0,24
Borracha	107,02	101,36	0,22	0,04	96,36	103,62	-0,03	0,03	(x)	(x)	(x)	(x)
Química	108,42	106,40	0,88	0,67	103,36	112,96	0,55	2,12	107,86	104,06	0,49	0,25
Farmacêutica	99,95	115,79	-0,01	0,67	108,60	100,71	0,64	0,05	(-)	(-)	(-)	(-)
Perf.Sabões e Velas	109,52	113,83	0,19	0,28	113,43	138,22	0,34	0,98	(-)	(-)	(-)	(-)
Prod.Mat. Plásticas	112,00	108,12	0,29	0,20	163,77	161,78	1,44	1,39	(-)	(-)	(-)	(-)
Têxtil	107,15	107,77	0,78	0,85	101,56	100,80	0,12	0,06	106,93	94,87	0,76	-0,56
Vest.Calç.Art.Tec.	103,78	101,68	0,13	0,06	103,79	95,59	0,14	-0,16	(x)	(x)	(x)	(x)
Prod.Alimentares	101,68	105,00	0,19	0,56	106,39	100,15	0,71	0,02	106,33	93,78	1,35	-1,33
Bebidas	105,43	109,66	0,09	0,16	105,42	98,53	0,19	-0,05	108,05	112,99	0,12	0,19
Fumo	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)

FONTE: FIBGE/DESDE/DINEC.

O comportamento da Metalúrgica nos três Estados - determinado principalmente pela "Metalúrgica Básica" (Ver tabela 5)-apresentou, após um declínio ao longo de 1978, uma melhoria das taxas de crescimento ao longo de 1979 em São Paulo e Minas Gerais. No caso do Rio de Janeiro, o gênero voltou a cair a níveis mais baixos que os do ano passado.

Os problemas havidos no primeiro trimestre do ano por decorrência das chuvas que atingiram Minas Gerais, levando à paralização do tráfego nas ferrovias transportadoras de carvão para as siderúrgicas, não chegaram a afetar a produção da Região Sudeste que se recuperou ao longo do ano. Também o corte de 10% nas cotas de combustível derivado de petróleo para as indústrias, a partir de março de 1979, não chegou a influir decisivamente na produção corrente do ano. O desempenho deste gênero na Região está bastante determinado por dois fatores: a demanda derivada da produção automobilística (principalmente automóveis, camionetas e utilitários) e o crescimento das exportações.

Cabe observar que a Usiminas ultrapassou em 1979 sua meta de produção de 3,1 milhões de toneladas de aço, destinadas principalmente ao consumo da Região Sudeste(87%), em particular de São Paulo, devido à indústria automobilística, responsável por 16% do consumo dos produtos da empresa: tubos com costura (10,9%) e autopeças e acessórios(8,4%). A Volkswagen foi o maior cliente nacional (6,7% das compras) seguida pela CONFAB e General Motors . Em São Paulo, a COSIPA respondeu, neste ano, por 46% do fornecimento de laminados às montadoras. Influiu também para o bom desempenho desta companhia o crescimento das exportações que só no primeiro semestre já significavam 61% a mais que o total de 1978, tornando-a responsável por cerca de 20% das exportações brasileiras de produtos siderúrgicos (principalmente laminados planos que atingiram um montante, no primeiro semestre, de 129 mil toneladas). Os principais mercados externos foram Estados Unidos, Canadá, Japão, Argentina, Venezuela, Uruguai

TABELA 5

REGIÃO SUDESTE

INDICADORES DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS SEGUNDO OS GÊNEROS DE ORIGEM

(BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

GÊNEROS, PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		MINAS GERAIS	
	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA
MINERAIS NÃO METÁLICOS	105,04	0,26	94,82	-0,30	107,01	0,88
Interm. p/Construção Civil	101,59	0,07	94,19	-0,33	107,01	0,88
Azulejos	100,64	0,01	77,91	-0,31	107,18	0,01
Cimento	108,88	0,09	105,69	+0,14	106,52	0,59
Outros	99,43	-0,03	91,27	-0,16	107,87	0,34
Frascos de Vidro Incl.Pote,Garrafas e semelhantes.	125,47	0,13	-	-	-	-
Outros	111,64	0,08	138,70	0,03	-	-
METALÚRGICA	114,12	1,69	105,73	0,85	110,69	4,16
Estruturas Metálicas	97,67	-0,01	86,83	-0,06	89,58	-0,03
Metalúrgica Básica	116,13	1,45	105,83	0,74	111,06	4,11
Gusa	125,06	0,01	106,32	0,03	114,44	0,76
Lingote de Aço	122,21	0,13	100,62	0,01	110,25	0,52
Laminados Planos	136,91	0,31	105,56	0,29	112,97	1,26
Laminados não Planos	113,62	0,24	118,85	0,40	96,57	-0,12
Não Ferrosos	111,45	0,20	109,67	0,05	134,93	0,93
Arames	123,97	0,06	129,08	0,11	117,02	0,86
Fundidos e Forjados	132,76	0,27	120,30	0,12	97,96	-0,02
Relaminados	112,27	0,09	54,51	-0,05	-	-
Outros	115,41	0,14	86,22	-0,22	99,01	-0,04
Outros	108,47	0,10	109,92	0,17	115,09	0,34
MECÂNICA	106,66	0,61	(X)	(X)	-	-
Máquinas Motrizes	112,43	0,03	(X)	(X)	-	-
Equip. p/Transmissão Industrial	101,17	0,02	(X)	(X)	-	-
Peças e Obras de Calderaria Pesada	100,60	0,01	(X)	(X)	-	-
Máq. Apar. e Equip.p/Inst.,Hidr.Term.Refriq. e Vent.	95,40	-0,05	(X)	(X)	-	-
Máquinas Ferramentas	120,01	0,22	(X)	(X)	-	-
Máquinas e Implementos Agrícolas	119,13	0,09	(X)	(X)	-	-
Tratores e Máquinas de Terraplenagem	95,95	-0,03	(X)	(X)	-	-
Outros	108,89	0,27	(X)	(X)	-	-
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	107,20	0,58	(X)	(X)	99,88	0,01
Equip. p/Geração e Transm.de Energia Elétrica	117,15	0,18	(X)	(X)	99,88	0,01
Mat. p/Instal. Elétrica - Incl. Lâmpadas	107,05	0,19	(X)	(X)	-	-
Autopeças Elétricas	111,82	0,11	(X)	(X)	-	-
Eletrodomésticos em Geral	101,58	0,04	(X)	(X)	-	-
Outros	107,70	0,06	(X)	(X)	-	-
MATERIAL DE TRANSPORTE	104,64	0,57	90,02	-0,69	87,78	-0,22
Embarcações	-	-	112,04	0,46	-	-
Caminhões - inclusive carroçarias	106,88	0,13	68,65	-0,59	105,58	0,01
Ônibus - incl. Chassis c/Motor e Carroçarias	78,43	-0,05	80,26	-0,14	-	-
Camionetas e Utilitários	105,84	0,10	-	-	-	-
Transporte Ferroviário	108,25	0,02	49,19	-0,05	79,79	-0,20
Automóveis	102,44	0,16	5,27	-0,37	-	-
Autopeças	110,59	0,10	-	-	(X)	(X)
Outros	109,12	0,11	-	-	-	-
QUÍMICA	106,40	0,67	112,96	2,13	104,06	0,95
Combustíveis e lubrificantes (excl. gasolina)	100,68	0,01	129,49	1,70	97,93	-0,64
Gasolina	94,28	-0,06	116,88	0,46	91,56	-0,17
Álcool	136,97	0,13	112,87	0,01	148,86	0,85
Óleos Vegetais	144,01	0,28	-	-	-	-
Fios e Filamentos	106,39	0,12	-	-	-	-
Coque Metalúrgico	106,94	0,01	97,24	-0,02	129,95	0,21
Outros	103,93	0,18	99,73	-0,02	114,26	0,20
MATÉRIAS PLÁSTICAS	108,12	0,20	161,78	1,39	-	-
Laminados	113,17	0,15	166,04	1,05	-	-
Peças e Aces. p/Ind. Automobilística	97,03	0,01	220,28	0,14	-	-
Pisos de Material Plástico	93,71	0,01	220,30	0,08	-	-
Outros	106,62	0,03	124,52	0,12	-	-
TÊXTIL	107,77	0,85	100,80	0,10	94,82	-0,55
Tecidos	105,18	0,26	103,38	0,31	95,26	-0,33
Fios e Fibras	107,72	0,16	103,13	0,03	103,83	0,03
Algodão em Pluma	120,75	0,12	-	-	59,80	-0,13
Outros	109,52	0,31	82,45	-0,24	102,68	0,02
PRODUTOS ALIMENTARES	105,00	0,56	100,15	0,02	93,78	-1,33
Leite e Derivados	90,83	-0,10	80,63	-0,36	86,58	-1,43
Carnes	97,83	-0,03	88,15	-0,03	87,56	-0,49
Óleos Comestíveis	155,84	0,36	-	-	-	-
Açúcar Refinado	113,47	0,08	99,00	-0,01	85,66	-0,01
Açúcar Cristal	83,48	-0,37	87,14	-0,24	117,77	0,51
Açúcar Demerara	148,95	0,12	-	-	-	-
Café Solúvel	168,78	0,15	212,46	0,20	-	-
Biscoitos e Bolachas	120,71	0,10	106,85	0,03	-	-
Melaço	83,72	-0,02	91,80	-0,01	106,07	0,01
Outros	105,99	0,27	110,22	0,44	101,81	0,05
DEMAIS GÊNEROS	-	1,38	-	1,31	-	1,20
TOTAL	107,33	7,33	104,81	4,81	104,39	4,39

FONTE: FIBGE/DESDE/DINEC

e Honduras

O gênero Material de Transporte em São Paulo, apresentou no primeiro semestre de 1979 taxas expressivas de crescimento - dando continuidade à recuperação que se iniciara no segundo semestre de 1978 - embora não tenha logrado manter esta expansão especialmente em função do frágil desempenho no segundo semestre de 1979.

O comportamento deste gênero em São Paulo em 1979 deveu-se ao desempenho dos segmentos "Autopeças", "Automóveis", "Camionetas e Utilitários" e "Caminhões" (incl. carroçarias). O segmento de "Autopeças", bastante concentrado em São Paulo, não manteve o ritmo de expansão apresentado em 1978 (em torno de 20%) devido principalmente à redução da demanda de alguns segmentos do gênero. Segundo o Sindicato das Indústrias de Autopeças, esta demanda responde por 62% do faturamento das indústrias deste segmento. A produção de "Automóveis" apresentou taxa de crescimento de 2,6%. Este resultado pode ser considerado bom tendo em vista as medidas implementadas para os combustíveis (racionamento e elevação dos preços da gasolina) e de restrições ao crédito (redução dos prazos de financiamento). O segmento de "Camionetas e Utilitários" teve seu desempenho determinado principalmente pelos de uso misto. Quanto aos "Caminhões" a principal justificativa para o crescimento de 6,9% neste ano vincula-se as perspectivas de reposição das frotas principalmente de caminhões pesados (com mais de 20 toneladas de CMT) que vinham tendo um comportamento quase estagnado desde 1977. Isto se liga também à economia de combustíveis, já que estes veículos permitem um transporte maior de carga por consumo de óleo diesel.

Em Minas Gerais o gênero Material de Transporte em 1979, mesmo tendo apresentado uma ligeira recuperação no primeiro semestre, revelou ainda um decréscimo em sua produção da ordem de 12,2% que no entanto é menor do que o

registrado no ano anterior . Este comportamento acima assinalado foi determinado basicamente pelo produto "Vagões Tanques e de Carga" - do grupo "Transporte Ferroviário" - setor de produção que tem sofrido indefinições nas encomendas , particularmente as do setor público, com um crescente índice de capacidade ociosa. Convém por último assinalar que a indústria automobilística mineira em 1979, com uma produção de 125.747 unidades, registrou uma expansão da ordem de aproximadamente 25% face ao ano anterior.

Já no Rio de Janeiro, este gênero vem apresentando uma queda acentuada em suas atividades desde 1978, atingindo em 1979 níveis de produção física ainda inferiores (10,0%) aos obtidos no ano anterior. Esse comportamento é resultado da transferência para Minas Gerais da produção da principal indústria de caminhões leves e automóveis, produtos com participação significativa no gênero. Vale contudo ressaltar, o comportamento do segmento "Embarcações", com um crescimento de 12,0% derivado da continuidade das entregas das encomendas do II Plano de Construção Naval. A perspectiva deste segmento é a de continuidade deste desempenho pelo menos nos próximos 2/3 anos, já que o atraso de 2,5 anos no Plano adiou seu término para 1983.

A expansão das atividades no gênero Química que vinha se dando desde 1978 em São Paulo e Minas Gerais sofreu, a partir de 1979, uma tendência de redução dos níveis de produção chegando a uma taxa inferior à do ano passado (6,4% e 8,4%, em São Paulo e 4,1% e 7,9% em Minas Gerais, em 1979 e 1978, respectivamente). Contrariamente, a produção fluminense que se caracterizou por um fraco crescimento no ano de 1978 (3,4%) iniciou um processo de elevação do rítmo de crescimento ao longo de 1979 que só se reduziu a partir de agosto deste ano.

No caso da indústria paulista este desempenho se deve à expansão da produção de "Álcool" (37,0%) e "Óleos Vegetais em bruto" (44,0%). O crescimento da produção de "Álcool" deve-se ao processo de obtenção de fontes alternativas ao uso de combustíveis derivados do petróleo[4]. As perspectivas de continuidade deste crescimento, no Estado, são boas. Pelo lado da oferta, há disponibilidade de terras para o cultivo da cana,[5] com os atuais projetos permitindo uma produção de 2,2 bilhões de litros por safra; e, pelo lado da demanda, há a possibilidade de se estender sua utilização à siderurgia misturado ao óleo combustível com longas vantagens no rendimento operacional e na qualidade do produto final obtido[6].

A expansão do gênero no Rio de Janeiro se deu pelo crescimento da produção de derivados de petróleo - principalmente "Combustíveis e Lubrificantes" (29,5%) e "Gasolina" (16,9%).

Influiu, neste desempenho, por um lado, a expansão da capacidade de processamento da REDUC (Refinaria Duque de Caxias), com a entrada em funcionamento de nova unidade; e, por outro, o recebimento de maior volume de petróleo bruto decorrente de problemas no refino no Sul do país.

Em Minas Gerais o desempenho do gênero esteve atrelado ao crescimento de produção de "Coque Metalúrgico" (29,9%), utilizado como intermediário na produção siderúrgica.

O gênero Produtos Alimentares, em São

---

(4) Já em 1978 a gasolina disponível do Estado de Minas Gerais recebia 20% de mistura com álcool, percentual a ser atingido nos demais Estados da Região.

(5) Segundo estudos do GEDEPA (Grupo Executivo para o Desenvolvimento do Programa Estadual do Álcool), é de 27,6% aptas, 10,8% aptas com restrições e 0,6% marginais.

(6) A COSIPA vem realizando alguns ensaios experimentais já atingindo, numa primeira etapa um percentual de 5% de álcool ao óleo injetado no alto forno. Numa segunda etapa, pretende-se atingir um nível de 15% nesta mistura.

Paulo, apresentou em 1979 uma sensível melhora em relação a 1978. No Rio de Janeiro, inversamente, o gênero teve um crescimento de apenas 0,1% em 1979 contra uma taxa de 6,4 no ano anterior. Em Minas Gerais, em 1979, o gênero acentuou a queda em sua taxa de crescimento atingindo ao final do ano uma redução do volume físico relativamente ao ano anterior quando havia tido um bom desempenho (6,3%).

No caso de São Paulo, o melhor desempenho do gênero em 1979 se deveu ao forte incremento na produção de "Óleos Comestíveis" e "Café Solúvel" com crescimentos de 55,8% e 68,8% respectivamente. Quanto aos "Óleos Comestíveis" este desempenho se explica pela excepcional safra da cultura de amendoim na Região Sudeste, em particular São Paulo, que permitiu não só o crescimento da oferta interna deste produto, como a expansão do volume exportado de óleo de amendoim em bruto (produto do gênero Química). Também a exportação, crescente desde 1977, foi o principal responsável pelo acréscimo da produção de "Café Solúvel" nas Regiões Sudeste e Sul que vem ganhando mercado em detrimento do café-verde, principalmente na Inglaterra, Estados Unidos e Japão (principais compradores). Segundo os grandes exportadores isto vem acontecendo devido ao protecionismo do IBC, que permite contratos especiais para aquele produto, mas não para o café em grão. Observe-se que o produto "Café Solúvel" foi no Rio de Janeiro o principal responsável pela manutenção de uma taxa ainda positiva para o gênero Produtos Alimentares.

Em Minas Gerais, cabe destacar a expansão da produção de "Açúcar Cristal" (17,8%) e os decréscimos de "Leites e Derivados" (13,4%) e "Carnes" (12,4%). O desempenho destes dois últimos grupos de produtos vem se apresentando ruim, já há algum tempo, nas diferentes Regiões do país. Isto se deve a vários problemas que tem afetado a pecuária nacional e em particular a produção mineira.

Qualquer avaliação de desempenho do gênero Mecânica quer na Região Sudeste quer no Brasil, deverá considerar especialmente - em função de seu pêso - o comportamento deste segmento industrial em São Paulo. Assim, pode-se

observar que o gênero neste Estado - que ao longo de 1978 esboçara uma recuperação - apresentou em 1979 uma relativa manutenção no seu ritmo de expansão industrial.

A obtenção desta taxa se deve ao desempenho havido na produção de bens seriados (principalmente máquinas--ferramentas) que suprem as necessidades de bens de capital do setor industrial como um todo. Este segmento está bastante influenciado pelos produtos "Prensas mecânicas de 5 ton. e mais" e "Tornos" (revólver e paralelo universal) utilizados principalmente para trabalhar metais.

O desempenho em 1979 do gênero Produtos Farmacêuticos e Veterinários" revelou uma expansão na produção da ordem de 15,8% em São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro o que se verificou foi um crescimento praticamente nulo na produção.

Quanto ao gênero Têxtil cabe observar que em 1979 somente as performances de São Paulo e Minas Gerais foram relevantes nas respectivas composições das taxas de crescimento. Assim, enquanto que este gênero em São Paulo praticamente manteve em 1979 os 7% de crescimento do ano anterior, em Minas Gerais o que se verificou foi um decréscimo de 5,1% na produção.

O comportamento da Região, bastante determinado pela produção paulista se beneficiou de uma expansão das exportações principalmente de"Tecidos"(algodão, malharia, e de fibras sintéticas ou artificiais),"Vestuário"e"Roupas de Cama, Mesa e Banho". Isto se deveu principalmente à conquista de novos mercados externos o que neutralizou, satisfatoriamente, as barreiras encontradas nos mercados dos Estados Unidos e da Comunidade Econômica Européia.

O gênero Matérias Plásticas, na Região Sudeste, apresentou no período de janeiro 1978 a março 1979 um processo de recuperação. Posteriormente este ritmo se reduziu embora tenha apresentado um crescimento superior ao do ano passado. Este desempenho se deu, principalmente, pelo acentuado crescimento,da ordem de 66,0%, na produção de "Laminados" no Rio de Janeiro. Este comportamento foi

consequência, notadamente, da recuperação em relação ao período anterior, quando dois fatores vinham inibindo (desde meados de 76 até meados de 77) o desempenho do gênero: por um lado a oferta de matéria prima, que foi bastante reduzida em 1976; e, por outro, as perspectivas de desaceleração da economia com reflexos sobre os principais setores demandantes (automobilístico, construção civil, embalagens e mobiliário) cuja recuperação, desde 1978, permitiu reduzir a capacidade ociosa,(7) bastante acentuada naquele período, com que vinham operando as indústrias produtoras, o que significou um crescimento médio de 10% ao mês.

O gênero Minerais não Metálicos que vinha apresentando em São Paulo e Rio de Janeiro uma tendência declinante das taxas de crescimento, desde 1978, apresentou uma ligeira recuperação ao longo do primeiro trimestre em São Paulo e do primeiro semestre no Rio de Janeiro, declinando a seguir durante o resto do ano de 1979. Observa-se que no Rio de Janeiro, apesar desta recuperação, o gênero ainda apresentou queda na produção física neste último ano.

Contrariamente ao verificado naqueles dois Estados, a produção mineira do gênero se caracterizou, desde 1978, por taxas expressivas de crescimento que só perderam oritmo a partir de julho de 1979 situando-se, ainda assim, a um nível mais alto que o do final do ano passado. Este gênero assume especial relevância em Minas Gerais, sendo "Cimento Comum" seu produto mais importante dada sua grande contribuição na formação da taxa de crescimento de Minerais não Metálicos.

Um dos principais estímulos ao desempenho deste produto não só em Minas Gerais como também na Região foi a alteração da Resolução 7/77 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) que passou a considerar a relação produção/consumo de cimento das usinas não mais por Estado de influência e

(7) Um grande estabelecimento do Rio de Janeiro estimava esta ociosidade em aproximadamente 20% a 40%, dependendo do setor onde se coloca o cliente final, tendo sido obrigado a paralizar a produção de um de seus produtos, em meados de 1978 no Estado.

sim por zona. Isto tenderá, a prazo mais longo, dependendo da resolução do problema de suprimento de combustível, por um lado, a atrair novos investimentos para o próprio Sudeste, onde só Minas Gerais produz, em média, 100% a mais do que consome; e, por outro, a agravar a questão da distribuição regional da produção nacional do produto (superprodução no Sudeste e falta de abastecimento no Norte e Sul do país).

O gênero Material Elétrico e de Comunicações, em São Paulo, vinha apresentando recuperação de sua atividade desde 1978, estabilizando-se, a partir do segundo semestre de 1979, com um crescimento em torno de 7,0%. Em Minas Gerais , após uma recuperação no primeiro semestre de 1979, o gênero voltou a apresentar uma queda na produção física ainda que inferior à verificada no ano anterior. Isto se deveu principalmente ao comportamento dos "Equipamentos para Geração e Transmissão de Energia Elétrica".

REGIÃO SUL E RIO GRANDE DO SUL

A Indústria de Transformação da Região Sul em 1979 voltou a expandir-se a uma taxa superior (9,2%) à verificada nacionalmente, fato que já se verificara para os anos de 1976 e 1977 quando esta indústria cresceu a taxas de 14,2% e 6,1% respectivamente. (1) Por outro lado, a Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul em 1979 apresentou uma taxa de crescimento inferior (4,4%) às registradas para a Região e para o Brasil, o que aliás já ocorrera em 1976, 1977 e 1978 quando esta indústria cresceu a taxas de, respectivamente, 11,4%, -1,1% e 5,3%.

O desempenho em 1979 da Indústria de Transformação da Região Sul esteve apoiado basicamente nos gêneros Têxtil, Metalúrgica, Papel e Papelão e Produtos Alimentares dado que estes responderam por 5,6 pontos da taxa de crescimento industrial observada nesta unidade espacial (ver Tabela 6). Quanto ao Rio Grande do Sul, deve-se observar que sua performance industrial esteve especialmente marcada pela expansão da produção de Material de Transporte, e pela redução no ritmo de expansão dos gêneros Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, Química e Bebidas. O desempenho destes gêneros será analisado mais detalhadamente nas linhas que se seguem.

O gênero Têxtil na Região Sul experimentou em 1979 uma taxa de crescimento de 26,2% enquanto que no ano anterior a taxa registrada apontava um decréscimo de 12,5% em sua produção. Assim em 1979 ocorreu neste gênero uma reversão da tendência declinante esboçada ao longo do ano anterior, sendo que a recuperação verificada em 1979 foi especialmente mais sensível a partir do segundo semestre. Esta expansão na produção do gênero atuou no sentido de torná-lo o mais significativo na sustentação da taxa de crescimento da Indústria de Transformação da Região Sul (ver tabela 7).

---

(1) As taxas de crescimento da Indústria de Transformação do Brasil foram 13,0% em 1976, 2,9% em 1977, 7,3% em 1978 e 7,0% em 1979.

TABELA 6

REGIÃO SUL E RIO GRANDE DO SUL

INDICADORES DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

(BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E GÊNEROS	REGIÃO SUL				RIO GRANDE DO SUL			
	1978	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA		1978	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA	
			1978	1979			1978	1979
Ind.de Transformação	106,41	109,18	6,41	9,18	105,28	104,41	5,28	4,41
Min.não Metálicos	112,81	107,01	0,79	0,43	(x)	(x)	(x)	(x)
Metalúrgica	104,87	115,69	0,47	1,52	(x)	(x)	(x)	(x)
Mecânica	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)	(x)
Mat.Eletr.e de Com.	114,62	103,77	0,40	0,10	109,76	99,50	0,38	-0,02
Mat. de Transporte	(x)	(x)	(x)	(x)	101,38	109,95	0,06	0,47
Papel e Papelão	115,46	118,45	0,74	0,88	117,34	118,86	0,31	0,34
Borracha	130,12	110,04	0,32	0,11	(x)	(x)	(x)	(x)
Química	112,14	103,13	1,32	0,34	106,31	98,26	0,84	-0,23
Farmacêutica	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Perf., Sabões e Velas	105,02	96,57	0,03	-0,02	(x)	(x)	(x)	(x)
Prods.de Mat.Plás - ticas	118,13	107,63	0,46	0,19	(-)	(-)	(-)	(-)
Têxtil	87,51	126,23	-1,31	2,76	(x)	(x)	(x)	(x)
Vestuário, Calç.e Art de Tecidos	(x)	(x)	(x)	(x)	117,54	104,15	1,86	0,44
Prods. Alimentares	103,93	102,77	1,04	0,73	101,13	99,39	0,29	-0,15
Bebidas	108,91	93,55	0,41	-0,29	110,29	92,36	0,60	-0,45
Fumo	102,85	110,88	0,05	0,19	105,13	102,01	0,17	0,07

FONTE: FIBGE/DESDE/DINEC

O desempenho da Têxtil na Região Sul assentou-se basicamente na expressiva taxa de crescimento da produção de "Algodão em Pluma" que constituiu-se também no produto de maior contribuição à formação da taxa da Indústria de Transformação da Região. Este crescimento na produção de "Algodão em Pluma" parece estar associado à elevação dos preços deste produto e também ao fato da produção paranaense estar expandindo-se de tal forma que a Comissão de Financiamento da Produção (CFP-MA) prevê que na safra de 1979/1980 o Paraná deverá destacar-se "como o maior produtor de algodão do país, com uma colheita estimada em 182 mil a 187 mil toneladas, em comparação com as 165/173 mil toneladas esperadas para São Paulo".
Quanto ao grupo de produtos "Tecidos" podemos observar que em 1979 ocorreu uma manutenção do ritmo de crescimento registrado no ano anterior, ou seja, expandiu-se a uma taxa pouco menor que 5,0%. Este desempenho deveu-se fundamentalmente ao comportamento das suas exportações em vez que estas cresceram em 48,7% - segundo informações da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) - sendo do gênero Têxtil o grupamento de maior crescimento relativo em exportações.

No tocante ao grupo "Artigos de Cama, Mesa e Banho" podemos observar que sua taxa de crescimento registrada em 1979 supera a relativa ao ano anterior estando esta expansão associada à ampliação das vendas tanto no mercado interno quanto no externo, segundo informações de empresários do setor.

Considerando agora o grupo "Fibras e Fios" constatou-se que a expansão de 15,2% na produção verificada em 1979 significou uma reversão no comportamento das taxas de crescimento deste grupo que vinha registrando decréscimos já desde 1977.

TABELA 7

REGIÃO SUL E RIO GRANDE DO SUL

INDICADORES DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS SEGUNDO OS GÊNEROS DE ORIGEM

(BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

GÊNEROS, PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS	REGIÃO SUL		RIO GRANDE DO SUL	
	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA (1)	1979	COMPOSIÇÃO DA TAXA (1)
MINERAIS NÃO METÁLICOS	107,01	0,43	(X)	(X)
Intermediários p/Construção Civil	106,24	0,36	(X)	(X)
Azulejos	118,25	0,25	(X)	(X)
Cimento Comum	103,39	0,06	(X)	(X)
Outros	114,20	0,07	(X)	(X)
METALÚRGICA	115,60	1,52	(X)	(X)
Laminados não Planos	121,57	0,62	(X)	(X)
Arames	142,97	0,51	(X)	(X)
Ferro e Aço Fundidos em Formas e Peças	111,49	0,23	(X)	(X)
Latas de Metal p/Embalagens	117,62	0,22	(X)	(X)
Outros	99,87	-0,06	(X)	(X)
MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÕES	103,77	0,10	99,50	-0,02
Aparelhos de Ar Condicionado	100,97	0,01	86,60	-0,07
Equipamentos p/Transmissão e Geração de Energia Elétrica	118,10	0,08	119,89	0,13
Intermediários p/Eletro-Eletrônica	123,23	0,13	123,31	0,23
Fios, Cabos e Condutores de Cobre	62,01	-0,18	62,01	-0,30
Outros	108,34	0,06	99,50	-0,01
MATERIAL DE TRANSPORTE	(X)	(X)	109,95	0,47
Embarcações	(X)	(X)	80,63	-0,11
Ônibus e Micro-Ônibus (incl. carroçarias)	(X)	(X)	113,05	0,22
Carroçarias p/Caminhões	(X)	(X)	124,93	0,08
Reboques e Semi-Reboques	(X)	(X)	142,77	0,25
Outros	(X)	(X)	100,70	0,03
PAPEL E PAPELÃO	118,45	0,88	118,86	0,25
Embalagens	121,82	0,69	130,78	0,24
Celulose	119,98	0,13	108,64	0,04
Outros	107,57	0,06	59,31	-0,03
QUÍMICA	103,13	0,34	98,26	-0,23
Combustíveis e Lubrificantes Derivados de Petróleo	93,79	-0,23	101,26	0,08
Combustíveis e Lubrificantes (*)	93,78	-0,10	100,26	0,01
Gasolina	91,47	-0,16	101,27	0,04
Adubos e Fertilizantes	124,93	0,44	125,88	0,68
Óleo de Soja em Bruto	86,07	-0,23	62,51	-0,70
Oxigênio	123,47	0,16	124,04	0,29
Álcool	136,30	0,04	-	-
Outros	105,51	0,16	82,22	-0,58
TÊXTIL	126,23	2,76	(X)	(X)
Algodão em Pluma	161,60	1,79	(X)	(X)
Tecidos	104,95	0,04	(X)	(X)
Artigos de Cama, Mesa e Banho	108,33	0,07	(X)	(X)
Fibras e Fios	115,19	0,24	(X)	(X)
Artigos de Vestuário	136,99	0,62	(X)	(X)
VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS	(X)	(X)	104,15	0,44
Calçados	(X)	(X)	100,73	0,06
Artigos de Vestuário	(X)	(X)	124,04	0,38
PRODUTOS ALIMENTARES	102,77	0,73	99,39	-0,15
Carnes	95,57	-0,28	94,69	-0,40
Farinha de Trigo	115,34	0,40	107,27	0,16
Produtos p/Alimentação Animal	109,50	0,24	107,68	0,16
Derivados de Carne	100,16	0,02	98,40	-0,04
Carnes Enlatadas	66,60	-0,10	66,62	-0,17
Leite e Derivados	101,94	0,05	100,55	0,01
Gorduras	99,73	-0,01	101,59	0,03
Óleo de Soja Refinado	77,29	-0,32	76,56	-0,48
Açúcar Cristal	99,84	-0,01	174,40	0,08
Açúcar Refinado	112,86	0,05	-	-
Café Solúvel	125,70	0,28	-	-
Outros	112,75	0,31	114,12	0,33
DEMAIS GÊNEROS	-	2,42	-	3,65
TOTAL	109,18	9,18	104,41	4,41

FONTE: IBGE/DESDE/DINEC

(*) Exclusive Gasolina, Querozene Comum e Gás Liquefeito de Petróleo.

Esta expansão remete-se basicamente ao expressivo incremento na Produção de "Fibras de Linter" e especialmente "Fios de Lã" que foram da ordem de 26,2% e 20.6% respectivamente. Observe-se que os dados do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DPRC) do Rio Grande do Sul apontam um incremento de 82,5% no período janeiro/junho de 1979, no valor real das exportações gaúchas de lã. Isto deveu-se ao incremento nos preços internacionais como consequência de rigidez na oferta mundial do produto, face a uma expansão da demanda derivada da substituição de fios sintéticos por fios de lã - principalmente as industrializadas em detrimento da lã em bruto.

O Rio Grande do Sul ao representar mais de 90% da produção nacional de lã é o principal beneficiário desta expansão. Por último, deve-se observar que o desempenho de "Artigos de Vestuário" apresentou em 1979 um acréscimo de 37,0% na produção mantendo, portanto, uma sucessão de significativas taxas de crescimento registradas já desde 1976.

A Metalúrgica da Região Sul expandiu-se neste ano a uma taxa de 15,7% face ao 4,9% de crescimento registrados em 1978. Este desempenho delineia uma tendência continuamente crescente na produção metalúrgica especialmente a partir do segundo semestre de 1978. Assim em função dessa contínua expansão o gênero passou a responder por 16,6% da taxa de crescimento do conjunto da Indústria de Transformação da Região Sul.

O grupo "Laminados não Planos" - o mais importante neste gênero - registrou na Região Sul uma taxa de crescimento da ordem de 21,6% que foi apenas inferior à registrada pelo grupo "Arames" - de importância também significativa no gênero.

No tocante ao desempenho do grupo "Laminados não Planos" em 1979, deve-se observar em primeiro lugar o crescimento da produção de "Barras de Aço ao Carbono" (39,7%), e de "Vergalhões (15,6%) que se constituiram nos produtos de maior contribuição para a taxa de crescimento do grupo neste ano. Cabe ainda ressaltar o caráter excepcional da performance dêste grupo em 1979, dado que, na década, só foi su-

perada pelos 32,2% de crescimento constatado em 1973 segundo o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS).

Finalmente, deve-se considerar que o desempenho registrado em 1979 pela Metalúrgica da Região Sul está associado ao comportamento de alguns segmentos da indústria mecânica, em especial máquinas e implementos agrícolas, cujo bom desempenho parece ter sustentado parte da demanda do gênero.

O gênero Papel e Papelão, em 1979, expandiu seu ritmo de crescimento em relação ao ano anterior tanto na Região Sul (18,4%), quanto no Rio Grande do Sul (18,9%), com significativa contribuição à taxa de crescimento da Indústria de Transformação de ambos. Esta performance deveu-se basicamente àquela apresentada pelo grupo "Embalagens" cuja produção cresceu a taxas superiores a do gênero. Especificamente dois produtos deram a tônica desta expansão: "Papel Kraft" que apresentou na Região um crescimento de 25,2% e no Estado de 19,4%; e "Caixas de Papelão Liso e Corrugado" com taxas de crescimento de 28,5% e 34,0%, respectivamente. Estes produtos já em fins do primeiro semestre de 1979 apresentavam uma sensível elevação em suas demandas, dado um incremento do consumo da ordem de 10% a 15%.

No tocante ao setor produtor de "Celulose", contrariando as expectativas, a produção nacional registrou uma taxa de crescimento de 12,9% enquanto que as relativas à Região Sul e ao Rio Grande do Sul apresentaram-se num nível de 20,0% e 8,6% respectivamente. Verifica-se, desta forma, um tendência ao reforço da concentração relativa da produção deste produto na Região Sul, a qual não é dada pela performance do setor no Rio Grande do Sul mais sim pelo incremento da produção no Paraná.

O gênero Produtos Alimentares na Região Sul apresentou, em 1979, um incremento de 2,8% em sua produção o que significou uma pequena retração no seu ritmo de crescimento face ao resultado do ano anterior. No Rio Grande do Sul esta retração no desempenho de Produtos Alimentares também esteve presente na medida em que se verificou, em 1979, um decréscimo de 0,6% na sua produção, enquanto que, em 1978, este conhe

ceu uma expansão de 1,1% em suas atividades. Cabe observar,que a tendência de crescimento registrada ao longo de 1979, tanto na Região quanto no Estado, que esboçara-se declinante no primeiro semestre passa no seguinte a apresentar um ligeiro ascenso. Não se deve desconsiderar o fato de que o desempenho de Produtos Alimentares na Região Sul apesar de frágil, respondeu por 8,4% do crescimento em 1979 da Indústria de Transformação nesta Região, enquanto que o desempenho desta no Estado foi em boa medida afetado pela precária performance deste gênero.

O grupo "Carnes" - que é o mais significativo no gênero - apresentou em 1979 decréscimos na produção tanto na Região quanto no Estado. Estes decréscimos deveram-se ao desempenho das carnes bovinas, em especial "Carne de Bovino Verde", que acusou retrações na produção de 19,9% e 20,6% respectivamente na Região e no Estado.Entretanto verificaram-se sensíveis incrementos na produção de carnes de suinos e de ovinos em especial "Carne de Suíno Verde" que acusou uma expansão de 21,7% na Região e 10,3% no Estado. Esta expansão no abate de suinos derivou não só de uma resposta à pressão altista nos custos da suinocultura - em função da quebra da safra de milho na Região -, mas também de uma elevação dos preços internos do produto. Um aspecto problemático desta expansão é que ela,nas condições em que vem se processando, "está levando a um abate indiscriminado de suínos inacabados e até mesmo de matrizes, o que vai, fatalmente, comprometer o desenvolvimento do rebanho e consequentemente o abastecimento do mercado". (5) O desempenho do grupo "Carnes" associado ao de "Leite e Derivados", que também registrou em 1979 uma sensível retração da produção face as taxas de crescimento de 14,6% e 15,6% verificadas na Região e no Estado no ano anterior, manifesta a nível da produção do gênero os problemas localizados na pecuária.

Quanto a performance do grupo "Derivados de Carne" em 1979, cabe logo destacar que esta significou uma sensível retração face às taxas de crescimento de 14,2% e 10,5% verifica-

---

(5) Fundação de Economia e Estatística (FEE), Indicadores Econômicos v. 7 - n 2 - Abr/Jul 1979, pág. 51.

das na Região Sul e no Rio Grande do Sul no ano anterior. O comportamento de "Derivados de Carne" traduz na verdade o desempenho do subgrupo "Carnes Enlatadas" no qual a produção de "Carne de Bovino Enlatada", em ambas unidades espaciais, acusou um decréscimo da ordem de 33,4%, enquanto que a de "Carne de Suíno Enlatada" acusou um expressivo incremento de 133,7%.

Com relação ao desempenho do grupo "Gorduras" observou-se, em 1979, uma retração em sua produção face as taxas de crescimento de 7,6% na Região e de 6,0% no Rio Grande do Sul verificadas em 1978. Esta retração manifestou-se mais claramente na produção de gorduras animais enquanto que as vegetais conheceram um incremento da ordem de 40,3% nas duas unidades espaciais mas que, devido à sua participação minoritária, não chega a ser decisivo quanto a performance do grupo.

Quanto ao grupo "Produtos para Alimentação Animal" - também significativo no gênero - cabe observar que os 9,5% de crescimento verificado na Região Sul em 1979 e os 7,7% de crescimento registrados este ano no Rio Grande do Sul significaram uma redução no ritmo anterior de expansão quer da Região quer do Estado. Neste grupo os produtos relevantes em 1979 foram "Rações e Forragens para Aves" e "Rações e Forragens para Bovinos" que expandiram sua produção em 27,0% e 50,0% na Região Sul e respectivamente em 19,2% e 45,3% no Rio Grande do Sul. Esta expansão na produção de "Rações e Forragens para Aves" - mais intensa na Região do que no Estado - é convergente com o incremento de 14,8% na produção de "Aves Abatidas" na Região refletindo portanto um crescimento da avicultura no Sul. A expansão de "Rações e Forragens para Bovinos" - também mais intensa na Região do que no Estado - remete-se não só a fatores climáticos, como por exemplo as recentes estiagens verificadas no Rio Grande do Sul mas, também, a elevação nos custos das pastagens manifesta tanto nos incrementos nos preços das terras quanto nos dos arrendamentos.

O produto "Farinha de Trigo" em 1979 conheceu na Região Sul e no Rio Grande do Sul expansões na produção de 15,3% e de 7,3% respectivamente, o que contrasta com a performance do produto em 1978, quando na Região apresentou um incremento de

apenas 4,8% e um decréscimo de 3,8% do Estado. Assim o comportamento de "Farinha de Trigo" em 1979, aponta para uma retomada dos ritmos de expansão observados em ambas unidades espaciais no período 1976/77 superando a sensível retração da produção - sobretudo no Rio Grande do Sul - verificada em 1978.

O desempenho de "Óleo de Soja Refinado" em 1979 acusou decréscimos tanto na Região quanto no Estado. Estes decréscimos ratificam uma tendência fortemente declinante esboçada desde 1977. A retração na produção de "Óleo de Soja Refinado" foi a de maior impacto negativo na composição da taxa de crescimento do gênero, contrapondo-se assim a algumas taxas de crescimento expressivas - como por exemplo "Açúcar Cristal" no Rio Grande do Sul e "Café Solúvel" na Região Sul - porém de importância menor na composição da taxa de crescimento de Produtos Alimentares.

O gênero Material de Transporte em 1979 apresentou no Rio Grande do Sul uma taxa de crescimento de 9,9% o que contrasta fortemente com a relativa à 1978 que situou-se ao nível de 1,4% apenas, interrompendo uma tendência declinante nas taxas de expansão da produção do gênero que se esboçara já desde o início de 1977.

Neste gênero, o único grupo que apresentou decréscimo na produção em 1979 foi "Embarcações", tendo sido este da ordem de 19,4%. Este desempenho veio a acentuar a retração já verificada no ano anterior. Quanto aos grupos "Ônibus e Micro-Ônibus", "Reboques e Semi-Reboques" e "Carroçarias para Caminhões, tiveram uma performance bastante satisfatória registrando em 1979 taxas de crescimento da ordem de 13,0%, 42,8% e 24,9% respectivamente, sendo expressiva a contribuição dos dois primeiros à sustentação não só da taxa de crescimento do gênero mas, também, da relativa a Indústria de Transformação gaúcha. Resta observar que o crescimento expressivo da Produção de "Reboques e Semi-Reboques" vincula-se ao comportamento ascendente do preço do óleo diesel que, ao favorecer o transporte rodoviário em veículos de grande porte, estimulou a produção de unidades de transporte que reduzissem o custo por tonelada transportada.

O gênero Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos apresentou em 1979 uma expressiva contração no seu ritmo de crescimento, ou seja, expandiu-se apenas 4,1% em contraposição à taxa de 17,5% registrada em 1978. Ao observar a contração verificada em 1979 no ritmo de crescimento deste gênero deve-se considerar fundamentalmente a performance do grupo "Calçados" cujos indicadores apontam para uma expansão quase nula (0,7%) enquanto que no ano anterior esta taxa foi da ordem de 15,4%. Esta forte redução no ritmo de crescimento do setor produtor de calçados no Rio Grande do Sul deve ser atribuída em parte ao comportamento das exportações deste produto uma vez que, segundo informações da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo (ACI-NH), o volume de exportações neste ano face ao anterior cresceu apenas 7,2% enquanto que o incremento verificado em 1978 com base em 1977 foi da ordem de 57,8%.

O crescimento da produção de calçados de couro em 1979 foi apenas de 0,6% mesmo tendo sido atenuados os problemas apresentados em 1978 quanto a sua principal matéria-prima. Neste último ano os curtumes brasileiros ao exportarem 3 milhões de peças de couro não só promoveram uma alta nos preços internos desta matéria-prima como também acenaram com a possibilidade de escassez interna. Diante deste quadro os produtores de calçados formaram, em fins de 1978, estoques preventivos face a perspectiva de escassez e de alta nos preços praticados no mercado de couro como também lançaram mão de importações de couros argentinos. Além desta medida, a própria demora na definição da política econômica no tocante a fixação das cotas de exportação de couros para 1979 - que atuou no sentido de contrair o volume das exportações de couro pois os curtidores evitaram o fechamento de negócios temendo o possível não cumprimento dos compromissos - veio a beneficiar os produtores de calçados. Atenuaram-se os eventuais problemas de escassez da matéria-prima em função das exportações de couros no primeiro semestre de 1979 terem sido apenas de 800 mil peças, enquanto que a cota afinal fixada pelo governo as situasse num nível de 1,2 milhão de peças.

Considerando a importância do comportamento das exportações sobre o ritmo de produção de "Calçados", não se deve perder de vista que os efeitos da política governamental de eliminação gradual dos subsídios sobre as exportações de calçados bem como os relativos a redução das sobretaxas dos importadores, em particular os E.U.A., caracterizaram um quadro de indefinição para os produtores de calçados - apoiados numa avaliação ainda precária da extensão destas medidas sobre o comportamento de suas exportações - que expressou-se no sentido de inibir a produção do setor.

Segundo a III[a] Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), já se faziam presentes no terceiro trimestre de 1979 contrações tanto na demanda externa quanto na interna, divergindo diretamente das expectativas dos produtores de calçados quanto a um crescimento de 15% no volume físico das exportações como também quanto a um comportamento "razoável" no plano interno. Face a essa reversão de expectativas os produtores do setor reagiram reforçando a produção de calçados de materiais sintéticos - que expandiu-se em 65,6% em relação a 1978 - possibilitando tanto atender a expansão da demanda interna por este tipo de calçado como também diversificar as exportações brasileiras de calçados.

A Indústria Química na Região Sul apresentou, em 1979, um incremento de apenas 3,1% em sua produção, demonstrando forte redução de seu ritmo de crescimento face aos 12,1% registrados no ano anterior. No Rio Grande do Sul, esta redução também se manifestou, uma vez que se verificou em 1979 um decréscimo na produção (1,7%) comparados com os 6,3% de expansão em 1978. Esta retração marcou uma tendência declinante na produção do gênero que já se esboçara em meados de 1978.

Neste gênero, o grupo mais importante é "Combustíveis e Lubrificantes Derivados de Petróleo" cuja produção em 1979 sofreu um decréscimo de 6,2% na Região Sul, enquanto que no Rio Grande do Sul expandiu-se em 1,3% em relação ao ano anterior.

Neste grupo, em 1979, ocorreu no Rio Grande do Sul uma expansão na produção de quase todos os seus produtos, inclusive aqueles de maior importância tais como "Gasolina" (1,3%) e "Óleo Diesel" (5,2%). Cabe observar que neste quadro de expansão o único produto a retrair sua produção foi "Óleos Combustíveis"que registrou neste ano um decréscimo de 10,3% em relação ao ano anterior, refletindo assim a política de redução das cotas de combustível para a indústria(8). No âmbito da Região, o comportamento deste grupo em 1979 apresentou-se diverso, pois a maioria dos produtos do grupo, ou seja, aqueles de maior significância, apresentou decréscimo na produção como foi o caso de "Gasolina" (8,5%), "Óleo Diesel"(4,4%) e "Óleos Combustíveis" (11,5%). Esta retração na produção do grupo da Região Sul, remete-se a problemas - relativos ao recebimento e distribuição da carga a ser processada - na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) do Paraná. Buscando a solução destes problemas, esta teve parte de sua produção remanejada pela Petrobrás para a Refinaria Duque de Caxias (REDUC) no Rio de Janeiro.

Quanto ao grupo "Adubos e Fertilizantes", cuja produção em 1979 expandiu-se cerca de 25% tanto na Região quanto no Estado cabe destacar que o desempenho de "Adubos e Fertilizantes Compostos (NPK)" - com um incremento em relação ao ano anterior superior a 30% foi mais expressivo do do que o relativo a "Adubos e Fertilizantes Fosfatados" que, em ambas unidades espaciais, acusou um crescimento de 22,7%. No tocante a "Adubos e Fertilizantes Compostos (NPK)", deve-se atentar para a instalação no Paraná da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN-PR) da Petrobrás que, ao entrar em operação em 1980, deverá voltar-se para promover a auto-suficiência do Estado neste produto como também contribuir para alterar a relação entre as taxas de crescimento de adubos compostos (NPK) da Região Sul e do Rio Grande do Sul.

---

(8) De acordo com a III^{a} Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação elaborada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em alguns segmentos da Indústria de Transformação da Região Sul" ... foram mencionados problemas decorrentes da diminuição de cotas de combustível ... "

Considerando agora a produção em 1979 de "Óleo de Soja em Bruto", podemos observar que esta acusou um decréscimo de 13,9% e de 37,5% respectivamente na Região e no Estado, onde se constituiu no produto de maior impacto negativo na formação da taxa de sua Indústria de Transformação. Este quadro de retração manifestou-se como uma acentuação do decréscimo na produção já verificado em 1978 tanto no Rio Grande do Sul (1,2%) quanto na Região Sul (8,4%). O fator explicativo básico para a contração em 1979 na produção deste produto, reside na quebra da safra de soja em toda a Região Sul, que se manifestou mais perversamente no Rio Grande do Sul. Neste Estado, segundo os produtores, a quebra da safra esteve em torno dos 50% .

O gênero Minerais não Metálicos expandiu em 1979 sua produção na Região Sul em 7,0%. Entretanto, o desempenho em 1979 deste gênero na Região apresentou uma redução face ao ritmo de crescimento do ano anterior quando cresceu a uma taxa de 12,8%.

O desempenho deste gênero relaciona-se estreitamente com o relativo ao grupo "Intermediários para a Construção Civil" que expandiu-se em 6,2% na Região Sul. Especificamente dois produtos destacam-se neste grupo: "Azulejos" que praticamente manteve em 1979 a taxa de crescimento verificados no ano anterior e "Cimento Comum" que superou em 1979 a taxa de crescimento de 1978. Desde já pode-se verificar que não foram estes dois últimos produtos os responsáveis pela acentuada retração no ritmo de crescimento de "Intermediários para a Construção Civil" - que expandiu-se a uma taxa de 14,4% em 1978 - que deve ser atribuída basicamente a performance de "Cal Virgem" e "Cal Hidratada" que registraram decréscimos em sua produção de 36,4% e 24,5% respectivamente.

No tocante a "Azulejos" cabe observar que a taxa de crescimento de 18,2% apresentada em 1979 é absolutamente excepcional quando comparada com as relativas às demais unidades espaciais situando-se, portanto, acima do desempenho nacional deste produto. Acrescente-se que esta performance foi fundamental para suavizar o impacto da retração verificada no ritmo de crescimento quer do grupo "Intermediários para Constru

ção Civil" quer do gênero. Quanto a "Cimento Comum" cabe observar que a taxa de crescimento registrada em 1979 situa-se abaixo das taxas verificadas para as demais unidades espaciais o que vem a reforçar a concentração da produção deste produto na Região Sudeste do país.

O gênero Material Elétrico e Comunicações apresentou em 1979 na Região Sul um crescimento de 3,8% e um decréscimo de 0,5% no Rio Grande do Sul. Consideradas as taxas de crescimento do gênero relativas a 1978 - 14,6% na Região e 9,8% no Estado - constata-se uma clara retração do ritmo de crescimento, acentuada no segundo semestre de 1979, deste segmento da Indústria de Transformação. Os principais grupos de produtos neste gênero são "Aparelhos de Ar Condicionado", "Fios, Cabos e Condutores de Cobre" - que em 1979 retrairam sua produção em ambas unidades espaciais -, "Equipamentos para Transmissão e Geração de Energia Elétrica" e "Intermediários para Eletro-Eletrônica" que apresentaram um desempenho oposto. Cabem apenas duas observações: a retração de "Fios, Cabos e Condutores de Cobre " parece estar associada ao "boom" nos preços internacionais do cobre e seu consequente impacto nas importações desta matéria - prima (10); a expansão de "Equipamentos para Transmissão e Geração de Energia Elétrica" na verdade traduziu a manutenção de encomendas pretéritas do governo no setor de energia elétrica(11).

Finalmente, a forte retração verificada em 1979 na produção do gênero Bebidas, em particular no Rio Grande do Sul, esteve associada ao desempenho da produção de "Vinhos de Uva" que acusou um decréscimo de 11,0% neste ano.

ANEXO

MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA EM 1979

Em janeiro, no final do governo Geisel, foram anunciadas à nação importantes transformações na área cambial e fiscal. As principais medidas que compuseram a chamada "mini-reforma cambial" foram:

a) Redução progressiva do crédito-prêmio do IPI. Após uma diminuição inicial de 10%, haveriam cortes trimestrais de 5% até a completa extinção do crédito-prêmio em 30/6/83;

b) Redução também progressiva do recolhimento restituível incidente sobre as importações. Neste caso, iniciar-se-ia com um corte de 10%, seguido de outros, de periodicidade semestral, também de 10%, até a eliminação completa deste depósito compulsório em 30/6/83;

c) Intensificação das desvalorizações cambiais, de maneira a alterar a paridade do poder de compra do cruzeiro.(1) Previu-se para 1979 uma desvalorização global de 4,5% acima da relação inflação interna/inflação externa, aumentando assim as receitas reais dos exportadores.

---

(1) O critério adotado até então para o cálculo das mini-desvalorizações cambiais era o de manutenção da paridade do poder de compra da moeda, isto é, da manutenção do poder competitivo das exportações e das importações. Para tanto, a fórmula empregada levava em conta não apenas a inflação interna, mas a relação entre esta e a inflação externa.

Este elenco de medidas teve duas implicações fundamentais:

1a.) Conciliou a manutenção dos estímulos às exportações com as exigências do GATT (tanto do ponto de vista dos subsídios às exportações como do das restrições às importações), e particularmente, às exigências no comércio bilateral com os Estados Unidos. As transformações, entretanto, seguiriam um compasso gradualista, de forma a se ter um período de 4 anos para a adaptação do setor externo às novas regras do jogo.

2a.) Os custos dos empréstimos externos se tornariam mais elevados durante os 4 anos em que as desvalorizações cambiais se dessem a níveis superiores ao diferencial entre inflação interna e externa, já que a correção cambial a ser coberta pelo tomador de um empréstimo externo, por ocasião do pagamento do serviço da dívida, superaria a desvalorização efetiva da moeda.

Assumindo o Governo em março de 1979, a equipe do novo Presidente da República divulgou as principais diretrizes gerais e setoriais para os seus 6 anos de mandato, firmadas no princípio da continuidade de seu antecessor. Porém, pelo menos três novos dados foram considerados. Primeiro, que a fase mais aguda de ajustamento do balanço de pagamento já se havia completado. Segundo, que o grande salto de substituição de importações, exigindo gastos públicos maciços em investimentos, foi ultrapassado, o que permitiria, a partir de 1979, um corte substancial de gastos públicos, como ponto de partida para o combate à inflação. Terceiro, que o modelo político era outro.

Assim, as <u>diretrizes gerais</u> do atual governo deveriam pautar-se pelos seguintes pontos:

1. prioridade cronológica à redução da taxa de inflação para níveis semelhantes aos observados no início da década de 70;
2. equacionamento dos problemas do balanço de pagamentos e da dívida externa;
3. redução dos gastos públicos;
4. crescimento econômico como condição de criar empregos;
5. financiamento pela acumulação interna de poupança;
6. aumento da renda real per capita;
7. melhoria tanto da qualidade de vida, como da distribuição da renda: a) entre as regiões; b) entre as pessoas; c) educação e treinamento; d) saúde pública, saneamento e combate às grandes epidemias; e) paternidade responsável;
8. diminuição de coeficiente de tutela do Estado: a) livre jogo das forças de mercado ; b) maior arrecadação para o Fundo de Participação dos Estados e Municípios; c) maior autonomia para os Estados e Municípios ; d) limitar a intervenção no domínio econômico; e) privatização de algumas empresas e serviços estatais;
9. a agropecuária como setor prioritário da economia; a) crédito rural para o pequeno e médio produtor; b) sistema de preços mínimo e garantia de compra; c) política de transporte e armazenamento; d) pesquisa de solos espécies e sementes; e) estímulo ao consumo de fertilizantes e outros insumos modernos; f) apoio ao trabalhador rural; g) atenção à questão fundiária; h) incentivo à agroindústria;

10. quanto às taxas de juros, mediante combinação das políticas monetária e fiscal, e com base na substancial redução de gastos públicos, o Governo procurará: a) eliminar os subsídios ao crédito que provoquem efeitos regressivos sobre a distribuição de renda; b) conseguir a redução das taxas no segmento livre do mercado;

11. o orçamento incorporará todos os rendimentos da União, todos os subsídios e a dívida pública; enquanto a inflação não houver baixado a níveis semelhantes aos do início dos 70, os excedentes de receita, não comprometidos com despesas de pessoal serão automaticamente esterilizados;

12. os recursos destinados a realização de cada programa devem ser definidos a priori, por ocasião de elaboração do orçamento da União dos das empresas públicas e do orçamento monetário; não se admitirá o início de programas com base em recursos a definir.

Entretanto, considerando o índice de inflação, de 5,8%, verificado em março de 1979, o Governo reajustou em alguns pontos o programa de ação anunciado no início do mandato, declarando como prioritários os objetivos de combate à inflação e desenvolvimento da agropecuária.

O desenvolvimento agropecuário atenderia a vários objetivos: combate à inflação pela redução dos custos de alimentação; ajuste do balanço de pagamentos, pela melhoria das exportações e substituição de importações; criação de empregos e menor tendência à urbanização desordenada; ocupação de maior extensão do território; melhoria da produtividade dos investimentos.

A divulgação de um elenco de medidas contra a alta dos preços, em meados de abril, revelou mudança da atitu

de governamental ante a aceleração inflacionária. Suas medidas representaram uma abordagem mais ampla em relação àquelas adotadas inicialmente, que combatiam exclusivamente a inflação de demanda. Considerou-se, também, as causas inflacionárias advindas da elevação dos custos financeiros e do poder de remarcar preços de determinados oligopsônios/oligopólios.

Entre as vinte medidas, nas áreas de controle de preços, de abastecimento e financeira, destacavam-se as seguintes:

1. manter sem variação a margem de contribuição (custos fixos mais margem de lucro), a cada aumento concedido, fixando-se num mesmo valor fixo e monetário e não mais em percentagem. Esta medida seria estendida a todos os setores sob o controle do CIP, incluindo empresas estatais e de economia mista;
2. retirar os setores eletro-eletrônico e material de transportes do regime de liberdade vigiada. Os automóveis ficariam sob regime especial de vigilância;
3. Fixar o limite máximo de 30% sobre o preço à vista nos produtos vendidos a prazo pelo comércio;
4. reduzir de 50% para 40% o reajuste das tarifas de energia elétrica ocorrido em janeiro de 1979;
5. intensificar a fiscalização nas indústrias de gêneros alimentícios, CEASA, estabelecimentos atacadistas e varejistas;
6. controlar as margens máximas de comercialização;
7. elevar o prazo mínimo de recebimento de depósitos a prazo fixo de 180 para 360 dias, seja pelos bancos comerciais, de investimento e de desenvolvimento;

8. proibir a emissão de certificados de Depósito Bancário (CDB) para novos depósitos;

9. instituir o recolhimento compulsório, de 50% sobre o valor dos empréstimos externos privado.

Quanto à prioridade agropecuária, no dia 23 de maio, a intenção governamental foi ratificada através das seguintes medidas:

1. liberação do pagamento de redesconto de liquidez pelo Banco do Brasil, no caso de excesso de aplicação em custeio agrícola;

2. desvinculação dos créditos de custeio agrícola dos preços mínimos;

3. eliminação, pelo Conselho Monetário Nacional, da "capacidade de endividamento" como parâmetro de classificação dos beneficiários do crédito rural. O novo método de enquadramento seria calculado em função do valor bruto da produção da unidade agrícola;

4. aumento progressivo das taxas de juros cobradas aos produtores sobre os créditos para investimento. A diferenciação das taxas de juros, que variariam de 13% a 30%, estabeleceu 11 faixas para crédito de investimento que foram fixadas para possibilitar maior capitalização do setor agrícola.

Analisando as medidas tomadas pela SEPLAN no primeiro semestre de 1979, parece claro o não abandono da hipótese de que o determinante principal da inflação brasileira era o excesso de demanda na economia. Várias medidas foram tomadas desde o início do ano visando a conciliação do combate à inflação com o declínio das taxas de juros. Entre elas, destacam-se as seguintes:

1. o Decreto-Lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979, estabeleceu um programa de contenção de

despesas públicas baseado em três itens: a) o corte de 20% dos programas financiados com Receitas Orçamentárias Vinculadas; b) o corte de 5% em Outros Custeios e Capital; c) a esterilização do superávit e dos excedentes de receita. A idéia era que esse programa - aliviaria a demanda de bens e serviços, contribuindo para a queda da inflação. E o superávit do Tesouro seria utilizado para resgatar parte da Dívida Interna, permitindo, pela menor colocação de LTN'S no mercado, que baixem as taxas de juros;

2. o Orçamento de Despesas de Capital das entidades do Governo Federal foi cortado em 42,7 bilhões de cruzeiros, ou seja, em 7,9% dos níveis aprovados em dezembro de 1978. Este corte implicaria, igualmente, em menor pressão sobre a demanda de bens e serviços e sobre o mercado de crédito;

3. o Conselho Monetário Nacional determinou, em reunião a 13 de março, que pelo menos 50% dos empréstimos de cada instituição financeira se destinassem ao setor privado nacional; o objetivo seria direcionar menos o crédito para as estatais e multinacionais;

4. nessa mesma linha, em reunião a 16 de maio, foi decidido que as operações de créditos de entidades estatais, salvo por adiantamento de receita ou descontos de duplicatas, dependeria de aprovação prévia do Conselho Monetário Nacional; a aprovação, em cada ano, ficaria condicionada à política de desaquecer as taxas de juros;

5. os prazos de financiamento de automóveis foram reduzidos para 12 meses, o do financiamento de outros bens duráveis para 9 meses,

com o objetivo de reduzir a demanda por esses bens;

6. com o mesmo objetivo, o Conselho Interministerial de Preços (CIP) determinou que, nas vendas a prazo, o preço total não poderia exceder em mais de 30% o preço à vista;

7. por fim, na área de crédito agrícola, com o objetivo de reduzir a procura de crédito subsidiado, o Conselho Monetário Nacional, em reunião de 23 de maio, reviu as taxas de juros cobradas nos programs de investimento rural, situando-se na faixa de 13 a 30% conforme o tamanho do produtor e sua participação com recursos próprios no projeto.

A partir de julho, em função de aumentos no preço do petróleo por parte da OPEP,(1) uma série de medidas foram tomadas em relação ao problema energético.

1. criação do Conselho Nacional de Energia, sob a direção do Vice-Presidente da República, com a incumbência de definir a linha mestra da política do setor e da tomada das decisões de caráter conjuntural;

2. aumento nos preços dos derivados de petróleo;

3. suspensão da distribuição de gasolina aos sábados;

4. retirada gradual dos subsídios aos óleos combustíveis;

5. cortes nas cotas de fornecimento à indústria;

6. aumento das áreas de risco para exploração de petróleo.

---

(1) Os preços contratuais aumentaram entre 38 e 73%, segundo a qualidade, em relação aos vigentes em 1978.

Em agosto ocorreu um dos fatos mais marcantes de 1979 em têrmos de política econômica, com a mudança do Ministro do Planejamento. A partir daí a pretensão era controlar a inflação através do crescimento econômico. O governo não deveria conter a demanda, mas assegurá-la. Assim, o que as empresas teriam de fazer é procurar reduzir seus custos através de um aumento de produção e de produtividade. Isso seria possível em vista da capacidade ociosa existente em setores-chaves da economia. Crescer aproveitando a capacidade ociosa de alguns setores da economia nacional, privilegiando a agricultura, seria o caminho mais eficaz para superar a inflação, cujas causas seriam: a escassez de alimentos, a elevação dos preços do petróleo, o desequilíbrio da balança de pagamento e a dívida pública interna.

As primeiras tentativas desta reorientação foram as revisões do III PND e do orçamento para 1980, elaborados durante a gestão do Ministro anterior.

Quanto à política financeira do Governo, o objetivo explícito era o de reorganizar e disciplinar as ações do Governo Federal - entidades diretas e indiretas - de modo a compatibilizar as ações ao nível de Orçamento Monetário, Orçamento da União, e Orçamento das Empresas Estatais, inclusive os favorecimentos externos.

De acordo com o novo diagnóstico da inflação brasileira e do reconhecimento explícito no III PND de que a repartição social dos resultados da expansão econômica nacional tem beneficiado desigualmente as classes sociais, considerou-se uma contradição existente na sociedade brasileira a existência de normas para a fixação de salários não acompanhadas de um controle de preços. Neste sentido, além do aumento da produção agrícola e do controle do déficit orçamentário, o combate à inflação passaria necessariamente por uma "nova ordenação da política salarial", pelo controle de preços, através do CIP; e pela "administração flexível das taxas de juros", através da imposição de maior disciplina ao open market.

Tais medidas, tomadas isolada e progressivamente a partir de agosto, foram completadas pelo conjunto de

decisões anunciadas pelo Presidente da República em 7 de dezembro. Estas medidas voltaram-se mais para os problemas do Balanço de Pagamento:

1. "maxidesvalorização" do cruzeiro (30%), fim dos subsídios às exportações, congelamento de mais de US$ 5 bilhões depositados no Banco Central na conta da Resolução 432;
2. eliminação de 50% da retenção dos empréstimos à conta da Resolução 63 e seu congelamento por 180 dias;
3. eliminação do depósito prévio sobre importações;
4. extinção da lei de similaridades";
5. instituição do Imposto de Exportação incidente sobre alguns produtos agrícolas;
6. redução de 12,5% para 1,2% da alíquota do Imposto de Renda incidente sobra as remessas de juros;
7. completou o "pacote", na área fiscal-creditícia, a extinção dos incentivos fiscais e creditícios ao setor industrial (exceto os do Norte e Nordeste) e início da extinção gradual dos subsídios ao crédito agrícola.

Provavelmente, essas diversas medidas terão seus maiores efeitos em 1980, pois, no ano que passou, a preocupação fundamental era simplesmente restabelecer a efetividade dos instrumentos de política-econômica.